

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
MESTRADO EM HISTÓRIA**

Flaviana Aparecida da Silva

**Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade
nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)**

Juiz de Fora

2021

Flaviana Aparecida da Silva

Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito para obtenção do título de Mestra em História. Área de concentração: Narrativas, Imagens e Sociabilidades.

Orientadora: Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa

Juiz de Fora

2021

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva, Flaviana Aparecida da.

Uma "viajante de letras" no Império do Brasil : relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825) / Flaviana Aparecida da Silva. -- 2021.

118 p.

Orientadora: Silvana Mota Barbosa

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História, 2021.

1. Maria Graham. 2. Literatura de viagem. 3. Gênero. 4. Redes de sociabilidade. I. Barbosa, Silvana Mota, orient. II. Título.

FLAVIANA APARECIDA DA SILVA

Uma “viajante de letras” no Império do Brasil: relações de gênero e redes de sociabilidade nos relatos de viagem de Maria Graham (1821-1825)

DISSERTAÇÃO apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito para obtenção do título de MESTRA EM HISTÓRIA.

Juiz de Fora, 18/03/2021

Banca Examinadora



Profª. Dra. Silvana Mota Barbosa – Orientadora



Prof. Dr. Alexandre Mansur Barata (UFJF)



Prof. Dr. Jefferson Cano (UNICAMP)

Dedico esta dissertação à minha querida avó Alda
Francisca, meu ponto de paz e fortaleza!

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a Deus, pelo dom da vida e por me conceder força e saúde para concluir este trabalho, mesmo diante de momentos difíceis e turbulentos.

Aos meus pais, Sirlei e Rômulo, pelo amor, cuidado e proteção. À minha irmã, Luana, grande parceira de vida e meu ponto de confiança. À minha querida avó Alda, por sempre me incentivar a seguir meus sonhos e a lutar pelos meus objetivos. Obrigada por me ensinar a ser forte. Aos meus padrinhos Silmara e Carlos e à minha tia Silvana. Enfim, obrigada a todas as pessoas que fazem parte da minha família e que, perto ou longe, contribuíram com atitudes generosas e palavras de conforto.

Obrigada ao meu grande amigo e companheiro de vida, Caio, por todo o incentivo, pelos infinitos abraços, por todas as ligações atendidas de madrugada e por segurar a minha mão nas situações mais difíceis. Você foi muito importante na minha trajetória. Eu amo você!

Ao Programa de Bolsas de Pós-Graduação (PBPG) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), pelo apoio financeiro durante meu primeiro ano do mestrado. E à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pelo financiamento durante o segundo ano da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da UFJF. Ao Núcleo de Estudos em História Social da Política (NEHSP), por ter me acolhido amavelmente e me permitir fazer parte desta família. E, um agradecimento muito especial à Profa. Dra. Silvana Mota Barbosa, cuja orientação foi muito importante na condução deste trabalho. Obrigada por ter acreditado na minha pesquisa e por todas as palavras de apoio, incentivo e carinho. Você é minha inspiração!

Obrigada às meninas do grupo de estudos “Mulheres e a Escrita da História”: Carol, Cris, Kathleen, Laura, Natália, Nil e Olga. Aos colegas que fiz no NEHSP: Diego, Thomaz e Raphael. Aos meus queridos amigos Érica, Louise e Pedro, sou grata pelo acolhimento inicial ao mestrado, por me fazerem sentir em casa e pela ajuda nos momentos de dificuldades. Obrigada pelos sorrisos, pelas conversas, pelos desabafos e pelos inúmeros cafezinhos. Vocês são incríveis!

Obrigada a Profa. Dra. Stella Maris Scatena Franco, pelos apontamentos e pelas sugestões durante o exame de qualificação. E aos professores que compuseram a banca, Alexandre Mansur Barata e Jefferson Cano, agradeço pela disponibilidade da leitura e avaliação deste texto.

Agradeço às primeiras pessoas que me receberam em Juiz de Fora: Estela, Geovana, Camila e Josi. Obrigada pelas palavras de conforto, pela segurança e amparo em minha chegada à cidade e na permanência durante esses anos.

Também gostaria de agradecer às pessoas que sempre acompanharam minha vida acadêmica, em especial aos amigos que fizeram parte da minha trajetória na UEMG Unidade Divinópolis: Tati, Bianca, Bruno, Eduardo, Lúcia, Hugo e Mateus. Obrigada, em especial, à professora Flávia Lemos, por todas as conversas, conselhos e palavras de afeto.

À minha amiga Talita, minha irmã de signo que, apesar da distância, se fez sempre muito presente no meu dia a dia. Obrigada pela amizade, pelo carinho e pelo incentivo. E ao meu anjo da guarda, Larissa, minha grande amiga e irmã do coração. Obrigada pelas ligações intermináveis, pela amizade, pelas inúmeras taças de sorvete e pelos doces momentos.

São muitos os nomes para citar neste espaço, e gostaria de deixar registrado meu agradecimento àquelas pessoas que, de uma forma ou outra, foram presentes em minha vida.

RESUMO

O século XIX foi marcado pelo empreendimento de viagens de europeus ao continente americano, sobretudo por ingleses, buscando novos espaços para comercialização, extração de recursos naturais e condições de trabalho. Muitos viajantes escreveram relatos de suas impressões sobre os povos e lugares visitados. É neste contexto que encontramos Maria Graham, viajante inglesa que se tornou o tema desta pesquisa. Ela foi filha e esposa de membros da Marinha Britânica e, desse modo, desde pequena, teve contato com os mares. Ao longo de sua vida, publicou variados gêneros literários, viajou para a Índia, a Itália, o Brasil e o Chile e realizou trabalhos na área da história natural. A presente dissertação tem como objetivo analisar as redes e os espaços de sociabilidade da viajante em suas estadias no Império do Brasil e, a partir do conceito de gênero, compreender a narrativa “feminina” e política da autora. Interessa-nos observar o papel das redes de sociabilidade na esfera privada e política, bem como o imaginário inglês em seu olhar para as mulheres e a Independência e escravidão. Para a realização da pesquisa, utilizamos a biografia publicada por Rosamund Brunel Gotch, *Maria, Lady Callcott: the creator of Little Arthur*; o livro *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*; o manuscrito *Esborço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*; e algumas cartas trocadas com a imperatriz Leopoldina, traduzidas e publicadas pelos Anais da Biblioteca Nacional. Ao propor investigar sua inserção no ambiente privado e no debate político, nosso trabalho buscou contribuir para o campo de estudos de história das mulheres e de gênero, iluminando as possibilidades e os limites de atuação de uma viajante inglesa no período marcado pelo patriarcalismo.

Palavras-chave: Maria Graham. Literatura de viagem. Gênero. Redes de sociabilidade.

ABSTRACT

The 19th century was marked by the undertaking to journeys from Europeans to the American continent, especially Englishmen, looking for new spaces for commercialization, natural resources extraction and working conditions. Many travelers have written reports of their impressions of people and places visited. It is in this context that we find Maria Graham, an English traveler who became the subject of this research. She was the daughter and wife of British Navy members and, since she was a child, she had contact with seas. Throughout her life she published several literary genres, traveled to India, Italy, Brazil and Chile, and carried out works about natural history. This dissertation aims to analyze the networks and sociability spaces of the traveler during her stays in the Empire of Brazil and, based on gender concept, to understand the “feminine” and political narrative of the author. We are interested in observing the role of sociability networks in the private and political spheres, and the English imaginary in its look at women, Independence and slavery. To carry out this research, we used the biography published by Rosamund Brunel Gotch, *Maria, Lady Callcott: the creator of Little Arthur*; the book *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*; the manuscript *Escorço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*, and some letters exchanged with Empress Leopoldina, both translated and published by National Library Annals. By proposing to investigate its insertion in the private environment and in the political debate, our work looked for to contribute to the field of studies of women history and gender, illuminating the possibilities and limits of an English traveler performance in a period marked by patriarchy.

Keywords: Maria Graham. Travel literature. Gender. Sociability networks.

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	9
1	O MUNDO LETRADO DE MARIA GRAHAM: VIAGENS E REDES DE SOCIABILIDADE	25
1.1	MARIA DUNDAS GRAHAM: A VIAJANTE, ESCRITORA E NATURALISTA OITOCENTISTA	25
1.2	O NAVIO QUE TROUXE MARIA GRAHAM À AMÉRICA: CONHECENDO O INTERIOR DA DORIS	35
1.3	REDES DE SOCIABILIDADE NAS PROVÍNCIAS DE PERNAMBUCO, BAHIA E RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX	39
2	A NARRATIVA “FEMININA” NOS ESCRITOS DE MARIA GRAHAM	52
2.1	LITERATURA DE VIAGEM E OS IDEAIS DE FEMINILIDADE NO SÉCULO XIX	52
2.2	OS IDEAIS DE DOMESTICIDADE E OS LIMITES ENTRE OS ESPAÇOS POR MEIO DA DIVISÃO SEXUAL	60
2.3	“A VIÚVA DO CAPITÃO”: POSSIBILIDADES E LIMITES NO RETORNO DE MARIA GRAHAM AO IMPÉRIO DO BRASIL	66
3	A NARRATIVA POLÍTICA SOB A PENA DE UMA VIAJANTE INGLESA: FAMÍLIA REAL, INDEPENDÊNCIA E ESCRAVIDÃO NOS ESCRITOS DE MARIA GRAHAM	75
3.1	“SE NÃO SOU A GOVERNANTE DAS IMPERIAIS PRINCESAS, NADA TENHO QUE FAZER NESTE PAÍS”: A ESTADIA DE MARIA GRAHAM NO PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO	75
3.2	MARIA GRAHAM E O IMPERADOR: A REPRESENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O CHEFE DA CORTE	79
3.3	REDES DE SOCIABILIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E INTERESSES BRITÂNICOS NA NARRATIVA SOBRE A INDEPENDÊNCIA	86
3.4	A NARRATIVA SOBRE A ESCRAVIDÃO NOS RELATOS DE MARIA GRAHAM: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICA	99
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	109
	FONTES	112
	REFERÊNCIAS	112

INTRODUÇÃO

No campo da literatura de viagem inglesa¹, Maria Graham é uma personagem fascinante e que deixou testemunhos dos eventos históricos, dos espaços circulados e das práticas culturais e sociais dos lugares visitados. Filha e esposa de membros da Marinha Britânica, realizou diversas viagens ao longo de sua vida – Índia, Itália, Brasil e Chile – e produziu diários pelos países que visitou. Uma mulher surpreendente e que teve sua trajetória marcada por uma tragédia: a morte do marido, Thomas Graham, enquanto estavam viajando para o Chile. E, apesar da perda e dos obstáculos que vieram com a solidão e do fato de estar sozinha em território desconhecido e distante de sua terra natal, ainda assim permaneceu por longos meses no continente americano. Seus textos são marcados pela narrativa da Independência e da escravidão e sobre o “feminino”, trazendo abordagens acerca das mulheres encontradas nos lugares visitados e representações de si nos relatos de viagem.

Nossa pesquisa buscou trazer a história de Maria Graham analisando suas redes e seus espaços de sociabilidade no Império do Brasil. A partir do fio condutor do gênero, investigamos suas representações sobre os ideais de feminilidade e a narrativa política presente em seus relatos de viagem, verificando a presença das redes de sociabilidade nos assuntos abordados no texto, sobretudo em sua atuação no campo da política e do doméstico. Por meio dos relatos presentes no manuscrito dedicado ao imperador d. Pedro I e nos relatos de seu diário de viagem, investigamos a construção de redes de sociabilidade no Império brasileiro entre 1821 e 1825, bem como as concepções culturais inglesas nas representações contidas em suas obras.

Os diários foram ferramentas comuns de escrita pessoal, ao menos desde o século XVII, revelando emoções, valores, saberes, intimidades, ideias, acontecimentos e experiências por meio das representações do narrador. Obviamente, não havia consciência do “eu privado” como conhecemos atualmente. Os textos, a princípio, eram narrativas realizadas por homens públicos que apresentavam suas conquistas em papéis e pequenos cadernos (FOISIL, 2009). Desse modo, o período renascentista foi fundamental na valorização do “eu” e na reflexão acerca de sentimentos individuais e dos diários, que até então eram usados como anotações públicas ou registros cotidianos de navios, se tornaram uma prática de escrita comum, sobretudo para as mulheres, visto o seu caráter íntimo e privado. Além disso, “uma

¹ Britânico e inglês são palavras com significados diferentes na língua inglesa. Segundo Martins (2001, p. 13), “considerar inglês como britânico é erro”. Ingleses são as pessoas nascidas na Inglaterra. Chamar um britânico de inglês é excluir outras nacionalidades, como os galeses, escoceses e irlandeses, que, assim como os ingleses, também fazem parte da Grã-Bretanha.

significativa produção de diários pessoais coincide com a ascensão política e social da burguesia e com o consequente desenvolvimento da vida nas cidades (a vida urbana) aliado aos progressos de alfabetização feminina” (CUNHA, 2011, p. 256).

A partir do século XVIII, inicia-se uma série de viagens de missões científicas no intuito de classificar as plantas do mundo, coletar espécies nativas e conhecer melhor a fauna, a flora e as sociedades além do território da Europa². Segundo Pratt (1999), a história natural³ foi um importante impulso para a ampliação do número de viagens pelo mundo e, em conjunto com outras mudanças, como a consolidação da burguesia e a nova etapa do capitalismo, os europeus registraram uma “consciência planetária”. Também as crescentes inovações tecnológicas, em especial no campo do transporte e da comunicação, como, por exemplo, o motor a vapor na propulsão em navios, possibilitaram o maior deslocamento e, conseqüentemente, o aumento de viajantes, pois a locomoção se tornou mais rápida e o custeio era mais barato. A partir do século XIX, as pessoas começaram a viajar para além do continente europeu, e a exploração e a colonização na África e América cresciam em número acelerado (THOMPSON, 2011).

Neste contexto, a escrita pessoal do diário se tornava um livro da embarcação e o meio pelo qual o viajante registrava suas emoções, testemunhos, impressões e descrições da natureza e espécimes encontrados. Diferentemente do diário pessoal, os diários de viajantes, em sua maioria, não possuem o caráter da intimidade, visto que muitos são escritos com a intenção de serem publicados em seus países de origem ou apresentados em reuniões de instituições científicas. Maria Graham, desde o início de sua jornada ao continente americano, demonstrou o interesse em publicar um livro de viagem na Inglaterra, pois, ao longo da narrativa, se preocupava em escrever sobre assuntos que interessariam ao público leitor inglês. Os registros da obra foram anotados desde o momento de sua partida em Plymouth, em formato de marcação de datas para relatar determinado acontecimento ou emoção.

Na Grã-Bretanha, a indústria do livro se modernizou ao longo século XVIII, e, a partir de 1750, os artistas ingleses iniciaram um trabalho de impressão de gravuras e imagens coloridas, facilitando, inclusive, a reprodução de mapas. Nesse sentido, as novas técnicas

² Na Grã-Bretanha, Joseph Banks foi um dos responsáveis pelo empreendimento que visou ao transporte de espécies nativas do Império britânico e à publicação desses relatos de exploração (THOMPSON, 2011).

³ Na primeira metade do século XVIII, dois naturalistas colaboraram para o desenvolvimento de uma chamada “história natural”. O sueco Carl Linné constituiu um sistema que tinha o objetivo de categorizar todas as espécies de plantas do mundo, conhecido como *Systema Naturae*. E, no mesmo período, ocorreu a primeira grande expedição científica que visava a investigar a forma do planeta Terra. Esses dois acontecimentos, segundo Pratt (1999), foram fundamentais para modificar a dinâmica da Europa e das viagens marítimas.

tornaram o processo de impressão de livros de viagem mais rápido e barato (PORTO, 2017). O *Journal of a voyage to Brazil*, de Maria Graham, possui três desenhos fornecidos pelo pintor Augustus Earle: *O mercado de escravos do Rio*, *O mercado de escravos de Recife* e *Retrato de Maria Quitéria*. Embora Maria Graham tenha realizado uma vasta quantidade de aquarelas, no diário original foram reproduzidas apenas as obras de Earle.

O diário teve como título *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823* e foi construído durante o período de viagem de Maria Graham ao território brasileiro⁴. A obra compreende sua estadia entre os anos de 1821 e 1823, sendo publicado na Inglaterra em 1824, por meio do editor John Murray⁵ e Albemarle Street, e em conjunto com Longman, Hurst, Rees, Orme, Brown e Green. Segundo Akel (2007), os dois editores mais importantes de Londres, Murray e Longman, tiveram conflitos pelos escritos sobre a América do Sul da viajante. John Murray se tornou amigo de Maria Graham e ambos trocaram várias correspondências ao longo da vida. A obra foi publicada em outros países para além da Inglaterra, como, por exemplo, nos Estados Unidos, em 1969, por Frederick A. Praeger.

No Brasil, o diário demorou 80 anos para ter a primeira tradução, embora parcial, realizada por Alfredo de Carvalho em 1904 e publicada na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Posteriormente, na década de 1930, Cândido Firmino de Mello Leitão traduziu alguns fragmentos que fizeram parte dos livros *Visitantes do Primeiro Império* (1934) e *O Brasil visto pelos ingleses* (1937). 132 anos depois da publicação original, o diário de Maria Graham foi traduzido integralmente por Américo Jacobina Lacombe e publicado em 1956 pelos *Anais da Biblioteca Nacional*⁶. Em 1990, uma nova edição do diário foi publicada através da coleção “Reconquista do Brasil” (v. 157), da editora Itatiaia.

⁴ Maria Graham esteve no Brasil em três momentos. Na primeira visita⁴, em 1821, chegou acompanhada de seu primeiro marido, Thomas Graham. Em 1823, voltou ao Império acompanhando Lorde Cochrane⁴. E, na terceira estadia, após uma viagem à Inglaterra, morou no Paço Imperial e no bairro Laranjeiras, no Rio de Janeiro. Entre uma visita e outra, a inglesa foi para o Chile, e, apesar de a viagem fazer parte do conjunto de visitas à América, optou por publicar o *Journal of a residence in Chile during the year 1822; and a voyage from Chile to Brazil in 1823* separadamente, devido às diferenças culturais, institucionais e governamentais (GRAHAM, 1956).

⁵ Editora britânica conhecida por publicar os livros de Jane Austen, Lord Byron e Charles Darwin. Muito tradicional na Inglaterra, a editora esteve por sete gerações na família Murray. Segundo Marchant (1963), John Murray era “patrono da literatura de Londres”.

⁶ Na carta a Augusto Meyer, Edgard de Cerqueira Falcão (médico e historiador) sugere que Rodolfo Garcia (diretor da Biblioteca Nacional) publique a obra completa de Maria Graham, incluindo as aquarelas da viajante adquiridas pela Biblioteca. Segue o trecho da carta: “Diante do êxito gráfico do meu último trabalho, êxito que ultrapassou minha própria expectativa, em que a rotogravura policroma reproduziu impecavelmente os desenhos de agrada, seria o caso do amigo demover os receios do Garcia e sugerir-lhe a publicação, como edição do Instituto do Livro, da obra completa daquela

O diário de Maria Graham é dividido entre a introdução à história do Brasil e a primeira e a segunda visitas ao território. A introdução é uma apresentação da história do país baseada nas obras do historiador inglês Robert Southey, iniciada com a chegada dos portugueses em 1500 e finalizada com a revolução do Porto. Ao escrever um diário, era prática comum que os viajantes apresentassem o contexto político e social do lugar visitado, no intuito de informar o público leitor a respeito do território narrado. A obra também contém documentos do período, como listas de navios que desembarcaram de Lisboa em 1807 e a proclamação, do dia 27 de abril de 1821, do príncipe regente d. Pedro ao assumir o governo brasileiro. Nesse sentido, além de se preocupar em apresentar informações a respeito da história do Brasil, Maria Graham anexou documentos que adquiriu em seu percurso no território, ou seja, fontes importantes para o trabalho do historiador.

Segundo Thompson (2011), em muitas sociedades e períodos, o ato de viajar é atribuído ao homem, e as mulheres, de acordo com a ideologia patriarcal, são associadas ao lar e à imobilidade, pois havia restrições que dificultavam suas viagens. Apesar das limitações, elas são, geralmente, encontradas nos registros como acompanhantes de seus maridos, pais e irmãos em diversas atividades, como nas guerras, migrações e colonizações. Muitas faziam parte de comitivas diplomáticas e aristocráticas e eram participantes de peregrinações religiosas e outras viajaram a lazer, no período do *Grand Tour*⁷. Nesse sentido, o número de mulheres que viajavam era restrito e ainda menor era o número daquelas que escreviam e publicavam seus relatos, devido ao índice de baixa alfabetização feminina.

Apesar das possibilidades limitadas de viajar, escrever e publicar, a historiografia recente apresenta mulheres que, ao menos desde o século XVIII, se movimentaram pelo espaço e inseriram-se na produção de literatura de viagem⁸. Grande parte dessas mulheres, até meados de 1970, não eram objetos de estudos da historiografia. Porém, nas últimas décadas,

camareira imperial, ilustrada com as preciosas aquarelas, no conjunto ou em parte (feita então criteriosa seleção), e devidamente anotada pelo emérito historiador que anotou Porto-Seguro. Deste modo a publicação seria oficial (deixando de existir o escrúpulo do diretor da B.N. em ceder a um particular cimélio adquirido pelos cofres públicos) e divulgar-se-ia um tesouro de arte, que somente poucos brasileiros puderam apreciar até agora” (FALCÃO, 1943, n.p.).

⁷ O *Grand Tour* foi uma forma de turismo europeu desenvolvida no final do século XVII, em que as visitas eram estendidas, especialmente para os territórios da França e Itália. Segundo Thompson (2011), era também considerado um rito de passagem para muitos jovens que faziam parte da aristocracia.

⁸ Não podemos afirmar qual foi a primeira obra de literatura de viagem publicada por uma mulher. Porém existem registros que nos dão apontamentos importantes. Tendo em vista o objetivo da pesquisa, nos dedicaremos a mencionar autoras britânicas. Elizabeth Justice, em 1739, escreveu *Voyage to Russia*. Além da inglesa, Aphra Behn publicou *Oronooko* (1763); Lady Mary Wortley Montagu lançou *Turkish embassy letters* (1763); Anna Maria Falconbridge publicou, em 1793, *Two voyages to Sierra Leone*; e, em 1817, Eliza Fay escreveu *Original letters from India* (AKEL, 2007).

estudiosos e, principalmente, historiadoras feministas estão buscando analisar as experiências e os escritos deixados por essas personagens na história.

A história das mulheres e de gênero é um campo de estudos que se desenvolveu a partir da década de 1970, em paralelo com a história cultural e a história vista de baixo. O movimento feminista, a política de identidade e a reivindicação das mulheres por direitos e melhores condições na sociedade, bem como no reconhecimento e na ampliação de estudos para que fossem resgatadas trajetórias de mulheres que atuaram na história, foram fundamentais para o crescimento dessa área de estudos (SCOTT, 1991). Nossa proposta, portanto, é importante para a discussão da condição da mulher viajante oitocentista e, principalmente, para tornar Maria Graham protagonista de sua própria história, situando a inglesa em seu tempo e investigando as possibilidades e os limites de suas viagens e escritos.

Além de temas como a Independência e a escravidão, Maria Graham escreveu sobre o “feminino”, e esses relatos são fundamentais nesse momento, visto que as mulheres eram sujeitos excluídos e invisíveis dos registros oficiais históricos (PERROT, 2017). A viajante descrevia as mulheres que encontrava em seu cotidiano, nas ruas de Pernambuco, Bahia e Rio de Janeiro, nos salões de festa ou dentro do ambiente familiar. Não podemos dizer que a autora tinha uma sensibilidade para o gênero. Todavia, seu olhar para o “feminino” é um dos elementos que nos chamam a atenção em seus textos de viagem. É importante pensar quais mulheres Maria Graham optou por relatar, onde estavam e o que faziam e como foi realizado esse relato, tendo em vista as concepções da cultura inglesa nos relatos de viajantes.

Nesse sentido, a pesquisa sobre os escritos de Maria Graham é relevante para o estudo acerca da história das mulheres e de gênero, pois, no período ao qual foram produzidas, as publicações de livros eram, em sua grande maioria, exclusividade dos homens. E, como objeto de estudo, os diários são importantes documentos que nos dão acesso ao ambiente privado e “feminino”. Para além da análise dos escritos sobre outras mulheres, seu texto é fundamental para entender sua própria “condição feminina” de viajante, visto que conseguimos identificar a formação de redes de sociabilidade durante sua estadia no Império.

A presente pesquisa teve como objetivo analisar a experiência, os escritos, os espaços e as redes de sociabilidade de Maria Graham no território brasileiro entre os anos de 1821 e 1825, por meio das obras *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823* e *Esborço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*. Utilizamos a versão traduzida da obra *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823*, pois consideramos o mais adequado para a estrutura e fluidez do texto, visto que foi publicada pela

Biblioteca Nacional e traduzida pelo renomado historiador Américo Jacobina Lacombe. Por conseguinte, as traduções são confiáveis. Além disso, simultaneamente, recorreremos ao diário de viagem original a fim de conferir os relatos selecionados para a análise da pesquisa.

Durante o período de graduação na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Unidade Divinópolis, as discussões a respeito dos viajantes oitocentistas foi um tema que me despertou o interesse. Após cursar a disciplina Brasil Império, iniciei as primeiras leituras bibliográficas da literatura de viagem, por meio das obras *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*, de Luciana de Lima Martins; *O Brasil no tempo de Dom Pedro II*, de Frédéric Mauro; *Uma parisiense no Brasil*, da viajante francesa Adèle Toussaint-Samson; e *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*, de Stella Maris Scatena Franco. Após ter me aproximado da literatura, conheci Maria Graham através dos diários de viagem ao Brasil e Chile. Inicialmente, seus relatos sobre sua condição de viajante e aqueles acerca das mulheres me chamaram a atenção, e manifestei o interesse em trabalhar com a temática de gênero.

Em 2018, participei do desenvolvimento do projeto de pesquisa financiado pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq), com o projeto “Maria Graham entre o Brasil e o Chile: discursos acerca do feminino no século XIX”. A pesquisa teve como objetivo analisar os relatos de Maria Graham sobre as mulheres no Brasil, especialmente as denominadas “portuguesas” e “brasileiras”. E, a partir de então, algumas indagações foram realizadas. Qual era o espaço dedicado às mulheres no Brasil Imperial? Elas eram documentadas nas fontes históricas? Qual era a relação entre o privado e o público na vida “feminina” e as possibilidades de atuação no século XIX? Desse modo, na pesquisa apresentada, buscamos verificar os espaços nos quais Maria Graham circulava e de que forma ela tinha acesso a eles, investigando suas redes de sociabilidade durante sua estadia no Império. Examinamos seu olhar para as discussões que estavam permeadas na esfera privada e pública, através dos relatos sobre o “feminino”, a Independência e a escravidão.

Na historiografia brasileira, o número das pesquisas de gênero cresceu nas últimas décadas, sobretudo os estudos de viajantes oitocentistas e aqueles dedicados à área de gênero e política. Leite (1984; 1997), através dos estudos *A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX: antologia de textos de viajantes estrangeiros* e *Livros de viagem (1803-1900)*, foi

uma das pesquisadoras pioneiras a trabalhar com a temática. A autora reuniu uma vasta seleção de relatos de viajantes acerca das mulheres no Rio de Janeiro, e, além da história das mulheres, seus trabalhos são voltados para a história da família e da infância. Examinou mais de 80 narrativas de viagem no Rio de Janeiro entre 1801 e 1900, e, dos livros analisados na primeira metade do XIX, apenas cinco eram de autoria feminina⁹. A historiadora proporciona à mulher um papel de destaque, analisando a condição de viajante e a importância do diário como fonte de acesso à história das mulheres, visto que muitos relatos abordam o privado. Ela afirma que as produções fornecem uma “dupla documentação do feminino”, pois, além de escrever sobre outras mulheres, os textos carregam uma visão de si, ou seja, ao falar sobre o outro, as viajantes dizem muito também sobre a sua própria “condição feminina”.

Pensando acerca da influência do gênero em suas trajetórias e produções intelectuais, Maia (2016) analisa duas viajantes, a brasileira Nísia Floresta e a francesa Adèle Toussaint-Samson, na tese *Viajantes de saia: gênero, literatura de viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX)*. Seu estudo é fundamental para verificar as negociações realizadas pelas viajantes dentro da produção literária, nas viagens e em suas próprias atuações como mulheres na sociedade. Tanto Nísia quanto Adèle utilizaram a escrita para expressar as insatisfações, exclusões e dificuldades dentro do ambiente privado do lar e do público no trabalho.

Também destaco a tese de doutoramento de Franco (2008), *Peregrinas de outrora: viajantes latino-americanas no século XIX*, em que a autora analisa a trajetória e os escritos de três viajantes latino-americanas: Nísia Floresta, Eduarda Mansilla e Gertrudis Gómez de Avellaneda. Seu estudo é fundamental para pensar na própria ideia de viajante ser associado apenas aos visitantes europeus e ao sexo masculino. Através de sua tese, é possível perceber as movimentações de viajantes femininas da Argentina, em Cuba e no Brasil em viagens pela Europa e pelos Estados Unidos. Seja publicando obras ou através de correspondências pessoais, essas mulheres levantaram, em seus escritos, questões importantes para pensar a “condição feminina” e os limites entre o público e o privado, com temas sobre casamento, divórcio, luto, atividades domésticas e maternidade.

As três viajantes estudadas, como mulheres da elite, vivenciaram circunstâncias que lhe realizaram “pressões em torno do casamento e demais cobranças sociais em relação a certas normas de respeitabilidade” (FRANCO, 2008, p. 261). Desse modo, é importante

⁹ Mulheres viajantes que visitaram e publicaram seus relatos sobre o Rio de Janeiro na primeira metade do XIX: Rose de Freycinet (1817-1820); Maria Graham (1821-1824); Langlet Dufresnoy (1837-1839); Baronesa de Langsdorff (1842-1843); e Ida Pfeiffer (1846) (LEITE, 1984).

pensar nos temas que recebiam autocensura em suas narrativas, como forma de aceitação ao público e acatamento das diretrizes de respeitabilidade social. Segundo a autora, existe um culto à feminilidade que é possível perceber através dos escritos ou do silenciamento das viajantes (FRANCO, 2008).

Franco (2017), em sua tese de livre-docência *Viagens e relatos: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX*, analisa relatos de viagem latino-americanos de homens e mulheres que visitaram a Europa e os Estados Unidos no século XIX e investiga a materialidade de suas viagens, como as condições e as origens dos viajantes e os discursos presentes nas narrativas. Nos textos “femininos”, observou as tendências presentes em seus relatos, como, por exemplo, a caridade, o altruísmo e a maternidade. Ao preocuparem-se com as normas e convenções sociais do período, as viajantes adotaram “um discurso apaziguador, que tendia a autodesqualificar suas ações e capacidades” (FRANCO, 2017, p. 235). Contudo as viagens possibilitaram o contato com outras mulheres que trabalhavam e eram intelectualizadas e, também, que escrevessem sobre os mais diversos assuntos, para além da dimensão autobiográfica. Dessa forma, em comparação às experiências masculinas, se por um lado as viajantes “reproduziam um padrão normativo e viril, por outro, nem sempre correspondiam aos comportamentos idealizados” (FRANCO, 2017, p. 236), uma vez que podiam ultrapassar os limites impostos das tarefas e funções a partir das divisões sexuais.

Ivania Pocinho Motta, em *Viajantes britânicas na América do Sul: gênero e cultura imperial (1868-1892)*, analisa os relatos de Marianne North, Florence Dixie e Marion Mulhall nas visitas realizadas à América do Sul. As viajantes estudadas eram, respectivamente, de nacionalidade inglesa, escocesa e irlandesa e suas memórias possuíam uma identificação britânica no olhar sobre o outro através dos elementos naturais, sociais e políticos. Seu estudo nos faz pensar sobre a mentalidade britânica nos relatos de viajantes femininas e suas ligações com o governo, uma vez que “o mais importante era a preservação da autoridade moral, religiosa, cultural e civilizatória” (MOTTA, 2015, p. 80), no sentido de unir o Império Britânico, identificando-se como *englishmen*. Nesse sentido, as nacionalidades das viajantes se mesclam nos relatos, e era importante registrar essa identidade tanto na metrópole quanto na periferia.

Na Inglaterra, Carl Thompson, professor de literatura inglesa na University of Surrey¹⁰, possui um amplo estudo no campo da literatura de viagem dos séculos XVIII e XIX,

¹⁰ Para saber mais, consultar <https://www.surrey.ac.uk/people/carl-thompson>.

e, nos últimos anos, seus trabalhos voltaram-se para a área de gênero. Thompson (2011) afirma que as viagens, assim como a escrita, eram uma forma de autoempoderamento das viajantes setecentistas e oitocentistas, pois permitiram que elas saíssem do lar e das responsabilidades que havia dentro do espaço privado, possibilitando um grau de autoformação e apresentação da imagem de si através dos relatos. Em outras palavras, assim como pontuou em “Journeys to authority: reassessing women’s early travel writing, 1763-1862”, as viagens e sua representação textual podem se tornar uma “jornada para a autoridade” (THOMPSON, 2017).

As viajantes escreviam sobre o público, mas havia muitos relatos do espaço doméstico e detalhes do cotidiano que, se comparados aos diários masculinos, havia poucas descrições acerca da esfera privada. Também em comparação ao masculino as escritoras eram tratadas e recebidas de maneiras diferentes pelos editores, revisores e leitores, e, se elas ultrapassassem as normas de feminilidade, eram censuradas e enfrentavam a sátira sobre suas obras. As hierarquias do Império dificultavam as negociações dessas mulheres, tanto nas viagens quanto no meio literário (THOMPSON, 2011; 2017).

Para pensar nas atuações de mulheres viajantes no Império Britânico, a obra *Discourses of difference. An analysis of women’s travel writing and colonialism*, de Mills (1993), é referência fundamental nesse campo de estudos. A linguista investiga os casos de Alexandra David-Neel (1927), Mary Kingsley (1897) e Nina Mazuchelli (1876), buscando explorar as possibilidades de interpretações dos relatos e não reduzir as obras por meio de meros estudos biográficos de mulheres excepcionais. A autora leva-nos a questionar de que maneira o colonialismo britânico foi negociado nos textos “femininos”, pois, apesar do gênero, sua classe e sua raça são elementos que, quando estão nas colônias, possuem um grau de poder maior, sobretudo para o acesso em espaços públicos e privados. As viajantes saíram da esfera doméstica e entraram no meio público, mas o poder colonial ainda as consideravam guardiãs dos valores e da moral. Algumas eram críticas do discurso colonial e outras realizaram contribuições ao governo.

De acordo com Mills (1993), em comparação com a produção masculina, muitos pesquisadores da década de 1980 afirmaram que as viajantes tinham uma sensibilidade com os povos nativos e as sociedades que visitavam, diferentemente dos homens, que possuíam um discurso imperialista e classista. Todavia os estudos posteriores à década de 1990 concluem que os discursos são diferentes, mas as mulheres viajantes permanecem com a cultura hegemônica. Muitos críticos não consideram as obras parte do discurso colonial, e, por sua vez, elas são lidas como autobiografias. Os escritos “femininos” só foram analisados

dentro do contexto colonial e integrantes na construção do imperialismo britânico a partir de estudiosas feministas.

Dentro do processo do colonialismo, as mulheres são vistas como marginais, e suas obras são marcadas por estruturas discursivas e variáveis pressões, tal como o discurso do imperialismo e da feminilidade. Mills (1993) investigou os elementos compartilhados com a escrita masculina, afirmando que as diferenças são causadas pelas pressões discursivas sobre a produção e recepção. Devido ao discurso da feminilidade, as viajantes não conseguiram adotar com facilidade a voz imperialista, assim como os homens. Portanto, suas atuações e relatos devem ser analisados considerando o gênero, a raça, a classe, a idade, a educação, os ideais políticos e o contexto histórico e social.

Clare Midgley, em *Feminism and empire. Women activists in Imperial Britain, 1790-1865*, estuda os escritos de mulheres britânicas consideradas ativistas entre os anos de 1790 e 1865, analisando como elas estiveram “envolvidas na formação do discurso colonial, nos debates sobre o Império e projetos de reforma imperial” (MIDGLEY, 2007, p. 1), e observando as questões de identidade e gênero dentro do processo do poder imperial. Ela também verifica como a condição das mulheres britânicas foi influenciada pela posição do governo, afirmando que “as campanhas contra o comércio de escravos e o movimento missionário” (MIDGLEY, 2007, p. 13) influenciaram diretamente nas suas condições. A historiadora afirma que as viajantes estudadas se basearam em visões estereotipadas e, muitas das vezes, negativas sobre os povos visitados, pois estavam emersas na expansão do poder colonial. E, mesmo que os relatos “femininos” não tivessem o objetivo de contribuir para esse discurso colonial e imperialista, frequentemente os textos apresentavam a imagem dos povos não europeus como inferiores culturalmente, reforçando, assim, as ações do governo imperial (MIDGLEY, 2007).

Pratt (1999), em *Os olhos do Império: relatos de viagem e transculturação*, estuda grupos de viajantes que visitaram a América do Sul, dedicando um capítulo à Maria Graham e Flora Tristan. Os viajantes que chegavam ao continente americano eram nascidos e criados em sociedades diferentes e carregavam uma herança cultural oposta à daqueles grupos que visitavam. Esse encontro colonial entre colonizadores e colonizados, viajantes e visitados, recebeu o conceito de “zona de contato”. O conceito é muito utilizado nos trabalhos que têm como objeto de estudo os diários de viagem e é considerado, também, o sinônimo de “fronteira colonial”. A zona de contato é constituída quando os viajantes estão em um novo espaço e as diferenças culturais se tornam acentuadas ao se estabelecerem relações que podem

ser de solidariedade ou força, e, assim, situações de coerção podem ocorrer, pois são perceptíveis como consequências do processo colonial.

No estudo mencionado, Pratt (1999) utiliza o termo “anticonquista” para se referir às estratégias de representação dos viajantes que buscavam garantir a inocência, constituída pela retórica imperial de conquista, e, ao mesmo tempo, assegurar a hegemonia europeia. O personagem da “anticonquista” é o observador masculino e europeu que, através dos olhos imperiais, vê e possui. O viajante é um observador, e seus olhos e a pena com a qual escreve são carregados pela influência política e cultural do país de origem.

No capítulo dedicado à Maria Graham e Flora Tristan, a autora usa o termo *exploratrice sociale*, introduzido pela crítica alemã Marie-Claire Hoock-Demarle para distinguir o trabalho político de reformadoras sociais de viajantes como Tristan e Bettina von Arnim daqueles pesquisadores oficiais cujo discurso era baseado em estatísticas e técnicas. Maria Graham também pode ser incluída nessa categoria, tendo em vista que realizou visitas a prisões, aldeia de artesãos, mercados, portos etc. As *exploratrices sociales* usam práticas novelísticas nos textos, e seus trabalhos fazem parte do reformismo social dentro da missão civilizatória europeia. Dessa forma, elas compõem uma categoria de intervenção imperial feminina na zona de contato e são instrumentos que servem para reforçar o domínio colonial (PRATT, 1999).

Akel (2007), em *The journals of Maria Graham (1785-1842)*, analisa os quatro diários de viagem de Maria Graham e afirma que a viajante adquiriu poder através dos “atos de performatividade” construídos em suas obras. Os atos são formas de discurso autoritário, e, segundo a autora, Maria Graham construiu as “personas” de uma mulher intelectual e independente, heroína respeitável e aquela que segue os padrões “femininos” na sociedade. Nesse sentido, Maria Graham já foi tema de pesquisas, inclusive por historiadores brasileiros, visto que sua trajetória e escritos deixaram marcas, principalmente na história social da política no país. Os estudos realizados são importantes e foram devidamente lidos e creditados na presente dissertação.

Apesar do número de dissertações apresentadas sobre a inglesa, acreditamos que nossa pesquisa se destaca na construção da análise dos espaços e das redes de sociabilidade da viajante durante suas estadias no Império do Brasil, a partir do conceito de gênero. Partindo dessa premissa, o trabalho considera que Maria Graham fez parte de redes de sociabilidade que lhe possibilitaram um lugar de testemunha único e singular, além de adentrar em esferas políticas e privadas e ser uma rede de apoio fundamental no momento em que ficou viúva.

Além disso, a pesquisa se respalda em bibliografias recentes que apresentam discussões sobre as relações de gênero em textos de viajantes femininas oitocentistas, o que nos ajuda a pensar a atuação de Maria Graham no Império e sua condição de mulher viajante inglesa.

O livro de viagens sofreu mudanças ao longo do tempo. Ele é um produto “entre o documento pessoal (diário íntimo e correspondência) e o relatório oficial (memória descritiva com objetivos políticos, econômicos e educacionais)” (LEITE, 1997, p. 27). De acordo com a autora, em razão do caráter intermediário, é fonte de informações acerca das mulheres, pois aborda aspectos do cotidiano e do privado, nos quais as mulheres geralmente atuavam. Existem muitos questionamentos em torno desta fonte, e o principal é acerca da veracidade, pois, ao escrever sobre o outro, o viajante carregava em si o universo cultural do seu país de origem e, portanto, “suas opiniões e julgamentos apontavam mais para o âmbito cultural do próprio viajante do que para o lugar visitado, ainda que falasse também deste” (JUNQUEIRA, 2011, p. 45). Desse modo, ao trabalhar com relatos de viagem, é fundamental analisar o contexto histórico e social do país de origem do viajante, bem como o local, o ano de publicação, a editora e a estrutura narrada pelo autor, se perguntando “quem é o escritor do relato ou quem ‘ele quer ser’” (SELA, 2008, p. 25).

Os relatos de viagem possuem o caráter dúbio, pois trafegam “entre a materialidade da experiência e a subjetividade do olhar” (FRANCO, 2011, p. 76). Eles são produzidos a partir das experiências dos viajantes que, deslocados de suas origens, frequentaram outra realidade. O caráter subjetivo é influenciado pela formação cultural do viajante e pelos interesses e objetivos no desenvolvimento da viagem e na publicação do relato. Entretanto é necessário ressaltar que toda narração que é produzida não está isenta da subjetividade do autor, e, por mais que os relatos de viagens sejam vistos como narrações de eventos e fatos históricos (FRANCO, 2011), é inegável sua importância enquanto fontes para o trabalho do historiador.

Nossa pesquisa analisou as representações de Maria Graham acerca dos ideais de feminilidade, Independência e escravidão. A partir do conceito de gênero, identificamos, em seu discurso, a cultura inglesa, as restrições do sistema patriarcal e os limites e as possibilidades de suas atuações no Império. Por meio do conceito de redes e espaços de sociabilidade, verificamos a participação de uma rede que lhe deu acesso a variados espaços, oportunidades, apoio e suporte, sobretudo após o falecimento do marido. Portanto, nosso trabalho está inserido no campo dos estudos de gênero, uma vez que objetivamos pensar

Maria Graham a partir da condição de uma mulher inglesa, branca e alfabetizada, verificando as limitações impostas pelo gênero nos espaços circulados e nas redes de sociabilidade. Dessa forma, as leituras sobre história das mulheres e gênero foram fundamentais na discussão proposta.

A introdução do gênero como categoria de análise contribuiu para o estudo das variações e das relações de poder entre os sexos e, principalmente, para a desconstrução e desnaturalização dos acontecimentos históricos (TILLY, 1994). O campo de estudos se desenvolveu influenciado pelos movimentos feministas e pela política de identidade em meados da década de 1980. Com isso, para fundamentar as distinções baseadas no sexo, as discussões das feministas contemporâneas se voltaram para o termo gênero, tendo em vista que as teorias existentes eram insuficientes para explicar as desigualdades entre homens e mulheres (SCOTT, 1995). Nesse sentido, as pessoas deveriam se interessar pela história dos homens e das mulheres e dar importância a ambos os sexos, ou seja, aos “grupos de gênero no passado histórico” (DAVIS, 1975, p. 70).

O termo gênero é usado para definir que toda informação sobre as mulheres é também uma informação sobre os homens: “um implica o estudo do outro” (SCOTT, 1995, p. 75). Através do gênero, identificamos os usos dos papéis designados ao masculino e feminino na construção cultural e, portanto, este conceito é “um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Inicialmente utilizado nos estudos das diferenças entre os sexos, o conceito se estendeu e, hoje, podemos perceber a discussão “das diferenças dentro da diferença”, multiplicando o uso da categoria das mulheres e tornando-o uma categoria de análise. Portanto, através do desenvolvimento desse campo de estudos, as discussões acerca de outras categorias, como etnia e classe, começaram a ser realizadas (SCOTT, 1991).

De acordo com Mills (1993), é necessário questionar como será a narrativa sobre as mulheres viajantes e qual é a finalidade do texto proposto, verificando se será realizada apenas a reprodução de seus escritos, de forma a torná-los mais acessíveis, ou se haverá um olhar crítico acerca dos posicionamentos, analisando, por exemplo, representações colonialistas ou racistas. Segundo a linguista, os textos “femininos” frequentemente são lidos como profeministas, ou seja, o leitor busca traçar características e ideias semelhantes às preocupações feministas da contemporaneidade. Nos relatos de viagem, por exemplo, as mulheres são vistas como excepcionais, uma vez que, ao viajarem e publicarem suas obras, conseguiram romper com as estruturas do patriarcado.

Nosso trabalho não analisou Maria Graham a partir da perspectiva de mulheres excepcionais ou à frente de seu tempo, pois esse olhar é condicionado a pensar a mulher pelo viés essencialista. Buscamos pensar sua trajetória considerando o contexto ao qual estava inserida, sua relação com a família, o país de origem e toda a concepção cultural, social e política em que seus relatos estavam permeados. Corroborando com Mills (1993), é fundamental pensar, também, a relação dos textos com o imperialismo britânico, pois Maria Graham, ao viajar acompanhando seu marido em uma missão do serviço inglês, chegou à América do Sul representando a Inglaterra.

Para a realização da pesquisa, utilizamos a obra *Maria, Lady Callcott: the creator of Little Arthur*, de Rosamund Brunel Gotch, para pensar na experiência de Maria Graham enquanto uma mulher que se inseriu no ambiente letrado e marítimo. Também utilizamos seu *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, o manuscrito *Escorço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo* e cartas trocadas com a imperatriz Leopoldina, traduzidos e publicados pelos *Anais da Biblioteca Nacional*.

Como mencionado anteriormente, a obra *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823* foi publicada em 1824 na Inglaterra e em 1956 pelos *Anais da Biblioteca Nacional*. Na primeira parte do diário, Maria Graham apresenta a história do Brasil, descrevendo os principais acontecimentos políticos, econômicos e sociais. Com os marcadores de datas, a viajante escreveu sobre o ambiente doméstico, o comércio de escravos, as festas, a Independência, a natureza, a Família Real e os passeios e encontros com a elite no Império.

Utilizado como fonte na presente pesquisa, o *Escorço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo* foi escrito após a morte do imperador, em 1834, e concluído em julho de 1835. O manuscrito foi adquirido pela Biblioteca Nacional em 1938, após a compra pela Livraria Kosmos, por intermédio de Erich Eichner. Além do escrito sobre o imperador, o conjunto tinha 31 cartas trocadas entre a viajante e Leopoldina e outras pessoas do seu círculo de amizade; uma nota sobre a Família Imperial e um álbum com 62 aquarelas, o *Vistas, tipos e meios de transporte da Bahia e vistas de Pernambuco*, de Maria Graham e H. Lewis¹¹. Em 1938, a obra foi traduzida e lançada nos *Anais da Biblioteca Nacional*. Até o momento da escrita desta dissertação, o texto não havia sido publicado na Inglaterra.

¹¹ Para saber mais, consultar o *Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional* (PEREZ, 2018).

No esboço biográfico, Maria Graham narrou sua breve estadia na Corte, quando ocupou o cargo de professora, e, portanto, há várias descrições sobre a educação e o dia a dia da princesa Maria da Glória. Há relatos sobre sua amizade com Leopoldina e a relação com os criados do Paço, que, segundo a viajante, não eram amigáveis. Além disso, como objetivo principal de produção do texto, há uma descrição da biografia do imperador d. Pedro I, com ênfase em sua atuação na política do Império e no processo de consolidação da Independência. Nesse sentido, o manuscrito é um documento rico em informações e detalhes acerca do cotidiano da Corte e do contexto político brasileiro.

A dissertação está estruturada em três capítulos: capítulo 1 – “O mundo letrado de Maria Graham: viagens e redes de sociabilidade no Brasil oitocentista”; capítulo 2 – “A narrativa ‘feminina’ nos escritos de Maria Graham”; e capítulo 3 – “A narrativa política sob a pena de uma viajante inglesa: Família Real, Independência e escravidão nos escritos de Maria Graham”.

O capítulo 1 buscou entender a trajetória pessoal e literária de Maria Graham e suas diversas atuações na sociedade, através da análise da biografia publicada sobre a viajante na Inglaterra. Também objetivamos compreender os papéis e a construção das redes e dos espaços de sociabilidade durante as três visitas ao Império. Seja para conseguir uma casinha na praia de Botafogo ou para que os patriotas em Recife liberassem as provisões e roupas da fragata na qual estava a bordo, Maria Graham era próxima e/ou se aproximou de pessoas que ocupavam cargos de importância no Império, na tentativa de alcançar um determinado objetivo.

No segundo capítulo, investigamos os relatos sobre o “feminino”, analisando os ideais de feminilidade e a influência das redes de sociabilidade nos encontros apresentados com as mulheres, bem como o imaginário inglês em seu olhar para as vestimentas, a educação e os comportamentos. Também conferimos os relatos de Maria Graham antes do falecimento do marido, buscando identificar os espaços de sociabilidade e ações, e o texto após ter ficado viúva, examinando as consequências da tragédia nas redes e nos espaços de sociabilidade.

No capítulo 3, analisamos o tema que estava em voga no debate político: a Independência e escravidão, verificando as condições das mulheres inglesas no momento de produção do diário e as concepções da cultura do seu país de origem na narrativa. Por meio da análise das redes de sociabilidade, observamos suas representações acerca da Independência e da escravidão e como estas redes estavam presentes na construção do seu olhar para os temas abordados. Também analisamos as concepções de história da autora ao escrever o esboço

biográfico do imperador, investigando sua narrativa através das clivagens de gênero, classe e etnia.

1 O MUNDO LETRADO DE MARIA GRAHAM: VIAGENS E REDES DE SOCIABILIDADE

Neste capítulo, buscamos entender a trajetória de Maria Graham através da obra *Maria, Lady Callcott: the creator of Little Arthur*, de Rosamund Brunel Gotch, observando como a autora projetou a viajante em seu estudo e como Maria Graham se projetou na autobiografia *Reminiscences*. Verificamos suas atividades no campo das letras e da história natural e as múltiplas atuações enquanto mulher viajante. Em seguida, observamos a configuração social da fragata Doris e o espaço destinado às mulheres nas embarcações, sobretudo o lugar de Maria Graham na primeira viagem à América. Por fim, analisamos suas redes de sociabilidade, investigando os papéis dessas relações durante as estadias no Império brasileiro e como elas aparecem nos escritos de viagem.

1.1 MARIA DUNDAS GRAHAM: A VIAJANTE, ESCRITORA E NATURALISTA OITOCENTISTA

Perto da pequena cidade portuária de Cockermouth, em Cumberland, há uma antiga estação romana cujo nome moderno é Papcastle. Lá eu nasci em 19 de julho de 1785.¹²

Maria Graham

No dia 19 de julho de 1785, nasceu em Papcastle a inglesa Maria Dundas¹³. Filha mais velha do escocês George Dundas¹⁴ e da estadunidense Ann Thompson, teve três irmãos:

¹² Texto original: “Near the little sea-port town of Cockermouth in Cumbaerland, there is an ancient Roman station whose modern name is Papcastle. There I was born on July 19th, 1785” (GOTCH, 1937, p. 7).

¹³ Existem três representações pictóricas de Maria Graham. A primeira foi realizada pelo retratista Thomas Lawrence em 1819; a segunda pintura foi produzida pelo seu marido, Augustus Callcott; e a terceira obra foi um desenho feito por Charles Eastlake, entre 1819-1820. Em todas as três pinturas, Maria Graham está usando um turbante ou chapéu, e esse hábito pode ser ligado ao acidente que teve durante a infância, em que queimou parte de seu cabelo ao cair de costas com a cabeça no fogo (GOTCH, 1937). É interessante notar que o cabelo curto de Maria Graham não se deve apenas a esse acidente, mas, também, pela vida que levava no mar. Na historiografia, não existem análises acerca dessas representações da viajante, e, portanto, é um campo de estudos da história da arte ainda a ser explorado. A pintura de Thomas Lawrence está localizada na National Portrait Gallery e pode ser acessada através do site <https://www.npg.org.uk/collections/search/portrait/mw01007/Maria-Lady-Callcott>. E o desenho de Charles Eastlake está no British Museum, disponível através do site https://www.britishmuseum.org/collection/object/P_1872-0309-436.

¹⁴ George Dundas foi filho do comerciante Robert Dundas e de Margareth Dundas. Serviu como oficial da Marinha na guerra estadunidense e, em 1783, foi nomeado tenente. Contudo deixou o

William Boulden Dundas, Ralph Dundas¹⁵ e Agnes Dundas. Seu pai ocupava o cargo de almirante real da Marinha Britânica¹⁶. Sua mãe mudou-se para a Inglaterra buscando refúgio junto aos parentes que moravam em Liverpool, pois seu pai havia falecido na guerra de independência dos Estados Unidos (GOTCH, 1937).

O primeiro estudo biográfico editado sobre Maria Graham foi escrito por sua sobrinha-neta, Rosamund Brunel Gotch¹⁷, através da obra *Maria, Lady Callcott: the creator of Little Arthur*, publicada em 1937. A autora teve acesso à autobiografia não finalizada da viajante, inicialmente intitulada *Reminiscences. Reminiscências*, na tradução para o português, foi escrita entre os anos de 1836 e 1842, através da ajuda da amiga Caroline Fox. As reflexões sobre si contam a história do nascimento até 1807, e acreditamos que, em razão do período abordado na autobiografia, Gotch enfatizou a educação recebida pela viajante na infância e adolescência.

Através da biografia publicada sobre Maria Graham, verificamos como Rosamund Brunel Gotch projetou a viajante e a imagem que a biografada pretendia preservar.¹⁸

Desde criança, Maria Graham teve acesso à educação. Quando morava com a mãe, estudava em casa, ouvindo as leituras da *Bíblia* e de Shakespeare. Mais tarde, estudou com o padre da vila na qual morou. Segundo Gonçalves (2007), a educação que recebeu era uma combinação de religiosidade e erudição. Foi separada da mãe ainda pequena, e, aos sete anos de idade, foi estudar em um colégio interno na cidade de Drayton, em Abingdon, região vizinha a Oxford. Seus estudos foram financiados pelo tio paterno David Dundas, e, por sua

emprego para atuar nos serviços de receita. Dois anos depois, foi nomeado almirante, visto que o cargo era concedido por antiguidade na lista dos capitães (VALE, 2001).

¹⁵ Ralph era surdo e estudou no Braidwood's Deaf and Dumbs Academy (GOTCH, 1937).

¹⁶ O almirante, ou *Royal Admiral*, era um dos cargos mais altos da Marinha Britânica.

¹⁷ Rosamund Brunel Gotch era sobrinha-neta de Augustus Callcott, segundo marido de Maria Graham.

¹⁸ Os estudos de Pierre Bourdieu, François Dosse e Ângela de Castro Gomes nos ajudaram a olhar as obras e entendê-las enquanto fontes importantes que nos oferecem os aspectos das projeções de vida tanto de Graham quanto do olhar da pesquisadora sobre a trajetória da viajante, visto que ela teve acesso à autobiografia deixada pela inglesa. Bourdieu, em "A ilusão biográfica", acredita que o significado da vida dos indivíduos é construído no momento em que são narradas suas trajetórias nas autobiografias. Desse modo, as vidas não possuem significado ou lógica e só ganham sentido quando é construída uma reflexão sobre si através do texto. Na narrativa, os autores buscam ter um controle na imagem projetada, e os biógrafos, na grande maioria das vezes, ao consultarem as autobiografias, concordam com a imagem que os biografados querem transmitir (BOURDIEU, 2002). Em contraposição, François Dosse argumenta que nem tudo é ilusão biográfica, pois as experiências e as trajetórias possuem significados e materialidades (DOSSE, 2009). Ângela de Castro Gomes enfatiza que o importante é observar a tentativa de convencimento dos autores, pois, nesse esforço, estão inseridas suas intenções. Portanto, ao analisar o estudo de Rosamund Brunel Gotch, observamos o esforço do biógrafo e do biografado na preservação das imagens, mas, ao mesmo tempo, refletimos sobre as intenções em deixar registradas as projeções (GOMES, 2004).

influência, recebeu uma instrução de qualidade e uma educação consolidada em história, botânica e desenho. Sua mãe faleceu após sua partida para o colégio interno, tendo em vista que já se encontrava com a saúde debilitada, e este foi um dos motivos da perda do convívio entre os irmãos. Durante o período em que estudou em Drayton, a inglesa ficou sem ver o pai por 10 anos (GOTCH, 1937).

Na infância, Maria Graham aprendeu a desenhar, estudou francês e fazia leitura das obras de Homero e Shakespeare. De acordo com a viajante, os colegas da escola a apelidaram de *tiger*, devido ao seu comportamento visto como “agressivo”. Muitas vezes, foi colocada em castigo e, durante esses momentos, passou o tempo lendo livros (GOTCH, 1937). Verificamos que Maria Graham, ao longo da autobiografia, buscou construir uma imagem ligada ao mundo letrado, afirmando estar inserida no universo da leitura desde criança. O comportamento visto como “agressivo” dá indícios de que se diferenciava do comportamento das outras meninas de sua época, como observaremos mais adiante na dissertação. Corroborando com sua biografada, Rosamund Brunel Gotch elabora a obra relacionando a trajetória de Graham aos estudos e à busca pelo conhecimento.

De acordo com a autobiografia *Reminiscências*, a família de Maria Graham mudava constantemente por causa do trabalho do pai. George Dundas, apesar de ocupar um cargo de prestígio na Marinha Britânica, não era a pessoa mais rica do clã dos Dundas de Manor. Ainda assim, quando seu pai faleceu, em 1814, a inglesa recebeu £ 5.000 libras e uma “pensão” de £ 100 libras ao ano (VALE, 2001). Apesar das condições financeiras limitadas do pai, a viajante teve acesso aos estudos, principalmente, como já mencionado, por influência do tio paterno. Como veremos adiante, Maria Graham foi uma mulher que, devido à posição social da família, obteve instrução e acesso a uma rede de sociabilidade na Grã-Bretanha, onde circulavam intelectuais e professores.

O irmão mais velho de George¹⁹, David Dundas de Richmond (1735-1820), era a pessoa com melhor condição financeira da família e ocupava o cargo de médico-cirurgião do rei Jorge III. Por influência de seu tio paterno, Maria Graham frequentou a alta sociedade britânica e teve contato com cientistas, artistas, escritores, pintores e pessoas da nobreza. No final da adolescência, a inglesa mudou-se para a casa do tio em Edimburgo, na Escócia, e foi nesse momento que a inglesa “ampliou a rede de sociabilidade e o capital social, conhecendo um amplo espectro social que desdobrava desde o poeta escocês Thomas Campbell até Luís Felipe, futuro rei da França” (GONÇALVES, 2007, p. 114). Foi na casa de David Dundas que

¹⁹ Além de David Dundas, o pai de Maria Graham tinha outro irmão, mais novo, chamado James Dundas, que foi advogado em Edimburgo, na Escócia.

conheceu a maioria dos homens que ocupavam cargos de professores, como Dugald Stewart²⁰, John Playfair²¹, John Leslie²², Dr. Thomas Hope²³ e Thomas Brown²⁴, e afirmou ter aproveitado todas as oportunidades de adquirir conhecimento, por mais estranho que o assunto parecesse aos seus hábitos (GOTCH, 1937). Nesse momento, Maria Graham destaca a importância das redes de sociabilidade na busca pelo saber e para sua inserção no mundo letrado. Dessa forma, as relações sociais e a posição da família foram fundamentais no seu processo de alfabetização.

A partir de alguns apontamentos de Gotch (1937), pode-se dizer que a inglesa tinha opiniões e condutas que criticavam, de certa forma, a desigualdade entre os sexos. Maria considerava que a educação fazia parte da diferença entre homens e mulheres, pois os homens recebiam uma instrução de qualidade, em detrimento das mulheres, que, em sua maioria, eram criadas para serem boas mães e donas de casa. Além disso, as pessoas diziam que ela flertava com os homens com quem conversava e que estes tinham boa condição financeira. E, na tentativa de se justificar, afirmou que sua aproximação com o sexo oposto tinha apenas o objetivo de adquirir conhecimento.

Por não ter sido educada a sair para o mercado, como geralmente são as moças, fiquei verdadeiramente surpresa e indignada quando certos fofoqueiros, homens e mulheres, descobriram em mim um espírito de flerte quando eu só procurava conhecimento, e que calculei a renda de vários jovens cavalheiros com quem eu costumava conversar, quando, com toda sinceridade, não conhecia a posição de nenhum deles²⁵ (GOTCH, 1937, p. 84, tradução nossa).

Se esforçando para projetar a imagem da mulher culta que se interessava na busca pelo saber, Maria Graham se diferenciava das mulheres do seu período, pois elas eram educadas a “sair para o mercado”. Nesse sentido, a inglesa afirmava que não almejava se casar com um homem rico, e sim obter conhecimento através das conversas com o sexo oposto.

Através da autobiografia, podemos perceber que as críticas com relação à educação “feminina” a incomodavam muito, pois novamente ela afirmou que, no período da juventude,

²⁰ Professor de Filosofia Moral em Edimburgo.

²¹ Professor de Matemática e Filosofia Natural.

²² Professor de Matemática e Filosofia Natural.

²³ Professor de Química em Edimburgo.

²⁴ Filósofo e poeta escocês.

²⁵ Texto original: “Not having been brought up to the trade of coming out for the market, as young ladies generally are, I was truly surprised and unaffectedly indignant when certain gossips, male and female, discovered in me a spirit of flirtation when I was only seeking for knowledge, and that I have calculated the income of several young gentlemen with whom I was in the habit of conversing, when in all sincerity I knew not the rank of any of them” (GOTCH, 1937, p. 84).

costumava ouvir que seus talentos seriam mais bem utilizados se fosse um homem, visto que, além de não trazer benefícios para mulheres cultas, a instrução as tornavam arrogantes e sem serventia.

Tenho certeza de que, se tivesse uma garota para educar, eu soltaria ela e seus livros da mesma maneira, pois sou muito grata àqueles que, em minha própria instância, seguiram esse plano. Isso me dava o hábito de usar qualquer oportunidade de melhoria que caísse no meu caminho, e como os livros não eram meus, eu era obrigada a pensar pacientemente sobre o que li, para que não me escapasse além da recuperação²⁶ (GOTCH, 1937, p. 44, tradução nossa).

Maria Graham, ao criticar as mulheres que não se interessavam pela leitura e ao reivindicar receber a mesma educação que os homens, criticava, também, a educação “feminina”, que preparava as mulheres para serem boas esposas e mães em vez de inseri-las no universo da leitura. A viajante não se identificava com a esfera doméstica, e, na discussão apresentada no capítulo 2, percebemos que, ao representar as mulheres encontradas nos lugares visitados, sempre destacava suas características ligadas à educação.

O estudo de Rosamund Brunel Gotch corrobora com a autobiografia de Maria Graham, ao mostrar uma mulher viajante que estava ligada ao mundo letrado desde o período da infância. Ambas as narrativas visam a frisar a formação de uma mulher alfabetizada, com preocupação e interesse pelo mundo das letras. Quando estava de castigo na escola, diferentemente das outras meninas, ficava lendo livros. Em diversos momentos, construía sua imagem para demonstrar a diferença de comportamento com relação às outras mulheres inglesas, seja para afirmar que não se interessava em casar-se com um homem rico ou para criticar a educação desigual entre homens e mulheres.

Após analisar a obra biográfica de Graham, verificamos suas múltiplas atuações no campo das letras e da história natural. Como mencionado, ela ficou 10 anos sem ver o pai e o reencontrou novamente em 1804, após George Dundas retornar de uma longa viagem de trabalho ao Caribe. Em 30 de dezembro de 1808, realizou sua primeira viagem intercontinental para a Índia, com a companhia do pai²⁷, da irmã Agnes e do irmão mais novo, Ralph, embarcando na fragata Cornelia em direção a Bombaim, terceira capital da Índia Britânica (GOTCH, 1937).

²⁶ Texto original: “I am sure that if I had a girl to educate I should turn her and her books loose together in the same way, for I am very grateful to those who, in my own instance, pursued this plan. It gave me a habit of using whatever opportunity of improvement fell in my way, and as the books were not my own, I was obliged to think patiently about what I read, lest it should escape me beyond recovery” (GOTCH, 1937, p. 44).

²⁷ George Dundas havia sido nomeado comissário da Marinha Real em Bombaim, na Índia.

No percurso da viagem, Maria aproximou-se de Thomas Graham²⁸, um jovem que, assim como seu pai, também ocupava um cargo na Marinha Britânica. Ela o descrevia como um “típico britânico e marinheiro, cordial e gentil” (MARCHANT, 1963, p. 128). O casal se conheceu em uma *soirée*²⁹, em Edimburgo, e, na viagem, compartilharam leituras e longas conversas e desembarcaram na Índia como noivos. Os dois se casaram no dia 9 de dezembro de 1809, e Maria adquiriu o sobrenome pelo qual ficou conhecida por muitos anos. A ligação com o mundo das viagens, portanto, foi influenciada, primeiramente, pelo pai e, posteriormente, pelo marido.

O casal retornou para a Inglaterra em 1811 e, no ano seguinte, Maria Graham publicou o primeiro livro, sob o título *Journal of a residence in India*, inserindo-se no universo das letras. A obra, no formato *in-quarto*, foi produto da viagem realizada à Índia, e, com duas edições na Inglaterra, recebeu uma tradução para o francês em 1818, *Journal d'un séjour fait aux Indes Orientales pendant les années 1809, 1810 et 1811*. De acordo com o periódico literário *Quartely Review*, a obra teve custo elevado devido às ilustrações (SCHOENFIELD, 2003). Dois anos mais tarde, publicou o segundo livro sobre o país, no formato epistolar, dividido em 17 cartas, *Letters on India; with etchings and a map*. Contendo uma única edição composta por ilustrações e mapa, a obra recebeu o formato de oitava (GOTCH, 1937).

O casal voltou em 1811 para a Grã-Bretanha, onde residiu na Escócia, e, nesse momento, Maria Graham trabalhou como tradutora e editora de livros. Revisou obras de Lord Byron e Jane Austen, como, por exemplo, *Emma*, um dos mais conhecidos romances da autora inglesa. Moraram na Escócia por oito anos e, em 1819, Thomas Graham foi enviado para a Itália a trabalho, e Maria o acompanhou. Suas viagens misturam-se com os livros, pois muitas de suas obras se referem aos lugares aos quais visitou. Em 1820, a inglesa publicou *Memoirs of the life of Nicholas Poussin* e *Three months passed in the mountains East of Rome, during the year 1819*, referente à viagem à Itália (GOTCH, 1937).

Após um período de quatro anos, a autora voltou a publicar o gênero literatura de viagem, através das obras *Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823* e *Journal of a residence in Chile, during the year 1822; and a voyage from Chile to Brazil, in 1823*, produtos de sua estadia nos dois países da América do Sul.

²⁸ Thomas Graham era um escocês, filho de Robert Graham e Margareth-Elizabeth, e foi o 12º filho de Laird of Fintry. Como tenente, foi enviado à Índia em 1808 para se juntar ao HMS Russell. Foi promovido ao cargo de comandante em 1810 (VALE, 2001).

²⁹ Festa ou reunião social noturna em francês (VALE, 2001).

Depois desse período intenso de viagens, Maria Graham não escreveu mais diários, e suas obras, a partir desse momento, são constituídas por livros de história, arte³⁰, literatura infantil³¹ e trabalhos de tradução³² e edição de livros³³, muitos dos quais enviados por John Murray, amigo e dono da editora em que trabalhava.

No Brasil, sua obra mais conhecida é o diário de viagem escrito sobre o país. No entanto, na Inglaterra, seu maior sucesso de tiragem é o livro infantil publicado em 1835, *Little Arthur's history of England*, com mais 80 mil cópias vendidas (RENDALL, 2006). Através de sua produção intelectual, é possível perceber que Maria Graham transitou entre os mais diversos segmentos da literatura, desde a botânica e a história até diários de viagem e o universo infantil. A relação com John Murray, dono da editora que publicava seus livros, apresenta-se importante em sua trajetória no mundo letrado, pois, além de ser seu amigo, Maria Graham realizava trabalhos encomendados por ele.

Além de escritora, Maria Graham atuou na área da botânica, coletando espécies nativas e realizando esboços de vegetais. Naturalista sem formação acadêmica, no decurso de sua viagem ao Brasil, a inglesa coletou e desenhou espécies da flora brasileira e enviou para a Inglaterra³⁴. Foi principalmente no período em que morou no bairro Laranjeiras, interior do Rio de Janeiro, que Maria realizou esse trabalho, visto que apreciava as flores e o encanto da floresta virgem localizada atrás de sua casa. Quando não podia secar e prepará-las adequadamente, realizava esboços das plantas para enviá-las ao Dr. William Hooker³⁵ através da fragata Aurora (GRAHAM, 1997). Atualmente, as amostras coletadas fazem parte do acervo herbário do Royal Botanic Gardens Kew, na coleção denominada *Herbarium*

³⁰ Maria Graham publicou as seguintes obras relacionadas à arte: *Description of the chapel of the annunziata dell'arena; or Giotto's chapel, in Padua; Essays towards the history of painting; continuation of essays towards the history of painting*, e *Histoire de France du Petit Louis*.

³¹ Maria Graham publicou os contos infantis *The little Bracken-Burners. A tale: and little Mary's four Saturdays* e *A scripture herbal*.

³² Ver *Memoirs of the war of the French Spain*.

³³ Maria Graham foi responsável pela pesquisa e edição do livro *Voyage of H. M. S. blonde to the Sandwich Islands, in the years 1824-1825*.

³⁴ Em sua estadia no Chile, por exemplo, Maria Graham também se interessou pelas espécies nativas. Certa vez, ao almoçar com um médico chileno, o escutou apresentar uma planta chamada *culen*, que poderia ser cultivada no Chile. A viajante afirmou que os habitantes locais lhe mostraram a planta mencionada. Entretanto o médico, contradizendo-a, afirmou que isso não era possível, pois não havia ouvido falar da espécie no Chile. Ao voltar para casa, Graham foi buscar a planta e a encontrou no matagal atrás da casa. Segundo Pratt (1999, p. 273), ela criticava o “conhecimento de seus equivalentes masculinos”.

³⁵ William Jackson Hooker foi professor de botânica na Universidade de Glasgow, botânico inglês e primeiro diretor oficial do Royal Botanic Gardens Kew. Ele desenvolveu uma rede de conexões para a obtenção de plantas e sementes do mundo inteiro (HAGGLUND, 2011).

Hookerianum. Além disso, as sementes e plantas coletadas no Rio de Janeiro foram utilizadas na publicação da obra *Exotic flora (1822-1827)*³⁶.

De acordo com Adriana Méndez Rodenas, ao menos desde o século XVIII, as mulheres fazem parte do grupo dos viajantes do período iluminista que exploravam o conhecimento do mundo natural e, portanto, elas cumpriram o papel de observadoras sociais, etnógrafas amadoras e escritoras da história natural. Os homens buscavam o conhecimento para estabelecer um discurso de poder e as mulheres o utilizavam como meio de autovalidação, além de reforçar a capacidade do saber por meio da escrita. Muitas viajantes buscavam nas viagens o reconhecimento público e a consolidação de “uma carreira de escritora”. Desse modo, a narrativa do “eu”, que buscava unir o mundo externo e interno, possibilitou às viajantes a familiarização com as disciplinas que, posteriormente, se tornariam as ciências sociais (RODENAS, 2014).

Durante a estadia no Rio de Janeiro, Maria Graham trocou cartas com Dr. Hooker. Nas correspondências digitalizadas e disponíveis do acervo do Royal Botanic Gardens Kew³⁷, a inglesa mencionou os obstáculos na secagem de plantas, por escassez de materiais apropriados, além de outros fatores, como mofo, clima e insetos, que dificultavam seu trabalho. Além de William Hooker, Maria Graham manteve contato com o botânico David Douglas, a quem recorria para esclarecer dúvidas a respeito do sistema de classificação das plantas (ZUBARAN, 2005).

Era muito difícil para as mulheres “assumirem” seus papéis de escritoras, em razão dos constrangimentos sociais, e, de maneira “naturalizada”, elas reconheciam a ideia de pertencimento à esfera doméstica. Nesse sentido, embora realizassem os mesmos trajetos que os homens, como, por exemplo, nas viagens, nas publicações e no campo da história natural, as mulheres viajantes não eram vistas da mesma forma que os homens e, portanto, eram consideradas amadoras³⁸ (RODENAS, 2014).

Podemos perceber a importância do trabalho para Maria Graham através de seus relatos no diário, no esboço biográfico e em sua atuação na Inglaterra. A viajante e a princesa Teresa da Baviera foram as duas mulheres que participaram na produção da obra que trata do

³⁶ Para saber mais, consultar <https://www.kew.org/read-and-watch/digitising-the-directors-correspondence>.

³⁷ Para saber mais, consultar <https://www.kew.org/>.

³⁸ Estudiosos como Carl Thompson não a consideram uma “amadora” no sentido depreciativo da palavra. Segundo o autor, ela manteve ligações com grupos científicos sofisticados e renomados pintores, como Charles Eastlake, Thomas Lawrence, David Passavant e Gustav Waagner (THOMPSON, 2017).

conjunto de espécies da flora brasileira, *Flora brasiliensis*³⁹, inicialmente editada por Karl Friederich Philipp von Martius, August Wilhelm Eichler e Ignatz Urban. Apenas duas mulheres contribuíram para a realização do estudo, e uma delas foi Maria Graham⁴⁰. Para além dessas atividades, ela foi a primeira mulher a publicar, nas *Transactions of the Geological Society*⁴¹, sobre um terremoto presenciado no Chile em 1822.

Apesar das dificuldades e restrições, os caminhos de Maria Graham nos mostram que ela atuou no campo das letras e da história natural. Ao longo da sua vida, Maria Graham publicou 11 livros, coletou espécies nativas e desenhou esboços de vegetais que estão em instituições museológicas, além de trocar cartas com o diretor responsável por uma instituição que atuava diretamente no trabalho da história natural. Dessa forma, é importante frisar as múltiplas atuações de Maria Graham e apresentar os caminhos trilhados pela mulher que não foi apenas uma viajante, mas, também, uma escritora e naturalista.

Além de coletar espécies nativas, Maria Graham realizou esboços de vegetais, paisagens e cenas do cotidiano e da arquitetura. O desenho fez parte de sua educação, assim como das jovens de sua classe. Segundo Hagglund (2011), a inglesa estudou pintura com o paisagista William Alfred Delamotte⁴², e famosos, como Carl Friedrich Philipp von Martius e John Douglas, realizaram elogios aos seus desenhos paisagísticos e naturalistas.

Dr. Von Martius, por exemplo, referiu-se a “Uma dama altamente talentosa”, John Sims a chamou de “autora engenhosa e sensata” e David Douglas escreveu sobre seu “lápiz talentoso”. Não obstante, apesar deste primeiro plano de gênero, ela é considerada uma informante séria por todos eles e citações dela são usadas para fornecer mais informações sem qualificações⁴³ (HAGGLUND, 2011, p. 47, grifos da autora, tradução nossa).

Durante as viagens, Maria Graham carregava um caderno de desenho e aquarelas, e, em sua estadia no Império, produziu cerca de 200 imagens de paisagens, arquitetura e pessoas no cotidiano brasileiro. A obra *Journal of a voyage to Brazil* possui poucas gravuras da

³⁹ O estudo pode ser acessado através do site www.florabrasiliensis.cria.org.br.

⁴⁰ Muitas mulheres, esposas de diplomatas, fizeram parte de projetos imperiais do naturalismo, como, por exemplo, Georgiana Molloy (1805-1843), Lady Henrietta Clive (1758-1830) e Annabella Telfair. Algumas criaram herbários e jardins botânicos nos lugares visitados e enviaram para a Inglaterra espécimes vegetais, vivos e secos, sementes e desenhos (HAGGLUND, 2011).

⁴¹ Para saber mais: <https://www.geolsoc.org.uk/>.

⁴² No site do British Museum, há ilustrações de aquarela, caneta e tinta referentes aos lugares da Índia, Itália e Inglaterra.

⁴³ Texto original: “Dr. Von Martius, for example, refers to ‘A highly accomplished lady’, John Sims calls her an ‘ingenious and sensible authoress’ and David Douglas writes of her ‘talented pencil’. Nevertheless, despite this foregrounding of gender, she is regarded as a serious informant by all of them and quotations from her are used to supply further information without qualifications” (HAGGLUND, 2011, p. 47, grifos da autora).

viajante. Contudo a edição traduzida pela Biblioteca Nacional contém 21 ilustrações inéditas. De acordo com Lacombe (1956), em 1845, o viúvo Augustus Callcott doou ao British Museum as pinturas e os desenhos referentes ao Brasil. As obras inéditas foram obtidas através do embaixador Joaquim de Souza Leão Filho, e muitas são objetos de estudo, sobretudo por botânicos, geólogos e historiadores da arte⁴⁴.

Após alguns anos viúva, Maria Graham se casou com o pintor Augustus Callcott. Em carta trocada com a imperatriz Leopoldina, a inglesa ressaltou que estava “cansada de viver sozinha” e, por esta razão, não se recusou a consentir em casar-se novamente. Em 1837, Augustus recebeu o título de lorde e, por conseguinte, Maria começou a assinar suas obras como *Lady Callcott*.

Estando cansada de viver só neste mundo, não me recusei a consentir em casar-me novamente- mas não será senão no mês de fevereiro que isso se dará. O homem que escolhi é um pintor e não faltam parentes que clamam pela *mésalliance*. Que tolos! Como se um honesto nascimento e talento superiores, com probidade e vontade, não valessem muito mais que o privilégio de dizer-se prima, em não sei que grau, de certos *Lords* que não se incomodam comigo mais do que com a rainha dos peixes! Chama-se Callcott. É um belo homem, de 47 anos que muito me ama e me amou há muito tempo (GRAHAM, 1997, p. 52-53, grifos da autora).

Maria Graham viveu os dois últimos anos de sua vida muito doente. Faleceu no dia 21 de novembro de 1842, em Kensington Gravel Pits, após complicações de uma tuberculose. No documento constado no The National Archives⁴⁵, Maria Graham deixou registrada a autorização para que seu marido, Augustus Callcott, se beneficiasse das “propriedades e ofertas e bens pessoais”, além de estar “autorizado a dispor dos direitos autorais sobre as obras escritas e publicadas”. O testamento deixado pela inglesa foi escrito no dia 8 de outubro de 1842 e provado na data de 10 de julho de 1843, sob as testemunhas de Francis Bacon Robinson e John Mezzuman⁴⁶.

É interessante notar no documento a informação de que Maria Graham deixou alguns bens pessoais e propriedades, além de ter os direitos autorais acerca dos livros publicados. Essa informação nos dá indícios de que a inglesa, de certa forma, possuía “autonomia” no

⁴⁴ Luciana de Lima Martins, na obra *O Rio de Janeiro dos viajantes. O olhar britânico (1800-1850)*, mencionou seus desenhos e pinturas. Maria Angélica Zubaran, no artigo “A vistosa vestimenta vegetal do Brasil: Maria Graham e as representações da natureza tropical no século XIX”, e Maria de Fátima Hanaque Campos, em “Relatos de viagem e a obra multifacetada de Maria Graham no Brasil”, analisaram as representações visuais da natureza brasileira e as pinturas aquareladas de Maria Graham.

⁴⁵ O arquivo pode ser acessado através do site <https://www.nationalarchives.gov.uk/>.

⁴⁶ Transcrição do documento: “PROVED at London 10th July 1843 before the judge by that (a atas) of own (eritram widrov) that relirt and Isaias Harper Bruwttac excritors to whom aorrow was grawted having been first (...) by common only to administer” (THE NATIONAL ARCHIVES, n.d., n.p.).

ambiente profissional e era uma mulher conectada ao mercado literário. Antes de publicar o *Journal of a voyage to Brazil*, na carta escrita para John Murray, Maria Graham, mostrando-se preocupada, pediu informações sobre a sua atuação no mercado europeu. “Por favor, imploro como um favor especial que você me escreva algumas vezes e me fale do mundo dos autores e livros... Eu gostaria de saber como estou indo” (GRAHAM apud GOTCH, 1937, p. 244)⁴⁷.

Portanto, embora o período vivenciado por Maria Graham tenha sido marcado pelo patriarcalismo e, conseqüentemente, por restrições de acesso à alfabetização e publicações de livros e outros trabalhos, a viajante esteve inserida no universo das letras, da botânica e das artes, escrevendo e publicando suas obras e atuando como pintora e naturalista. E foi na atuação como escritora de viagens que Maria Graham visitou o Reino do Brasil em 1821.

1.2 O NAVIO QUE TROUXE MARIA GRAHAM À AMÉRICA: CONHECENDO O INTERIOR DA DORIS

A fragata Doris, construída inicialmente para ser um navio de guerra, trouxe Maria Graham à América⁴⁸. Enquanto mulher e esposa do capitão do navio, buscamos entender o espaço no qual estava inserida, seu cotidiano e as redes de apoio na viagem. Utilizamos a obra *A frigate of King George: life and duty on a british man-of-war*, do historiador Brian Vale, que teve acesso aos documentos oficiais do Public Record Office, bem como a pinturas e gravuras do National Maritime Museum (VALE, 2001).

O livro é um importante estudo que nos mostra a viagem e seus bastidores através de um olhar que não é o de Maria Graham. Portanto, há muitas informações e detalhes que não estão nos relatos de viagem analisados por esta pesquisa. O objetivo do autor é apresentar as características da embarcação e relacioná-las ao trabalho e cotidiano dos homens. Há a ausência de fontes que mencionem as mulheres. Contudo Brian Vale, em nenhum momento, busca refletir o espaço das mulheres na Doris, na qual, como iremos pontuar posteriormente, elas estiveram presentes. Apesar das poucas informações a respeito do sexo feminino, gostaríamos de refletir sobre a presença da mulher, sobretudo de Maria Graham, no espaço do navio.

⁴⁷ Texto original: “I beg as a special favour you will write to me sometimes and tell me of the world of authors and books... I should like to know how I am going on” (GOTCH, 1937, p. 244).

⁴⁸ A fragata foi construída em Bombaim, na Índia, em 1807. Composta por 42 canhões, seu objetivo era ser um navio de guerra. Contudo, em tempos de paz, havia pouco trabalho a ser realizado (VALE, 2001).

A Doris se organizava socialmente com divisões para a limpeza, a saúde e o bem-estar dos tripulantes. Para cada divisão, um oficial supervisionava o serviço e garantia a realização dos deveres. Havia leis dentro da embarcação que todos deveriam cumprir, como, por exemplo, crimes e ofensas contra o rei, o governo, o indivíduo, a moral e a religião⁴⁹ (VALE, 2001).

A alimentação nos trópicos era equilibrada entre vegetais e frutas, principalmente com suplemento de vitamina C, através do suco de limão e lima. Naquele momento, a América do Sul era considerada uma “estação saudável”, em razão da ausência de febre amarela, ao contrário do Caribe e do Oeste da África, que apresentava maior risco. Contudo os tripulantes estavam sujeitos às doenças provocadas pelos mosquitos. Além destas e dos perigos no mar, a vida dos tripulantes era dificultada pela superlotação, umidade e falta de ar dentro do navio (VALE, 2001).

A vida nos oceanos era difícil devido aos perigos do mar e da longa ausência de casa⁵⁰. Passetti (2010) afirma que as expedições de mapeamento do século XIX frequentemente faziam com que os marinheiros e oficiais desistissem durante o trajeto, cometessem suicídio ou sofressem acidentes, uma vez que as viagens, além de serem perigosas, causavam danos físicos e mentais nos viajantes.

Segundo Vale (2001), não foi possível ser encontrado o registro do cirurgião no navio e, assim, saber com exatidão o número de doentes, as causas e os tratamentos. O que se pode afirmar é que, entre os anos de 1821 e 1825, 63 homens ficaram inválidos e oito perderam suas vidas por “causas naturais” (VALE, 2001). Nos documentos analisados, o historiador não mencionou o número de mulheres enfermas ou falecidas, fato que não nos surpreende, uma vez que seus nomes não eram encontrados sequer na lista dos tripulantes.

Sob o comando de Thomas Graham, as punições na Doris foram mais severas. Os documentos mostram um total de 29 flagelos, envolvendo 10% da tripulação, e que 60% das punições abarcavam 36 chicotadas. O comandante da Marinha Britânica na América do Sul, ao ser informado dos números e da severidade dos castigos, repreendeu a ação, e o governo

⁴⁹ Esses artigos eram uma extensão do Código Penal Civil da terra, e a diferença é que no mar as punições corporais eram mais curtas, porém, mais agudas (VALE, 2001).

⁵⁰ Apesar de apresentar os perigos das viagens marítimas, Vale (2001) afirma que as dificuldades não devem ser exageradas, pois, em comparação com outras profissões, o serviço em uma fragata fortemente tripulada era menos árduo do que, por exemplo, para os trabalhadores das favelas nas cidades fabris inglesas ou no comércio. Também, comparando com a alimentação dos trabalhadores da terra, os marinheiros tinham uma fartura de alimentos, mesmo com a monotonia de um navio de guerra.

solicitou respostas ao capitão do navio. No entanto, neste momento, Thomas Graham já havia falecido no Chile (VALE, 2001).

É importante frisar que as mulheres também sofriam com a vida no mar. Elas estavam sujeitas à superlotação, à umidade, à falta de ar e aos acidentes provocados pelos temporais. Quando estava viajando para o Chile, Maria Graham enfrentou uma difícil tempestade; em razão da agitação do mar, o navio passou dias se movimentando. Não era possível comer sentada à mesa e, por causa do clima, ela sofria com a queda de temperatura, pois estava acostumada com o calor do Rio de Janeiro.

Almoçamos deitados no tombadilho da cabine e não foi possível firmar nada na mesa. Clarke, um dos quartéis-mestres, quebrou duas costelas numa queda do tombadilho, e Sinclair, homem fortíssimo, após uma hora ao leme, foi transportado como doente. Fizemos luvas para os homens do leme, de linho grosso, forrado de fazenda grossa. A neve e as refregas de vento com saraiva são muito severas: forma-se gelo em cada dobra das velas. Isto é duro para os homens, especialmente logo depois de deixar o Rio, no momento mais quente do ano (GRAHAM, 1956, p. 228-229).

Maria Graham e os tripulantes viveram semanas na embarcação, e era neste espaço que almoçavam, conversavam, realizavam festas⁵¹ e estudavam. Tendo destacado as questões acima, pensamos a Doris enquanto um espaço de sociabilidade e, nesse sentido, apontamos reflexões sobre a rede de apoio no navio.

Doris viajou para a América do Sul com um total de 245 pessoas, porém, cinco dos marinheiros listados eram fictícios e seus nomes foram inscritos no livro de visitas para que seus salários pudessem ser usados no financiamento do Greenwich Hospital, dedicado aos marinheiros aposentados e inválidos. A tripulação era composta por

5 oficiais comissionados; 8 aspirantes e companheiros de mestre; 7 oficiais comuns de subtenente – mestre, contramestre, carpinteiro, artilheiro, perseguidor, cirurgião e capelão, 4 oficiais de subvenção “inferiores” – cirurgião assistente, professor, segundo mestre e balconista, 173 oficiais menores, comerciantes e marinheiros; 17 voluntários e meninos e 31 fuzileiros navais, incluindo seu oficial (VALE, 2001, p. 27, grifo do autor)⁵².

⁵¹ Em seu diário de viagem, Maria Graham menciona a realização do festival de homens do mar, tradição britânica referente ao rito de passagem da Linha do Equador. De acordo com Rodrigues (2013), o ritual marcava a entrada dos homens ao grupo de marinheiros, dando início a uma comunidade e cultura específica. Segundo o autor, há poucos relatos acerca do ritual e, portanto, a descrição de Maria Graham é valiosa.

⁵² Existe outra lista por cargos mencionada pelo autor: “11 subtenentes superiores e inferiores, 12 soldados de guerra, 52 pequenos oficiais/comerciantes, 22 voluntários e meninos, 112 marinheiros, e 31 fuzileiros navais reais” (VALE, 2001, p. 52).

Apesar de os documentos oficiais⁵³ não registrarem devidamente seus nomes, havia a presença de mulheres no navio, como, por exemplo, de Maria Graham. Além da viajante inglesa, podemos afirmar que na fragata embarcaram sua criada⁵⁴ e a esposa recém-casada de um marinheiro, que faleceu após um acidente de trabalho durante a viagem (VALE, 2001). Além das três mulheres citadas em fontes, existem relatos de Maria Graham afirmando que, na festa do marinheiro realizada no navio, todos que estavam presentes participaram da cerimônia, com exceção das mulheres que se refugiaram em sua cabine (GRAHAM, 1956). Portanto, é possível que haja outras mulheres, talvez esposas, filhas e irmãs de marinheiros e oficiais, porém, não era comum que fossem registrados a entrada, ou, como abordado anteriormente, casos de doença e morte.

É perceptível verificar o silenciamento de seus nomes em documentos oficiais, pois eram sujeitos invisíveis, e esses registros não tinham importância para o Estado. Assim como afirma Michelle Perrot, esse silenciamento é antigo e se reflete também na historiografia, pois “no teatro da memória as mulheres são uma leve sombra” (PERROT, 2017, p. 22). Embora haja uma lacuna na presença de fontes de mulheres nessas embarcações, os relatos de viagens são documentos importantes que nos dão acesso a essa história.

Nos preparativos da viagem para a América, os navios injetaram 64 toneladas de água nos tanques e “abasteceram-no com carne de porco, pão, farinha, tabaco, manteiga, passas, açúcar, cacau, ervilhas, aveia, suco de limão, suco de lima, vinho tinto, conhaque e rum” (VALE, 2001, p. 44)⁵⁵. Maria Graham ajudou na organização e acomodação do marido e, ao mesmo tempo, trabalhou na encomenda de uma biblioteca de livros do seu editor, John Murray. No dia 11 de agosto de 1821, às 2 horas da tarde, Doris partiu de Falmouth (Inglaterra) em direção à Madeira, em Portugal, parando em Tenerife para encher os barris com água fresca (VALE, 2001).

⁵³ Segundo Gabriel Passetti, os documentos das embarcações, em sua grande maioria, citam os homens que ocupavam cargos de oficiais. Contudo, existe uma lacuna quando se trata dos marinheiros e marujos, refletindo na própria historiografia. “Ao se ler a documentação, guarda-se a impressão de que o navio levava apenas aquela dezena de homens letrados” (PASSETTI, 2010, p. 34).

⁵⁴ No esboço biográfico de d. Pedro I, Maria Graham afirma que tinha uma criada a quem chamava de Ana. Contudo, em seu diário, a autora não menciona nenhum nome. Portanto, não podemos afirmar que a criada a quem se refere na viagem à América é a mesma que lhe acompanhou durante sua terceira estadia no Império do Brasil (GRAHAM, 1997).

⁵⁵ Texto original: “loaded with beef, pork, bread, flour, tobacco, butter, raisins, sugar, cocoa, peas, oatmeal, lime juice, lemon juice, red wine, brandy and rum” (VALE, 2011, p. 44).

1.3 REDES DE SOCIABILIDADE NAS PROVÍNCIAS DE PERNAMBUCO, BAHIA E RIO DE JANEIRO NO SÉCULO XIX

Embora não seja o foco deste capítulo abordar as discussões políticas, gostaríamos de elucidar algumas questões a respeito do contexto em que Maria Graham estava inserida ao chegar à América. A situação da Europa, em princípios do século XIX, era conturbada. Napoleão, após dominar parte dos territórios europeus, almejava, também, o poder do oceano e, para isso, teria de dominar os britânicos. A dominação ocorreu através do bloqueio continental da Grã-Bretanha, ou seja, os países europeus não poderiam comercializar nem ter acesso aos seus portos (SILVA, 2011a). Após a tentativa de manter a posição de neutralidade, Portugal optou pela transferência da Corte à América e se alinou aos ingleses para a proteção político-internacional e preservação dos territórios ultramarinos (SCHWARCZ, 2002). A Coroa foi obrigada a escolher entre “a invasão do território ou a perda das colônias” (RICUPERO, 2011, p. 119).

Nesse momento, fortaleceu-se a aliança anglo-lusitana. Os ingleses tinham uma parceria econômica com Portugal e precisavam de seus portos. Contudo a aliança não era recíproca, pois havia uma desigualdade a partir da qual a Inglaterra desfrutava de concessões, favores e poder em relação a Portugal. Os portugueses eram dependentes do poder naval britânico, e essa dependência adquiriu seu ápice na transferência da Corte, pois, além de oferecer a escolta naval, a Grã-Bretanha era a única garantia para a restauração do território, caso este fosse invadido pelos franceses (RICUPERO, 2011).

A Inglaterra apresentava interesses políticos e econômicos na América do Sul, sendo o comércio o principal aspecto da economia britânica no continente⁵⁶. Com a abertura dos portos, em 1808, foi possível que os ingleses mantivessem o controle do comércio na América Portuguesa. Entretanto, com o fim das guerras napoleônicas, era preciso garantir que esse domínio continuasse e, para isso, foi de suma importância a presença naval nas águas sul-americanas e de comerciantes no território.

Os comerciantes britânicos vieram em massa para a América do Sul⁵⁷. Em 1820, por exemplo, não havia menos que 300 deles atravessando o Atlântico anualmente (VALE, 2001).

⁵⁶ A Grã-Bretanha mantinha representantes diplomáticos no Brasil monárquico. Entretanto o mesmo não acontecia no Chile e no Peru. A América do Sul teve dois comandantes navais. Entre 1816-1819, William Bowles assumiu o comando e, em 1819, Thomas Hardy iniciou o trabalho de quatro anos (VALE, 2001).

⁵⁷ Segundo Ricupero (2011), o comércio da Grã-Bretanha com o Brasil teve iniciativa de 113 comerciantes de Londres, que, em 1808, estabeleceram a Sociedade dos Negociantes Ingleses que

Nesse sentido, as revoluções sul-americanas do início do XIX foram fontes de interesse na Europa, principalmente entre a França e a Grã-Bretanha, impulsionando as viagens ao continente⁵⁸ (PRATT, 1999).

Esses viajantes de princípios do século XIX eram frequentemente enviados para o “novo continente”, por companhias de investidores europeus, como especialistas à procura de recursos exploráveis, contatos e contratos com as elites locais, informações sobre possíveis associações, condições de trabalho, transporte, mercados potenciais e assim por diante (PRATT, 1999, p. 252-253, grifo da autora).

Quando Maria Graham chegou, em 21 de setembro de 1821, Recife encontrava-se em estado de sítio após uma reação de oposição e insatisfação com o governo de Luís do Rego e formação do movimento conhecido como Junta de Goiana. As mulheres viajantes, apesar de ocuparem um espaço de servidão, devido às questões de gênero, tinham privilégios de raça e classe (PRATT, 1999), e Maria Graham, ocupando o papel de representante da Grã-Bretanha, obteve diversos favores, benefícios e acesso aos espaços no Brasil Imperial. E, através dessas clivagens, esteve inserida em redes de sociabilidade com pessoas que ocupavam cargos de importância no período.

O mundo dos vanguardistas capitalistas era masculino e heroico. As mulheres ocupavam um espaço de servidão, mas tinham privilégios de classe e raça, “onde refeições, banhos, cobertores e luminárias surgem do nada” (PRATT, 1999, p. 273). A análise da autora se concentrou na estadia de Maria Graham no Chile. Contudo, ao verificar os relatos na obra *Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*, também encontramos passagens que a inglesa mencionava inúmeras assistências.

Em sua segunda visita ao Império, dessa vez viúva, Maria Graham necessitou de um lugar para morar no Rio de Janeiro e encontrou não só uma casa localizada no Outeiro da Glória, como o capitão do navio Sua Majestade *Beaver* lhe ofereceu um meio de transporte

Traficam para o Brasil. E, em 1811, 75 estabelecimentos comerciais britânicos já estavam instalados na cidade do Rio de Janeiro.

⁵⁸ É importante considerar que, ao longo do século XVIII, grupos sociais já haviam iniciado atividades que visavam a obter informações sobre o território (DOMINGUES, 2008). Alguns fatores indicam a presença de estrangeiros anteriormente à data de 1808, como a parada de reabastecimento dos navios em portos brasileiros (BICALHO, 2003). Elis Pacífico Silva, em seu estudo, considera a ideia de que no Brasil já havia movimentação de pessoas e contato com estrangeiros e viajantes antes de 1808. O próprio conceito de “consciência planetária” (PRATT, 1999), desenvolvido durante o século XVIII, foi um fator que culminou nos primeiros contatos europeus com o continente americano (SILVA, 2015).

para realizar a mudança⁵⁹. Além de transportes, as pessoas disponibilizavam convites para entrar em espaços como, por exemplo, cadeiras em camarotes nos espetáculos de teatro (GRAHAM, 1956).

Maria Graham tinha redes de sociabilidade nos lugares aos quais visitou. Quando esteve na Índia, por exemplo, foi recebida por Lorde Minto (1751-1814), governador-geral entre 1806 e 1814. Em Calcutá, residiu na Casa do Governo. No Chile, frequentou a casa de O'Higgins, Juiz Prevost e Lorde Cochrane, mantendo relações com a elite crioula e expatriados⁶⁰. No Império do Brasil, a viajante estabeleceu contato com governadores, cônsules, ministros, desembargadores e a Família Imperial. Para entender as interações de Maria Graham com a elite política, utilizamos o conceito de redes de sociabilidade. Nesta etapa da pesquisa, realizamos o mapeamento das redes de sociabilidade de Maria Graham no Império, privilegiando a análise de algumas relações sociais, tendo em vista que a inglesa se relacionou com diversas pessoas durante a estadia no território. Por essa razão, selecionamos algumas relações e verificamos os personagens envolvidos e os cargos ocupados por eles, observando os papéis dessas relações em sua trajetória no Império.⁶¹

⁵⁹ Ver relato: “O capitão Bouchier, do navio de Sua Majestade *Beaver*, ofereceu-me amavelmente o barco para me transportar, e ao meu primo e minhas coisas, para minha casa de campo, no Outeiro da Glória, perto da de Mr. May e não muito longe da casa que o governo deu a Lorde Cochrane como residência provisória” (GRAHAM, 1956, p. 246).

⁶⁰ Any Marry Silva utiliza o termo “alianças” para analisar as relações com a elite local. A autora informa que esta aliança proporcionou à Maria Graham a coleta de informações e sua entrada em espaços não acessíveis. Nos encontros realizados, Maria Graham conhecia o público e o privado, participava de discussões políticas e conhecia o feminino, descrevendo as vestimentas das mulheres e o espaço do interior das casas (SILVA, 2019).

⁶¹ Sociabilidade diz respeito às práticas sociais que um grupo de indivíduos desempenha, considerando as formas afetivas – positivas ou negativas. Já o termo rede refere-se aos espaços de interação social, embora não seja preciso que todos os personagens participantes da rede “conheçam ou compartilhem os espaços de sociabilidade” (QUIRÓS, 2009, p. 22). Por essa razão, o diálogo entre o conceito de redes e sociabilidade é fundamental para pensar esse universo relacional e as interações da viajante Maria Graham com a elite política. De acordo com Agulhon (1984) apud Quirós (2009, p. 7), “todo grupo humano, seja ele definido no espaço, no tempo ou na hierarquia social, tem sua sociabilidade, de certa forma por definição, cujas formas específicas devem ser analisadas”. Desse modo, para o autor, a sociabilidade é encontrada em toda relação humana, seja por meio da afabilidade ou brutalidade. “Todo grupo de intelectuais organiza-se em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar” (SIRINELLI, 2003, p. 248). Os espaços de sociabilidade são estruturas marcadas pelas experiências e determinados pela temporalidade. As estruturas de sociabilidade, segundo Sirinelli (2003), mudam de acordo com a época e o subgrupo estudado. A base dessas redes pode ser compreendida através da idade, de estudos em comum, atração e amizade, ruptura e rancor, hostilidade e rivalidade. Nesse sentido, também é nosso objetivo entender como as redes de sociabilidade se colocam na trajetória de Maria Graham no Império, pois, entre idas e vindas ao território, a vida da viajante teve mudanças, visto que ela perdeu o marido, a ligação direta com a fragata Doris e, conseqüentemente, as relações sociais ampliaram-se.

A fragata Doris chegou à costa do Brasil em 21 de setembro de 1821, ancorando a oito milhas de Olinda, antiga capital da província de Pernambuco. Durante o período de estadia, Maria Graham se aproximou e teve contato com lideranças políticas da região. É importante compreender o vínculo e os personagens que compõem as redes de sociabilidade da viajante, pois os relatos produzidos são, em grande medida, interferidos pelos espaços e pelas pessoas citadas pela autora. Desse modo, nas redes de sociabilidade de Pernambuco, selecionamos a análise das relações entre a família de Luís do Rego e os membros da Junta do Governo Provisório.

Apesar das recomendações para ficar no navio, Maria Graham foi com os guardas-marinha procurar a esposa do governador no palácio. Foram recebidos pelo coronel Patrone, pois Luís do Rego estava presente em outra reunião⁶². Essa é a primeira menção no diário do contato com a família do governador. Apesar de não citar detalhes da primeira visita, podemos perceber que os nomes dos membros da família já eram de conhecimento na fragata. Na narrativa, verificamos que as redes de sociabilidade envolviam assuntos ligados ao contexto político da época, tendo em vista que a finalidade da viagem à América foi defender os interesses britânicos durante o processo de Independência. Portanto, a interação política está presente nas práticas sociais da viajante.

Aproximadamente uma semana depois da chegada em Pernambuco, Maria Graham se hospedou na casa de Luís do Rego para realizar passeios e visitas. Eles visitaram as linhas de defesa da cidade, o mercado e, também, a cidade de Olinda. Para além dos passeios em espaços públicos, a viajante participou de um jantar na casa do governador com a presença de oficiais. De acordo com Silva (2019), os encontros sociais, como jantares, festas e visitas, facilitavam a relação entre o público e o privado.

Nossa recepção foi a mais cordial. Sua Excelência ocupou uma das cabeceiras da mesa, um ajudante de ordens a outra. Eu fiquei sentada entre o Sr. e a Sr.^a Luís do Rego. Ele parecia contente por falar de seus velhos amigos ingleses da guerra da península, com muitos dos quais eu me dava. A Sr.^a tinha muita coisa que perguntar sobre a Inglaterra, aonde ela estava ansiosa para ir (GRAHAM, 1956, p. 123).

Além dos passeios realizados com a esposa de Luís do Rego, podemos confirmar a relação de amizade com a família através de sua primeira despedida, em 13 de outubro de

⁶² Ver relato: “O coronel Patrone chegou esta manhã cedo, para solicitar que o paquete inglês levasse a Lisboa os despachos do governo. [...] O coronel, prevenindo que a cidade estava em estado de sítio, e que era incerto o novo ataque quer quanto ao tempo, quer quanto ao lugar, recomendou-me instantemente que ficasse a bordo. Mas eu nunca tinha visto uma cidade em estado de sítio e por isso resolvi desembarcar” (GRAHAM, 1956, p. 108).

1821, quando a esposa do governador lhe deu amostras de ametistas, pedras e minério de ouro, referindo-se a eles como “amáveis amigos do palácio” (GRAHAM, 1956).

Apesar da relação de amizade com Luís do Rego, Maria Graham teve contato com o grupo que fez oposição ao seu governo⁶³. Junto com alguns tripulantes da Doris, Maria Graham foi até o palácio do governo provisório pedir a liberação das roupas e o fornecimento de provisões frescas para a fragata. Assim que chegaram ao local, foram informados sobre o interesse da Junta na presença da viajante durante a reunião. Tendo em vista que a cena era incomum às mulheres daquele período, Maria priorizou dar ênfase no momento em que teve autonomia⁶⁴, detalhando os móveis e, principalmente, a posição na qual se encontrava: em uma sala majoritariamente composta por homens que cumpriam a função de senadores e generais, sendo a única mulher na discussão política⁶⁵.

A demora pela volta dos viajantes preocupou o ex-governador, que chegou a oferecer um grupo para procurar a inglesa. Entretanto Thomas Graham negou a ajuda e informou que, se os patriotas detivessem o tenente enviado junto com o grupo, ele próprio iria buscá-la com seus homens. Todavia, não teve medo com relação ao bem-estar de Maria Graham, pois estava na companhia de Glennie e Dance⁶⁶ (GRAHAM, 1956). Podemos perceber, em sua escrita, a intenção de demonstrar que tinha autonomia e até mesmo domínio para atuar nas situações de conflitos, uma vez que foi negociar com os membros da Junta do Governo

⁶³ A Junta Governativa que fez oposição a Luís do Rego foi formada na vila de Goiana, interior de Pernambuco, por senhores de engenho e militares que participaram da Insurreição Pernambucana de 1817. Foi instalada em 21 de agosto de 1821 e coexistiu com a Junta de Governo, liderada por Luís do Rego, e ambas disputaram o controle da província até final de outubro do mesmo ano. A Junta Provisória tinha como base os princípios constitucionalistas de Portugal e objetivava a expulsão de Luís do Rego e a realização de novas eleições (SORGINE, 2005).

⁶⁴ Segundo Porto (2018), a autora possuía a intencionalidade na produção de fontes documentais primárias através de seus testemunhos, além de ter uma consciência da importância histórica desse conflito na província pernambucana.

⁶⁵ Ver relato: “Vi então que iria defrontar com a plena força do governo provisório. Ao fim de um longo e sujo quarto, que fora em tempos belo, como indicavam a forma das janelas e o estuque dos painéis em que havia traços de cor e de douração, estava um velho sofá de crina no centro do qual fui colocada, com Mr. Dance de um lado e Mr. Glennie de outro. Junto a Mr. Dance sentou-se o pequeno secretário e adiante dele nosso intérprete, em cadeiras de espaldar alto à moda antiga. O resto do mobiliário da peça consistia em nove assentos de diferentes tamanhos e formas, colocados em semicírculo em frente ao sofá. Em cada um sentou-se um dos membros da junta do governo provisório que fazem o papel de senadores, ou generais, conforme exigem as circunstâncias. Fui apresentada a cada um deles. (...) Informaram-me amavelmente que não leriam a carta enquanto eu estivesse esperando fora, mas logo que se sentaram o secretário leu-a alto” (GRAHAM, 1956, p. 128-129).

⁶⁶ Ver relato: “O governador ficou inquieto e ofereceu-se a mandar um grupo de caçadores à procura – como ele gentilmente disse – da minha pessoa. Mas isso foi naturalmente recusado. O capitão assegurou a Sua Excelência que se os patriotas detivessem o seu tenente ele o iria buscar com os seus próprios homens. Quanto a mim, como estava com meus dois companheiros, não tinha o menor receio a meu respeito” (GRAHAM, 1956, p. 131).

Provisório, e não seu marido, o capitão da Marinha. Porém, ao mesmo tempo em que busca demonstrar essa relação de poder, Maria Graham não deixou de mencionar que estava na companhia de dois homens em quem seu marido confiava e, portanto, apresentou uma autonomia na qual era necessária a presença masculina⁶⁷.

Ao final da conversa, as roupas e provisões foram liberadas. No entanto, o destaque no texto de Graham é o interesse da Junta pelo apoio da Inglaterra, bem como o discurso de injustiça dos membros pelo ex-governador, Luís do Rego.

[...] Em vez de tomar qualquer conhecimento do conteúdo, o secretário começou um longo discurso, expondo a injustiça do governador português e do governo em relação ao Brasil em geral e aos pernambucanos em particular. [...] A junta estava extremamente ansiosa por saber se havia a probabilidade de reconhecimento pela Inglaterra da independência do Brasil, ou se ela tomaria alguma participação na luta. Muitas foram as perguntas, feitas de formas muito diversas, que o secretário nos dirigiu a respeito (GRAHAM, 1956, p. 129-130).

A interação de Maria Graham com Luís do Rego e a Junta de Goiana demonstra que essas redes não eram constituídas apenas de atores com interesses em comum. Dentro dessas redes, há conflitos políticos, e a viajante, apesar de afirmar sua neutralidade, se posiciona ao defender a separação de Brasil e Portugal ao longo da narrativa do diário.

Ao apresentar as redes de sociabilidade de Pernambuco, constatamos a obtenção de informações sobre os últimos acontecimentos políticos na província, pois, no convívio com o governador e a oposição, Maria Graham recebia notícias acerca dos eventos e, ao mesmo tempo, investigava de perto os episódios do processo de Independência.

A defesa dos interesses britânicos fica mais evidente em sua primeira estadia no território. Contudo, ao retornar na condição de viúva e sem a ligação direta com a fragata Doris, responsável pelos serviços ligados ao governo britânico, Maria Graham recebeu a esquadra imperial em Pernambuco e visitou Manuel de Carvalho Paes de Andrada, comandante em chefe do inimigo. Ela o encontrou sentado à mesa com cerca de 14 pessoas, onde discutiam a situação política da cidade. Manuel de Carvalho buscou averiguar, através de Maria, quais eram os planos de Lorde Cochrane e, após a reunião, segundo os relatos da viajante, Manuel

me suplicava, no caso de lhes faltar sua proteção, que empregasse qualquer influência que pudesse ter junto a Lord Cochrane para recomendá-las à sua misericórdia. Prometi isto prontamente, certa, porém, de que tal

⁶⁷ Essa discussão será retomada no capítulo 2, ao analisar as atuações de Maria Graham anterior e posteriormente à morte do capitão Thomas Graham.

recomendação era completamente desnecessária, pois que talvez nunca tivesse havido comandante tão terrível para o inimigo antes da vitória, como tão misericordioso depois dela (GRAHAM, 1956, p. 83).

Podemos perceber que, mesmo após ter se distanciado dos representantes oficiais da Grã-Bretanha e já na condição de viúva, Maria Graham continuava sendo vista a partir de uma posição social de prestígio, em que as pessoas a procuravam para perguntar a respeito dos acontecimentos políticos. Primeiramente com a ligação do marido e, posteriormente, com Cochrane, a viajante se manteve dentro do debate político, no qual buscava se informar, mas, também, era fonte de informações para as pessoas ao seu redor.

Na Bahia, a visita foi efêmera. Todavia, sua relação com o britânico a quem chamava de Sr. Pennell nos chamou a atenção, em razão da aproximação que teve com sua família e a quantidade de vezes que ele foi mencionado no diário. William Pennell ocupou o cargo de cônsul e, provavelmente, foi o residente britânico mais bem documentado na província baiana do Oitocentos. Sua esposa nunca foi mencionada nos documentos ou nos relatos de Graham; apenas suas duas filhas. Portanto é possível que ele fosse viúvo e a responsabilidade de administração da casa, o cuidado com o cônsul e outras tarefas tenham sido dever das filhas (GUENTHER, 2001-2002).

No diário, Maria Graham afirmava não saber que as mulheres, assim como os homens, deveriam procurar os seus cônsules, visto que os diplomatas tomaram a iniciativa do encontro. No primeiro contato, a convite de Pennell, a viajante permaneceu alguns dias em sua moradia. Passeou pelos arredores da casa, visitou a igreja dedicada à Nossa Senhora da Graça, uma capela inglesa, e foi à ilha de Itaparica e a uma festa do campo. Aliás, o cônsul realizou várias reuniões sociais com portugueses e ingleses.

O Sr. Pennell fixou gentilmente o dia de hoje para dar-nos uma festa no campo. Por isso alguns de nossos moços tiveram de ir antes e ajudar a armar as barracas, etc. [...] Em vez de tendas utilizamos uma casa de campo chamada Roça, onde a beleza da situação e a elegância da construção e do jardim supriram o que poderíamos ter achado de romântico nas tendas, se tivessem sido erguidas (GRAHAM, 1956, p. 161).

A relação com William Pennell e sua família foi apresentada no diário através das visitas e dos passeios pela província. Era comum que os cônsules britânicos recebessem os viajantes da Grã-Bretanha, em razão do caráter diplomático, pois eles eram os responsáveis pela interlocução com o governo. Nos espaços de sociabilidade, eram promovidos jantares, festas, cafés e visitas cotidianas. Geralmente, esses espaços referiam-se às casas da elite política as quais Maria Graham frequentava – no caso, Luís do Rego e William Pennell.

Por meio dessa relação, assinalamos outros papéis das redes de sociabilidade que se manifestaram através da diplomacia com os cônsules, na intermediação de visitas tanto no privado quanto no público, na realização de passeios e na participação em festas. Também observamos esse papel em outras relações no diário, como, por exemplo, com a família de Luís do Rego e visconde do Rio Seco.

Maria Graham acompanhou a filha do cônsul em uma série de visitas aos seus amigos portugueses. Embora não fosse costume realizar visitas no período da manhã, a viajante conseguiu acesso ao espaço doméstico e foi no privado que Maria Graham encontrou várias mulheres sobre as quais relatou em seu diário, afirmando que elas tinham a aparência de não ter tomado banho, o cabelo mal penteado e roupas muito diferentes da Europa⁶⁸ (GRAHAM, 1956). A viajante encontrou as mulheres nas ruas da Bahia e Pernambuco, mas, principalmente, no privado, quando realizou visitas às casas ou participações de reuniões sociais promovidas pelas lideranças políticas. De acordo com Oliveira (2005), era no contato com as mulheres que a inglesa conhecia o espaço privado. E, conforme discutido no capítulo 2, as redes de sociabilidade foram fundamentais na interação com o sexo feminino e sua entrada na esfera doméstica.

Semelhantemente ao que aconteceu na Bahia, ao chegar pela primeira vez ao Rio de Janeiro, Maria Graham recebeu a visita⁶⁹ do cônsul-geral em exercício, o coronel Cunningham, e sua esposa. O coronel foi mencionado no diário em outras ocasiões, como na participação de uma excursão ao Jardim Botânico, proposta por Hayne e sua irmã. Hayne ocupava o cargo de juiz no Tribunal da Comissão Mista no Rio de Janeiro e convidou Maria Graham para o passeio com seu grupo de amigos. Alexander Cunningham era cônsul e Henry Hayne, juiz. Portanto ambos eram britânicos e ocupavam posições na política do Rio de Janeiro e defendiam os interesses da Grã-Bretanha.

Depois de esperar em companhia de nossos agradáveis e bem informados amigos que começasse a soprar a brisa marítima, voltamos parte do caminho ao longo da lagoa, depois subimos ao curato de N.^a S.^a da Cabeça, onde se juntaram a nós várias outras pessoas que ali tinham vindo para jantar conosco. O padre Manuel Gomes recebeu-nos muito amavelmente e nosso piquenique se espalhou pela ampla varanda de seu curato. [...] Andamos até o pé do morro e cada qual tomou um transporte diverso: o coronel e a Sr.^a Cunningham, a sua confortável carruagem inglesa; o Sr. e a Sr.^a Hayne, o seu belo carro descoberto a dois cavalos; e eu em minha caleche, ou sege, – carruagem feia, mas cômoda, muito pesada, mas bem adaptada às estradas rudes que ligam o jardim à cidade. Os homens vieram todos a cavalo e quase todos nós trouxemos algo para casa (GRAHAM, 1956, p. 180-182).

⁶⁸ A discussão acerca da narrativa sobre as mulheres no Império foi realizada no capítulo 2.

⁶⁹ Em data no diário, a visita foi realizada em 17 de dezembro de 1821.

Na análise das redes de sociabilidade, notamos o estabelecimento de relações de amabilidade, em que eram realizados passeios, festas e cerimônias. Em sua segunda visita, por exemplo, Maria Graham, ao passar o dia com a esposa de Hayne, a acompanhou para cumprimentar Ana Vidal Carneiro da Costa, mulher de Luís José de Carvalho e Melo, pelo seu aniversário (GRAHAM, 1956). A relação com a família do juiz era próxima⁷⁰, tendo em vista que ela começa a falar o português, e o idioma ajuda na aproximação com as pessoas. Luís José de Carvalho⁷¹ era desembargador da Relação do Rio de Janeiro e deputado pela Bahia na Assembleia Constituinte. Hayne era juiz do tribunal de tráfico, e, como podemos verificar dentro das redes de sociabilidade no Rio de Janeiro, havia pessoas que compartilhavam os mesmos espaços.

Para além das entradas nos espaços, as redes de sociabilidade auxiliavam a viajante em momentos de dificuldade. Em sua segunda visita ao Rio de Janeiro, dessa vez viúva, Maria Graham teve a ajuda de W. May para obter moradia durante o período de permanência no Império. Isso aconteceu em duas ocasiões. Na primeira, em 14 de março de 1822, May foi a bordo do navio para avisar que a viajante poderia residir na casa de Thomas Hardy até conseguir um espaço para ela. Também em 26 de junho, May e Dr. Dickson lhe ajudaram a mudar para uma casa na praia de Botafogo, pois estava doente e, segundo os amigos, precisava mudar de ares. “Como meu amigo Dr. Dickson, que me tratou durante todo este tempo com uma amabilidade constante, me aconselhou a mudar de ares, ele e o Sr. May arranjaram-me uma casinha na praia de Botafogo” (GRAHAM, 1956, p. 285). Além das visitas⁷², May lhe informava acerca das notícias do governo, das finanças e das atualidades naquele período (GRAHAM, 1956).

Das redes de sociabilidade no Rio de Janeiro, a família de Joaquim José de Azevedo, o visconde do Rio Seco⁷³, foi importante para seu acesso em alguns espaços. Certa vez, ao ir à ópera, recebeu o convite da viscondessa⁷⁴ para entrar em seu camarote, que era junto ao do príncipe d. Pedro. Apesar de os príncipes não estarem presentes nessa noite, a autora afirmou

⁷⁰ A filha do casal, Carlota Cecília Carneiro de Carvalho e Melo, foi citada como sua jovem amiga.

⁷¹ Futuro visconde da Cachoeira. Durante outra visita à casa do juiz, dessa vez na companhia do capitão do navio francês *La Susse*, Maria Graham conheceu sua biblioteca e escritório e, através de Carlota, diversos autores da literatura portuguesa, tomando emprestados alguns livros (GRAHAM, 1956).

⁷² A viajante realizou visitas e passeios com May, como na cerimônia de Assunção de Nossa Senhora, na qual a comitiva imperial também esteve presente (GRAHAM, 1956).

⁷³ Em 1826, tornou-se marquês de Jundiá, tesoureiro da Casa Real.

⁷⁴ A viscondessa do Rio Seco era sogra de Luís do Rego, personagem apresentado anteriormente na dissertação.

que teve o prazer de “ver o teatro iluminado, ouvir o hino nacional, e de ver as senhoras mais bem vestidas do que até agora tiveram oportunidade” (GRAHAM, 1956, p. 201). Em outra ocasião, o convite para uma cadeira no camarote foi novamente realizado, no dia em que d. Pedro, dessa vez imperador, conferiu a Ordem do Cruzeiro ao seu marido (GRAHAM 1956).

Nas redes de sociabilidade, Maria Graham e os viajantes da Doris ofereciam proteção a alguns personagens que compartilhavam afinidades. Em janeiro de 1822, durante um dos conflitos do processo de Independência, Maria Graham procurou a viscondessa do Rio Seco para avisar que, caso fosse necessário, ofereceria abrigo e proteção, tendo em vista que ela e sua família corriam risco pela posição política. A viscondessa, segundo a viajante, parecia bastante apreensiva e buscou providenciar segurança à sua família, despachando-a para uma fazenda (GRAHAM, 1956).

Prometemos-lhe que, quando ela fizesse um sinal da casa dela, ou mandasse um recado, teria logo proteção. Ela parece muito apreensiva quanto ao perigo da soltura dos presos concedida pelos brasileiros durante a noite, e disse que há temores de que os portugueses possam tomar as fortalezas do outro lado da baía e as conservem até a chegada dos reforços esperados diariamente de Lisboa. Isso poderia, realmente, ser desastroso, mas creio que o medo é mal fundado. Havendo encorajado minha amiga quanto podia, fomos para o Campo e encontramos os brasileiros instalados, na maior parte, em alguns prédios inacabados (GRAHAM, 1956, p. 204-205).

As redes de sociabilidade colocavam Maria Graham na posição central e, conseqüentemente, dentro da esfera privada e política, devido à aproximação com os personagens elencados na dissertação. A posição de viajante inglesa, branca e alfabetizada foi importante para a aproximação com esses personagens, sobretudo a relação com a fragata Doris, que estava ligada diretamente à representação da Grã-Bretanha. Ao estar inserida dentro do espaço social do navio, a viajante inicialmente se relacionava com os cônsules britânicos, os comerciantes ingleses e governadores, e, à medida que residia no território, ampliava o contato com os grupos políticos do Império.

Quando não estava na presença das pessoas de suas redes de sociabilidade, as cartas possibilitaram a entrada nos espaços. Maria Graham mencionou a apresentação de cartas em dois momentos. Na visita ao engenho de d. Mariana, localizado na Mata da Paciência – RJ, entregou uma carta da baronesa de Campos, mãe de Mariana. Também, na chegada à Fazenda de Santa Cruz, levou uma apresentação do visconde do Rio Seco para o capitão João da Cruz dos Reis, superintendente do palácio e da fazenda (GRAHAM, 1956). Segundo Oliveira (2005), as cartas nunca eram entregues em seu nome, e, nesse caso, o gênero é um fator de

peso maior. Elas representavam um protocolo dos viajantes que permitiam o acesso aos lugares⁷⁵.

As redes de sociabilidade possibilitavam a sobrevivência e proteção no Império brasileiro. Alguns personagens aparecem representados pela figura do “protetor”, como José Bonifácio e Leopoldina. Segundo Américo Jacobina, Maria Graham foi uma grande admiradora da família Bonifácio e chegou a frequentar sua casa⁷⁶, afirmando que “não há lugar que possa passar meia hora com mais prazer e proveito do que na família deste ex-ministro” (GRAHAM, 1956, p. 340). O relato abaixo, além de demonstrar Maria Graham projetando a imagem de viúva e estrangeira desamparada, nos mostra que, para permanecer no Império, foi necessário se apoiar nas redes de sociabilidade.

Eu, por exemplo, estou sozinha, viúva, em terra estranha, minha saúde está fraca e meus nervos irritados, não tenho riqueza nem posição, sou forçada a receber favores dolorosos e chocantes com os meus hábitos e preconceitos antigos e topo muitas vezes com a impertinência dos que pretendem aproveitar-se de minha situação solitária; mas estou certa, contudo, de que tenho mais meias horas, não ousa mais dizer horas, de verdadeiro prazer, e menos dias de verdadeira miséria, do que a metade desses que o mundo considera felizes (GRAHAM, 1956, p. 343).

Maria Graham descreveu José Bonifácio como seu “amigo e protetor”. A viajante, na condição de viúva e estrangeira, mostrou-se desamparada e conversou com o político para que, através de sua ajuda, pudesse contar com o apoio e proteção da imperatriz enquanto permanecesse no Império (GRAHAM, 1956). Através da carta datada em 21 de abril de 1823, o pedido foi realizado formalmente.

Ao chegar como estrangeira à Capital do Brasil, reconheço que devo ter dado a impressão de falta do respeito devido à S. M. a Imperatriz, por não ter a mais tempo solicitado a honra de me ser permitido prestar-lhe minhas homenagens. Estava, porém, com o encargo de acompanhar um parente em estado grave, e fui obrigada a encerrar-me em casa para assisti-lo. Tendo ele partido, venho recorrer ao seu intermédio para saber se posso apresentar-me a S. M. a Imperatriz e rogar que me sejam comunicados local e hora convenientes e agradáveis. Como sei que os usos desta corte não permitem que qualquer pessoa seja indiscriminadamente admitida à honra de avistar-se com a Imperatriz, confio que serei perdoada por fornecer os seguintes dados acerca de minha pessoa. Meu marido era capitão de carreira da Armada

⁷⁵ Ivania Pocinho Motta, em seu estudo *Viajantes britânicas na América do Sul: gênero e cultura imperial (1868-1892)*, verificou que a viajante inglesa Marianne North afirmava que suas viagens eram isentas de subsídios financeiros do governo, mas, em determinados momentos, apresentava cartas de apresentação para acesso aos lugares (MOTTA, 2015).

⁷⁶ No diário, a viajante fez uma breve descrição de sua biografia, mencionando o período em que Bonifácio viveu na Europa e sua passagem pela Universidade de Coimbra e pelo Exército regular (GRAHAM, 1956).

Britânica, da classe mais antiga e, portanto, mais elevada quanto ao nível. Sua família, das mais antigas e respeitáveis na Escócia é a dos duques de Monthoses e Athol e dos condes de Mansfield e Hopetown etc. E meu pai, que era almirante na Inglaterra, reivindicava uma ascendência igualmente antiga e honrosa, ainda que não de origem nobre. Quanto a mim embarquei com meu marido em busca do Pacífico na fragata Doris, que ele tinha a honra de comandar. Tive a infelicidade de ficar viúva e sou hoje uma estrangeira no Brasil, onde espero passar alguns meses antes de voltar à Europa. É, pois, como estrangeira e como viúva que quereria colocar-me especialmente sob a proteção de sua Augusta e Amável Imperatriz. Tenho a honra de ser sua humilde e obediente criada. Maria Graham (GRAHAM, 1956, p. 274).

Como viúva e estrangeira, era necessário que Maria Graham buscasse formas de sobrevivência no Império. Acreditamos que a solidão por estar em um território desconhecido e longe de seu país de origem fez com que a autora articulasse meios para se aproximar de determinadas pessoas e entrar em lugares não acessíveis. As redes de sociabilidade com lideranças políticas foram um meio que a viajante encontrou para permanecer no território, pois, como verificamos, foi através da intermediação de José Bonifácio que a inglesa se aproximou da Família Imperial e, posteriormente, se tornou professora da princesa Maria da Glória e amiga de Leopoldina.

Embora tenha vivido um período de dificuldades financeiras, Leopoldina foi a responsável por ajudar financeiramente Maria Graham durante o período de residência na zona rural do Rio de Janeiro. É interessante notar a importância das redes de sociabilidade durante sua estadia no Império do Brasil, sobretudo após o falecimento do marido. Bonifácio e Leopoldina foram personagens importantes que atuaram na relação de proteção. Contudo Lorde Cochrane foi o responsável por lhe ajudar em seu retorno e estabelecimento no território. Além disso, existem interações entre os personagens das suas redes de sociabilidade, visto que alguns compartilhavam os mesmos espaços e as mesmas afinidades.

Podemos concluir que Maria Graham sabia sobreviver dentro das possibilidades da época. Através das suas redes de sociabilidade, esteve presente nas discussões políticas e nos debates que envolviam os interesses britânicos; se beneficiou de passeios, visitas ao ambiente doméstico e participação em festas e encontros sociais; e obteve ajuda e proteção em episódios de dificuldades, especialmente após ter ficado viúva.

Maria Graham tinha contato com o sexo masculino, no caso Luís do Rego e William Pennell, mas sua relação de proximidade era com as esposas. E era com as mulheres que Maria Graham fazia os passeios em mercados e igrejas e visitava outras famílias, como as casas dos portugueses. Quando a viajante deseja adentrar no ambiente político, a

intermediação geralmente é feita com o sexo masculino. Precisa-se da aprovação de um homem, por exemplo, para assistir às reuniões da Assembleia Constituinte.

2 A NARRATIVA “FEMININA” NOS ESCRITOS DE MARIA GRAHAM

No presente capítulo, analisamos a narrativa “feminina” de Maria Graham. No primeiro momento, investigamos a escrita sobre as mulheres encontradas em seu cotidiano no Império do Brasil, buscando compreender, a partir das discussões de gênero, as concepções de seu país de origem nas representações sobre as mulheres e os ideais de feminilidade do século XIX. No segundo momento, identificamos traços presentes na narrativa de Maria Graham que indicam o culto à domesticidade e, assim, o cumprimento de funções “naturalizadas” às mulheres. Além disso, conferimos os contrapontos entre a separação dos espaços, por meio da divisão sexual, apresentando sua atuação nas mais diversas esferas. No terceiro momento, verificamos, por meio de seus relatos, a representação sobre si mesma e sua atuação no território anterior e posterior à morte do marido, Thomas Graham. Desse modo, examinamos sua narrativa no que se refere à solidão ao estar no Império brasileiro e as possibilidades e os limites de sua experiência como viajante viúva inglesa.

2.1 LITERATURA DE VIAGEM E OS IDEAIS DE FEMINILIDADE NO SÉCULO XIX

A mulher no século XIX é idealizada a partir dos valores e papéis relativos a “delicadeza, altruísmo, caridade, cuidados familiares e domésticos, zelo pela família, pelos doentes e pelos pobres” (FRANCO, 2008, p. 141). Os princípios, segundo Franco (2008), eram associados ao pensamento de que essas funções e atribuições se referiam “a uma essência natural”, definida biologicamente e marcada pela fragilidade do sexo feminino. Neste discurso, prevalece uma hierarquia entre os sexos e “as mulheres são consideradas ‘naturalmente’ inferiores e subordinadas aos homens” (FRANCO, 2008, p. 141, grifo da autora). Desta forma, fundamentavam as relações de dominação do homem, limitando a atuação da mulher na sociedade.

Ocupando um espaço às margens e ao centro (MONICAT, 1996 apud FRANCO, 2017), as mulheres brancas europeias, ao circularem no espaço público, apresentaram uma mudança nos papéis convencionalmente designados a elas e, assim, saíram das restrições domésticas. Segundo Leão (2003), além de ampliar seu espaço na sociedade, ela negociou uma nova identidade. Inicialmente, as mulheres eram objetos do discurso masculino e a “escrita feminina” cumpria função fundamental na construção da posição de sujeito, pois significava a criação do “ser feminina”, opondo-se, assim, à identidade masculina. Todavia, elas negociavam seus relatos e espaços, adquirindo determinadas características masculinas,

pois a masculinidade garantia sua posição pública. Dessa forma, Juraci Andrade de Oliveira Leão afirma que “o discurso das mulheres é escorregadio”, pois agrega inúmeros aspectos que ocasionam as ambiguidades de suas posições como sujeito (LEÃO, 2003, p. 227).

As mulheres viajantes, segundo Leite (1984), refletiram sobre a sua própria condição de viajante europeia ao mesmo tempo em que representavam outras mulheres encontradas nas “zonas de contato” (PRATT, 1999). As autoras possuíam visões interna e externa da “condição feminina”, em que as relações familiares, pessoais, sociais e profissionais influenciavam seus textos, ao passo que os testemunhos sobre outras mulheres também permeavam suas narrativas. Além disso, os relatos frequentemente comparavam a condição feminina na América com as situações do seu país de origem (LEITE, 1984).

Nessa perspectiva, os relatos de Maria Graham, além de conterem representações sobre as mulheres, abordam reflexões da Maria viajante, escritora, esposa, amiga e viúva. O conceito de “testemunho duplo feminino” (LEITE, 1984) foi importante para compreender seus textos, assim como as discussões sobre as relações de gênero, culto à domesticidade e ideais de feminilidade no século XIX. Nesse sentido, seus testemunhos sobre o outro e si iluminam as reflexões da sua atuação no Império brasileiro e seu imaginário sobre as mulheres oitocentistas⁷⁷.

Além do estudo das relações entre imaginários e práticas, a presente dissertação, ao analisar a experiência de Maria Graham no Império brasileiro, não pretendeu normatizar suas ações, tampouco engendrar seus comportamentos em papéis tipicamente “femininos” ou masculinos. Buscamos pensar a experiência da viajante a partir do seu contexto histórico, político e social, desconsiderando sua trajetória como uma mulher excepcional.

A noção de excepcionalidade foi muito utilizada em estudos sobre mulheres que, de alguma forma, estiveram em espaços considerados masculinos no século XIX. O termo, criticado pelas autoras Éléni Varikas e Michèle Riot-Sarcey, diz respeito à ideia de “transgressão de uma regra concebida ou imposta por uma estrutura patriarcal” (VARIKAS; RIOT-SARCEY, 1988, p. 78), na qual as mulheres que não se submetem a tais regras são notadas pela sociedade como figuras excepcionais. Pensar as mulheres nessa perspectiva é corroborar com a visão que reduz suas experiências e trajetórias por meio da “feminilidade normativa” ou “essencialista”. Por conseguinte, aquelas que estão “de fora” e não

⁷⁷ O trabalho de Márcia Cristina de Oliveira Santos, *Maria Graham e a dupla documentação do feminino no Brasil de 1821 a 1823. Uma abordagem discursivo-crítica*, analisou os relatos de Maria Graham na esfera interdisciplinar da Linguística Aplicada Crítica, tendo como referencial a Análise do Discurso Crítico de Norman Fairclough (SANTOS, 2014).

correspondem a tais expectativas são vistas como anormais e fora da ordem natural⁷⁸. Ao propor a excepcionalidade de uma mulher, infere-se “a normalidade de todas as suas contemporâneas” (MAIA, 2016, p. 24) e relega-se ao sexo feminino um papel passivo e previsível, reforçando, assim, as identidades de mãe, esposa e administradora da casa. Portanto, é importante não encarar os casos isolados como exceção, mas como “pontas visíveis do iceberg” (VARIKAS; RIO-SARCEY, 1988, p. 78).

Franco (2008) ressalta que o pesquisador precisa atentar-se para algumas reflexões historiográficas acerca do “discurso feminino”. Além da interpretação do discurso em si, é necessário observar a experiência e a prática das mulheres, pois estas duas características contêm traços dos discursos masculinos e, através destes, conseguimos identificar “as formas como as mulheres consentiram diante das representações dominantes da diferença entre os sexos” (FRANCO, 2008, p. 148). Nesse sentido, Chartier (1995) acredita que é necessária a não compreensão da diferença entre os sexos com base em uma “força explicativa universal”, ou seja, não submeter as clivagens e os contrastes a partir de um único princípio de diferenciação. Segundo o autor, os estudos dos discursos e das práticas são importantes, visto que as representações da inferioridade feminina estão nos pensamentos e nos corpos. Por conseguinte, não existe separação entre prática e discurso, pois a diferença sexual “é sempre construída pelo discurso que funda e legitima” (CHARTIER, 1995, p. 43). Não existe essa polarização porque as práticas e as representações relacionam entre si e são partes do real (FRANCO, 2017). Portanto, nossa pesquisa busca analisar as representações e a atuação de Maria Graham por meio das suas redes de sociabilidade e dos espaços circulados no Império.

Muitos viajantes, na primeira metade do século XIX, não registraram as mulheres em suas impressões. Em sua pesquisa documental⁷⁹, Miriam Moreira Leite apontou três dificuldades que restringiam a escrita sobre o “feminino”: a língua (muitos viajantes não eram familiarizados com o português); a condição “reclusa” da mulher, pois reduzia as oportunidades de observação e testemunho; e o propósito central dos registros, visto que, nesse período, o objetivo dos viajantes não era falar sobre as mulheres, mas sobre outros temas, como, por exemplo, a natureza (LEITE, 1997).

⁷⁸ Ver também o estudo de Moema Rezende Vergara, em que ela analisou Flora Tristan e as suas “figuras” de viajante, socialista e mulher, investigando suas experiências nas viagens e o contexto histórico, político e social de sua geração, bem como a influência na construção no papel socialista (VERGARA, 1999).

⁷⁹ A autora realizou sua pesquisa entre os anos de 1978 e 1982, analisando os relatos sobre as mulheres, escritos por viajantes no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX (LEITE, 1984; LEITE, 1997).

Embora o gênero não fosse o tema principal de suas obras, Maria Graham escreveu relatos sobre as mulheres que encontrou nos passeios, nas festas e nas idas ao teatro. O encontro com as mulheres foi mediado pelas redes de sociabilidade⁸⁰. Em vista disso, a entrada no ambiente doméstico foi mediada pelas mulheres da elite, e a viajante teve a oportunidade de registrá-las na esfera em que a maioria dos homens viajantes não narrava.

As mulheres em casa usam uma espécie de camisola que deixa demasiado expostos os seios. Quando saem usam ou uma capa, ou uma manta; esta capa é frequentemente de cores vivas. Também os sapatos, que são o sinal de liberdade, são de todas as cores, menos o preto. Correntes de ouro para o pescoço ou para os braços e brincos, com uma flor no cabelo, completam o vestuário da mulher pernambucana. Os negros novos, tanto homens quanto mulheres, não usam nada senão um pano em torno dos rins. Quando comprados é costume dar às mulheres uma camisa e uma saia e aos homens ao menos uma calça, mas isto muitas vezes se suprime. (GRAHAM, 1956, p. 117-118).

Como podemos perceber no relato acima, a escrita de Maria Graham era minuciosa. Ao falar sobre as mulheres encontradas em Pernambuco, apresentou detalhes dos acessórios e das vestimentas usados em espaços públicos e domésticos. Informação importante, pois, como citado, não era costume que os viajantes masculinos registrassem o tema em suas obras (LEITE, 1997).

Gostaríamos de chamar a atenção para as denominações realizadas por Maria Graham das mulheres citadas em seus escritos, como, por exemplo, “portuguesas” e “brasileiras”. Segundo Leite (1997), ainda não há verificações se, antes dos impactos das medidas políticas e educacionais de 1822, a população branca, mestiça ou negra se considerava brasileira. Além disso, havia uma superposição do aspecto econômico e social à questão étnica. Nesse sentido, é importante pensar acerca do critério utilizado pela viajante para nomear as mulheres que encontrou e como esse olhar estava permeado por questões etnocêntricas e raciais.

A categoria “mulher” tem sido pauta de discussões, e parte do movimento feminista busca desessencializar a sua subordinação questionando a naturalização e a origem dessa opressão. A re-criação da categoria “mulher”, segundo a historicidade, não tem uma característica específica, mas uma complexa rede de características não universalizantes. Por isso, é necessário pensar na ideia de “mulher” a partir de contextos específicos. Essa nova categoria possibilita reconhecer as diferenças e semelhanças e, por essa razão, inviabiliza a prática política (NICHOLSON, 2000 apud PISCITELLI, 2002). Partindo das discussões teóricas feministas, é complicado definir até mesmo o termo “mulher” para as descrições de

⁸⁰ A discussão sobre a formação das redes de sociabilidade foi analisada no capítulo 1.

Maria Graham, tendo em vista a complexidade da categoria. Por esse motivo, é fundamental pensar a “mulher” ou as “mulheres” de acordo com os contextos nos quais foram elaboradas as representações da viajante.

A partir desses levantamentos, gostaríamos de ressaltar que as denominações referentes às mulheres na presente pesquisa foram realizadas com base nas descrições contidas nos relatos de Maria Graham, sem deixar de considerar as problemáticas que envolvem tais nomeações, como foram devidamente pontuadas na dissertação. Por esta razão, em nota de rodapé, constam os relatos originais da autora.

Os viajantes, em sua grande maioria, desconsideravam a “mulher pobre, branca, cabocla e negra livre” (LEITE, 1997, p. 29). Sobretudo nos primeiros 30 anos do século XIX examinados por Miriam Lifchitz Moreira Leite, os autores registraram a mulher portuguesa branca de classe alta. Suas descrições eram imprecisas e, conseqüentemente, equivocavam-se quanto à situação das mulheres de modo geral. A mulher branca descrita pelos viajantes era a portuguesa, e a denominação brasileira dizia respeito à “mestiça de todos os matizes” (LEITE, 1997, p. 48). Muitos deles descreveram as mulheres brasileiras de classes altas como “reclusas, supersticiosas, indolentes, cruéis senhoras de escravos e inteiramente submetidas ao domínio patriarcal de pais, maridos ou filhos” (MAIA, 2016, p. 206). Desse modo, as brasileiras eram vistas como “prisoneiras de costumes arcaicos e da ignorância” (MAIA, 2016, p. 213) e as europeias eram “estudadas e independentes”.

Como citado, grande parte dos relatos ao “feminino” foram realizados através dos espaços sociais onde se encontrava a elite. Seja para participar das festas, ou para realizar visitas domésticas, as mulheres chamaram a atenção de Maria Graham. A grande maioria era filha ou esposa de homens que ocupavam cargos de importância no Império. Ao falar sobre a esposa de Luís do Rego, a autora afirmou que esta era bonita, agradável e falava inglês como uma nativa⁸¹. Os adjetivos referidos a ela e suas filhas são características marcadas pelos ideais de feminilidade: bonitas, gentis e bem educadas. Em grande parte dos relatos, quando faz elogios às mulheres, Maria Graham o realiza de duas maneiras: destacando seus modos e sua educação e, especialmente, suas vestimentas e adereços. A autora destacou, por exemplo, as joias de cabeça e pescoço das senhoras portuguesas e as joias da baronesa de Campos, da

⁸¹ Ver relato: “Achei Madame do Rego uma senhora agradável, bem bonita, e falando inglês como uma nativa, o que ela explicou, informando-me que sua mãe, a viscondessa do Rio Seco, era irlandesa. Nada poderia exceder a gentileza e a amenidade das suas maneiras, e as das duas filhas do general Rego, cujo ar e cujos modos são os das senhoras bem educadas. Uma delas é muito bonita” (GRAHAM, 1956, p. 112).

viscondessa do Rio Seco e de Leopoldina. Também exaltou os trajes franceses das mulheres que encontrou durante uma reunião social na casa do cônsul William Pennell.

Esta tarde houve uma grande reunião social tanto de portugueses quanto de ingleses na casa do cônsul. Nas mulheres bem vestidas que vi à noite tive grande dificuldade em reconhecer as desmazeladas da manhã de outro dia. As senhoras estavam todas vestidas à moda francesa: corpete, *fichu*, enfeites, tudo estava bem, mesmo elegante, e havia uma grande exibição de joias. As inglesas, porém, ainda que quase de segunda categoria, ou mesmo da nobreza colonial, arrebatarem o prêmio de beleza e da graça, porque afinal os vestuários, ainda que elegantes, quando não são usados habitualmente, não fazem senão embaraçar e estorvar os movimentos espontâneos e, como nota Mademoiselle Clairon “para poder representar de fidalga em público, é preciso que a mulher o seja na vida privada” (GRAHAM, 1956, p. 155-156, grifos da autora)⁸².

No relato acima, podemos observar que o elogio realizado às mulheres se deu em razão da “grande reunião social” na casa do cônsul, e, ao que tudo indica, elas vestiram roupas mais elaboradas. A própria autora afirmou que teve dificuldade em reconhecê-las devido à aparência. Como mencionado, é interessante notar que a viajante ressaltava os objetos de riqueza das mulheres, elogiando-as quando apresentavam características do “luxo” ou trajes que remetiam à Europa, sobretudo à França. Além disso, o espaço social em que estavam influenciava diretamente na narrativa sobre o “feminino”, pois, ao estarem em um ambiente de “festa”, as mulheres, conseqüentemente, usavam roupas e acessórios mais elaborados.

De acordo com Gilda de Mello e Souza, a moda não é apenas uma referência estética, mas instrumentos que expressam as noções de masculinidade e feminilidade socialmente aceitas pela comunidade. Os comportamentos masculinos e “femininos” possuem significados, sobretudo no modo de vestir (SOUZA, 1987). Quando Maria Graham elogia as mulheres que vestiam trajes ingleses ou franceses, aparece a influência europeia e, quando afirma que ficou aborrecida ao ver uma mulher (provavelmente de classe inferior, pois estava com um grupo de sertanejos em Pernambuco) vestir trajes franceses, a viajante também reafirma sua posição de hierarquia “feminina” europeia, pois acredita que uma mulher desta

⁸² Trecho original: “This evening there was a large party, both Portuguese and English, at the consul’s. In the well-dressed women I saw to-night, I had great difficulty in recognising the slatterns of the other morning. The senhoras were all dressed after the French fashion: corsetm *fichu*, garniture, all was proper, and even elegante, and there was a great display of jewels. Our English ladies, though quite of the second rate of even colonial gentility, however, bore away the prize of beauty and grace; for after all, the clothes, however elegante that are not worn habitually, can only embarrass and cramp the native movements; and, as Mademoiselle Clairon remarks, ‘she who would act a gentlewoman in public, must be one in private life’” (GRAHAM, 1824, p. 142, grifos da autora).

classe não poderia vestir uma moda da França⁸³. “Fiquei aborrecida porque a mulher do grupo vestia uma roupa evidentemente à moda francesa. Estragava a unidade do grupo” (GRAHAM, 1956, p. 115).

Além das diferenças culturais e sociais presentes na indumentária, é válido ressaltar as diferenças climáticas de ambas as regiões, fato este que também altera a composição das roupas e dos acessórios. No relato a seguir, Maria Graham criticou as portuguesas⁸⁴ encontradas durante as visitas à Bahia, pois elas não usavam coletes, espartilhos e lenços e os vestidos não possuíam manga. E o Brasil, território marcado por altas temperaturas, distinguia-se da Europa quanto ao uso da quantidade de tecidos e acessórios.

Quando apareciam, dificilmente poder-se-ia acreditar que a metade delas eram senhoras de sociedade. Como não usam nem coletes, nem espartilhos, o corpo torna-se quase indecentemente desalinhado, logo após a primeira juventude; e isto é tanto mais repugnante quanto elas se vestem com roupas muito justas, não usam lenços ao pescoço e raramente os vestidos têm qualquer manga. Depois, neste clima quente, é desagradável ver escuros algodões e outros tecidos, sem roupa branca, diretamente sobre a pele, o cabelo preto mal penteado e desgrenhado, amarrado inconvenientemente, ou, ainda pior, em papelotes, e a pessoa toda com a aparência de não ter tomado banho (GRAHAM, 1956, p. 148).

Além da indumentária francesa, a viajante ressalta, positivamente, a educação “feminina”, que era baseada em literatura, desenhos, canto, dança e, é claro, no francês. A partir de 1820, a educação baseada nos preceitos franceses começava a ter destaque tanto na Europa quanto nos grandes centros do Brasil, como, por exemplo, em Pernambuco (MELLO, 1996). Segundo Isabela Candeloro Campoi (2011), na educação das mulheres de elite nessa década, foram incorporadas regras de etiqueta, piano, canto, dança, literatura e francês⁸⁵.

Mas a melhor decoração nessa noite foi a presença de uma quantidade das mais belas mulheres que já vi no Brasil, pela maior parte irmãs, primas ou sobrinhas da dona da casa, cuja mãe, a baronesa de Campos, pode orgulhar-

⁸³ Ver relato: “A família que encontramos formava um grupo muito pitoresco: os homens vestidos de couro dos pés à cabeça. [...] Fiquei aborrecida porque a mulher do grupo vestia uma roupa evidentemente à moda francesa. Estragava a unidade do grupo. Ia montada por trás do homem principal, num dos pequenos e espertos cavalos da terra” (GRAHAM, 1956, p. 115).

⁸⁴ Trecho original: “When they appeared, I could scarcely believe that one half were gentlewomen. As they wear neither stay nor bodice, the figure becomes almost indecently slovenly, after very early youth; and this is the more disgusting, as they are very thinly clad, wear no neck-handkerchiefs, and scarcely any sleeves. Then, in this hot climate, it is unpleasant to see dark cottons and stuffs, without any white linen, near the skin. Hair black, ill combed, and dishevelled, or knotted unbecomingly, or still worde, *en papillote*, and the whole person having na unwashed appearance” (GRAHAM, 1824, p. 135-136, grifo da autora).

⁸⁵ Debret e E. Belman, viajantes que estiveram no Brasil no início do XIX, informaram, em seus relatos, sobre a importância da educação francesa na vida das mulheres de elite (LEITE, 1984).

se de possuir uma das mais belas famílias do mundo. A filha do casal, D. Carlota, distingue-se aqui pelo talento e cultura acima de suas companheiras. Fala e escreve francês bem e se fez progressos não pequenos em inglês. Conhece a literatura de sua terra, desenha corretamente, canta com gosto e dança graciosamente. Várias de suas primas e tias falam francês corretamente, de modo que tive o prazer de conversar livremente com elas e receber boa cópia de informações sobre assuntos que só interessam a mulheres (GRAHAM, 1956, p. 250).

Como bem apresentado no capítulo 1, Maria Graham esteve ligada ao mundo letrado, elemento muito abordado nas suas biografias. E, como mulher que se interessava pela educação e instrução, referenciava tais elementos e os destacava ao encontrar mulheres que minimamente possuíam aspectos semelhantes com sua formação ou lugar de origem. Seja para criticar ou elogiar, Maria Graham utilizava o elemento da educação para falar sobre as mulheres. Quando encontrou Maria Quitéria⁸⁶, personagem conhecida pelas batalhas contra o Exército português na Bahia, a viajante afirmou que ela era “iletrada, mas inteligente” e, se recebesse instrução, “poderia ser uma pessoa notável” (GRAHAM, 1956, p. 331). Além disso, não era masculina na aparência e possuía modos delicados e alegres. Não havia nada de admirável em suas maneiras à mesa, a não ser o hábito de fumar charuto após as refeições e comer farinha com ovos no almoço e peixe ao jantar.

Ao dizer que possuía modos delicados e aparência não masculina (elementos ligados aos ideais de feminilidade), Maria Graham informava sobre os padrões de feminilidade do XIX. Assim como afirma Leite (1997), quando uma viajante escreve sobre outra mulher, ocorre o processo de reflexão e escrita sobre a sua própria “condição feminina”. Nesse sentido, quando Maria Graham dá destaque à aparência, aos trajés e aos comportamentos, seus relatos revelam uma adequação aos padrões de feminilidade das mulheres inglesas, em que a delicadeza, a educação e o cuidado com a aparência eram elementos importantes.

Também podemos afirmar que era uma maneira de se diferenciar dos “outros”, sinalizando sua condição de superioridade “feminina”. Segundo Jane Rendall, a partir da década de 1770, essas representações fizeram parte da construção da feminilidade da classe média britânica branca no início do XIX, em que as mulheres selvagens e orientais eram representadas como inferiores em seus textos (RENDALL, 2006). Apesar de o estudo de Rendall se referir aos relatos de viajantes sobre as mulheres nas colônias britânicas, observamos o uso, em descrições de Maria Graham, sobre o “feminino” no Império brasileiro,

⁸⁶ Maria Quitéria de Jesus, contrariando a vontade de seu pai, fugiu de casa e fingiu-se de homem para lutar contra o Exército português na Bahia. O episódio, na época, lhe rendeu uma homenagem realizada pelo imperador d. Pedro I. Atualmente, a figura de Maria Quitéria é vista como heroína e, em 1953, o Exército também lhe homenageou (COELHO, 2019).

pois identificamos que seus ideais de feminilidade estavam ligados à hierarquia e à noção de civilidade europeia. A título de exemplo, no baile na casa de um comerciante inglês no Rio de Janeiro, Maria Graham informou que as mulheres encontradas na festa eram de aspecto superior às da província da Bahia. O motivo, segundo a viajante, teria sido a influência da Corte no território⁸⁷, ou seja, associando-a na representação do mundo europeu e do “civilizado”.

Acreditamos que a autora possuía ideais de feminilidade como referência do que era o correto, tanto nas roupas e comportamentos quanto nos assuntos que iria abordar em sua escrita. A seguir, apresentaremos situações em que Maria Graham, através de uma relação de ambiguidade, ora transcendia os ideais da domesticidade e ora sinalizava o aceite dessas normas.

2.2 OS IDEAIS DE DOMESTICIDADE E OS LIMITES ENTRE OS ESPAÇOS POR MEIO DA DIVISÃO SEXUAL

Regulado de acordo com as relações de gênero, o ideal da mulher no século XIX normatizava o comportamento vinculado à esfera doméstica e, desse modo, as mulheres deveriam seguir os papéis ligados aos cuidados familiares e do lar, além de terem as características da delicadeza e do altruísmo (FRANCO, 2017). Rompendo com os ideais da domesticidade, Maria Graham viajou, escreveu, desenhou e coletou espécies nativas em seu trabalho na área da história natural e, além de viajante e escritora, desempenhou outras funções em sua estadia no Império. Não é nosso objetivo naturalizar os papéis e os espaços destinados ao “feminino” por meio de uma análise essencialista, mas verificar de que forma os ideais de domesticidade estavam presentes ou não no texto de Maria Graham e refletir sobre as ambiguidades da atuação nos lugares destinados aos homens e às mulheres.

Além de escritora, Maria Graham ocupava outras funções em suas viagens, dentre as quais o papel de professora. Em seu trajeto para a América, a inglesa foi responsável por ensinar uma turma de guardas-marinha.

⁸⁷ Ver relato: “Estive até uma hora da noite em ambiente muito diferente: um baile dado pelo Sr. B., respeitável comerciante inglês. As moças portuguesas e brasileiras são de aspecto decididamente superior às da Bahia: parecem de classe superior. Talvez a permanência da corte aqui por tantos anos as tenha polido” (GRAHAM, 1956, p. 183). Trecho original: “I have been for an hour to-night at a very diferente scene, a ball given by Mr. B., a respectable English Merchant. The Portuguese and Brazilian ladies are decidedly superior in appearance to those of Bahia; they look of higher caste: perhaps the residence of the court for so many years has polished them” (GRAHAM, 1824, p. 166).

Temos somente três anos para trabalhar, e como a tarefa da vida deles é aprender a profissão, incluindo a matemática, álgebra, astronomia náutica, teoria e prática de navegação, e deveres dos oficiais, com todos os aperfeiçoamentos técnicos a ela ligados, isto é tudo quanto ousamos propor (GRAHAM, 1956, p. 99).

Podemos conferir que a viagem, inicialmente, tinha o período de três anos para ser realizada. Ao transgredir a norma de viajar e, assim, estar em outros espaços para além do doméstico, sua atuação como professora foi influenciada pela instrução recebida na infância e adolescência e pelas redes de sociabilidade frequentadas na Grã-Bretanha.

Além de professora, Maria Graham foi cuidadora de enfermos. Como enfermeira, a inglesa vigiava e cuidava dos tripulantes que estavam no navio. Quando seu marido faleceu, cuidou, durante seis meses, do primo Glennie e, além disso, gerenciava a casa e o navio no que diz respeito às compras de alimentos e aos demais produtos.

Partimos do Rio, ao raiar do dia com plena esperança de que o tempo fresco que encontraremos ao contornar o cabo Horn e o bom clima do Chile nos farão bem a todos. Não durmo há três noites; meus doentes estão em tal estado que a vigilância durante a noite lhes é necessária (GRAHAM, 1956, p. 225).

A caridade e o zelo pelos doentes eram elementos atribuídos à mulher no século XIX, pois estavam ligados aos ideais da domesticidade, e Maria Graham, além de ocupar-se do ensinamento aos marinheiros e, depois, das princesas, cuidou dos enfermos que eram próximos a ela e que faziam parte das suas redes de sociabilidade.

Maria Graham não teve filhos. Contudo percebemos, em sua escrita, a ligação maternal que tinha com os guardas-marinha, visto que demonstrava afeto e carinho com os homens que a acompanharam durante toda a sua estadia na América. A autora, ao longo do diário, refere-se aos marinheiros como “meus rapazes”, pois se sentia na responsabilidade de cuidar da saúde e da educação (uma extensão das atividades que as mulheres exerciam dentro do lar). O tema da maternidade, segundo Franco (2008), frequentemente apresenta-se em textos de viajantes escritoras e, apesar de o assunto não aparecer diretamente na narrativa de Maria Graham, evidenciamos uma ligação muito próxima com os guardas-marinha.

O culto à domesticidade, como bem apresentado por Franco (2008; 2017), esteve presente em narrativas de viajantes escritoras, assim como temas ligados ao casamento, à caridade e à religiosidade. Diferentemente de outras viajantes, Maria Graham não destacava a atuação das mulheres na esfera doméstica, no sentido de afirmar que elas deveriam destinar sua vida aos filhos e ao lar, sendo boas esposas e mães dedicadas. Também não havia o culto à simplicidade. Pelo contrário, a autora enfatizava o luxo e a riqueza. Como analisado no

início do capítulo, ao falar sobre as mulheres no Império, a autora defendia a instrução e destacava as mulheres letradas, em vez de afirmar as atividades ligadas ao ambiente doméstico.

Sem pretender muito mais do que é devido ao sexo, sua ação pode produzir alguma influência, ainda que reduzida às ocupações e divertimentos da casa. A mulher que prefere os livros às cartas ou aos escândalos domésticos, em seu círculo de amizades, é capaz de promover uma cultura mais difundida, e um gosto mais refinado na sociedade a que pertence (GRAHAM, 1956, p. 348).

Nesse sentido, Maria Graham exerce funções ligadas à atividade da mulher na esfera doméstica, como, por exemplo, ao cuidar dos doentes do navio. Contudo ela não defende o exercício “feminino” restrito ao espaço privado. Na perspectiva da autora, o ideal da mulher deveria ser associado ao letramento, às boas maneiras, aos livros e às línguas, rompendo, assim, com as expectativas acerca dos ideais de domesticidade. As concepções sobre o “feminino”, também identificado em seu olhar para si no momento de escrita da autobiografia, se estendem ao representar as mulheres no Império.

Em outra situação, Maria Graham ficou muito aborrecida quando soube que as mulheres não poderiam assistir às reuniões da Assembleia, mesmo não havendo uma proibição formal.

Acho muito aborrecido que as senhoras não possam assistir as reuniões da Assembleia. Sei que não há qualquer proibição formal, mas a coisa é considerada tão inadmissível que não posso ir. Há uma galeria, para os estranhos, pouco maior em proporção que a da Câmara dos Comuns na Inglaterra, e os debates são publicados. Os deputados falam das próprias bancadas; são um pouco mais cerimoniais no vestuário do que os comuns na Inglaterra, mas não tem nenhum uniforme particular (GRAHAM, 1956, p. 300).

A tentativa de entrada na esfera política nos faz pensar nas restrições de acesso aos lugares permeados pelas relações de gênero. Eventualmente, as viajantes consideravam natural a demarcação dos espaços por meio de critérios sexuais e reforçavam as especificidades entendidas como “femininas” (FRANCO, 2017). Em alguns momentos, Maria Graham acreditava que existiam comportamentos e temas a serem abordados pelas mulheres, como, por exemplo, no relato em que afirma não achar honesto nem “feminino” os viajantes realizarem críticas aos povos nativos para que estes sejam motivos de risadas na Inglaterra (o local onde seu livro iria ser publicado). Ou quando declarou que seu sexo e sua situação não permitiram informações relativas ao domínio político do Império.

Apesar de ser impedida de assistir à reunião na Assembleia, Maria Graham esteve em outros lugares que, segundo Franco (2017), nos ajudam a mostrar que os limites entre os espaços por meio da divisão sexual dos papéis masculinos e “femininos” não eram tão estritos. A viajante afirmou que não estava preparada para a gentileza e atenção com a qual foi recebida em uma visita à biblioteca⁸⁸. Em outra passagem, ao comparecer ao cortejo de aniversário de coroação dos imperadores, apesar da restrição da entrada de mulheres desacompanhadas, assim o fez, e foi saudada pelas Majestades Reais⁸⁹. Vale ressaltar que, nesse momento, a viajante estava viúva e transitava por variados lugares, como no teatro, na igreja, nas fazendas no interior do Rio de Janeiro e no comércio no centro da cidade. Dessa forma, apesar de serem marcados por meio de critérios sexuais, incentivados, sobretudo pelo culto da domesticidade, o público e o privado estavam em constante relação e, por essa razão, não eram campos isolados e/ou opostos (FRANCO, 2008). Embora tenham ocorrido restrições quanto à entrada de Maria em espaços devido ao seu gênero, a inglesa comparecia em outros lugares, demonstrando, assim, a relação e os limites flexíveis destes espaços.

Embora “aceitasse” os limites de algumas esferas, Maria Graham questionava a restrição de outras. De forma ambígua, é interessante notar os paradoxos do discurso que, segundo Scott (2002), são apresentados na história de homens e mulheres que tentavam solucionar os dilemas que enfrentavam. Há relatos em que a viajante questiona a restrição de sua participação na esfera pública e política e, em outros, fica surpresa ao aceitarem sua entrada, nos dando indícios de que já esperava pela proibição. Joan Wallach Scott, no texto *A cidadã paradoxal. As feministas francesas e os direitos do homem*, discute a questão da paridade na participação política de mulheres na França, buscando entender o motivo da complexidade em oferecer às mulheres liberdade, igualdade universal e direitos políticos. A autora acredita que há uma repetição na história do movimento feminista, no qual as mulheres, ao combaterem as restrições impostas pelo discurso dominante, reconheciam as diferenças sexuais e alimentavam o mesmo discurso que pretendiam eliminar, constituindo-se

⁸⁸ Ver relato: “[...] fui à biblioteca, onde um pequeno gabinete agradável e fresco me foi destinado; qualquer livro que peço me é ali trazido, e ali tenho pena, tinta e papel a mão para tomar notas. Isto é uma gentileza e uma atenção a uma mulher, e estrangeira, para a qual não estava preparada” (GRAHAM, 1956, p. 339).

⁸⁹ Ver relato: “Indicaram-me a tribuna chamada diplomática, mas que é de fato destinada aos estrangeiros respeitáveis. Encontrei ali todo gênero de cônsules. Contudo a curiosidade que me conduzia a capela não me permitiu retirar-me quando os ditos cônsules o fizeram. Assim é que compareci ao cortejo a que, afinal, não deveria ter ido, por estar sozinha, se não fosse a isso levada pela maneira amável com que Suas Majestades Imperiais me saudaram, tanto na capela como no corredor que conduz aos apartamentos reais” (GRAHAM, 1956, p. 358).

um paradoxo (SCOTT, 2002). Maria Graham, ao questionar sua entrada na Assembleia Constituinte, depara-se com este paradoxo ao esperar pela sua proibição em outros lugares.

Apesar de romper com os princípios destinados às mulheres, o cumprimento de determinadas normas era fundamental para que elas pudessem viajar e escrever. Corroborando com as ideias sustentadas por Franco (2008), em que as viajantes apropriavam e ressignificavam o discurso do culto à domesticidade, sobretudo na tentativa de ultrapassar os limites do privado e do ambiente designado a elas, Maria Graham buscou formas de se justificar e/ou diminuir a relevância dos assuntos abordados em seu texto. Através da retórica da autodesqualificação, as viajantes oitocentistas minimizavam o impacto das viagens, da escrita e da publicação de seus relatos, visto que havia uma expectativa de que fossem mais “reclusas”. Como estratégia “feminina”, elas fizeram uso da chamada “falsa modéstia”, desqualificando seu conhecimento sobre o assunto a ser narrado no diário. A autonegação, nesse sentido, era um tipo de “transporte” de entrada na esfera pública, ou seja, uma forma de “pedir licença” para escrever⁹⁰ (FRANCO, 2017).

Na introdução realizada no *Diário de uma viagem ao Brasil*, Maria Graham, ao mesmo tempo em que negou ter informações sobre os aspectos da administração do Império, em razão da sua posição como mulher e estrangeira, ainda assim, escreveu muitos relatos de caráter político do território.

Não posso pretender falar do caráter da administração desses ou quaisquer outros ministros portugueses ou brasileiros. Minhas oportunidades de informação foram muito raras. Meus hábitos, como mulher e estrangeira, nunca me conduziram a situações onde pudesse adquirir o necessário conhecimento. Quero somente assinalar o curso dos acontecimentos, que, pelo encadeamento natural, foram as causas dos efeitos que se produziram sob meus olhos (GRAHAM, 1956, p. 65).

A viajante minimizou seu conhecimento sobre os acontecimentos políticos do país, declarando ser apenas uma “mera introdução”. Todavia, ela afirma que tudo o que foi escrito é confiável e correto no que se refere aos fatos e às datas.

Muito do que poderia me interessar, foi omitido, em parte porque não tinha um conhecimento perfeito dos fatos para me aventurar a escrever, parte porque estamos muito próximos do tempo da ação para conhecer os motivos e as molas que guiaram os atores, e, em geral, nem o meu sexo nem a minha situação me permitiram informações especiais relativas aos acontecimentos políticos de um país em que as publicações periódicas são raras, recentes e,

⁹⁰ De acordo com Franco (2017), os relatos dos viajantes masculinos estudados em sua tese de livre-docência não exibem as mesmas cobranças sociais que os “femininos”. Os textos, por ora, apresentam manifestações de virilidade.

apesar de legalmente livres, de fato, devido às condições dos tempos, imperfeitas, temerosas e incertas. O que ousei escrever é, confio, correto quanto aos fatos e datas. Destina-se a ser mera introdução, sem a qual o diário daquilo por que passei durante a estada no Brasil seria dificilmente inteligível (GRAHAM, 1956, p. 81).

Apresentamos dois relatos em que Maria Graham utiliza a retórica da autonegação e/ou desqualificação do seu conhecimento ao escrever o diário. Entretanto, além da introdução, em que a autora realiza o trabalho de apresentar a história do Brasil para seu leitor (do processo de colonização à sua chegada, em 1821), durante toda a narrativa, ela relatou os acontecimentos políticos, sobretudo da Independência e da escravidão, anexando documentos, notícias de jornais do período e testemunhos dos eventos. É interessante notar que a viajante, apesar de dizer que não tinha conhecimento suficiente para escrever sobre a esfera política, ainda assim o fez. E, além de fazer sua narrativa, se preocupou em coletar informações e dados advindos, sobretudo de jornais para anexar à obra.

Era comum que os prefácios, as dedicatórias e as introduções da literatura escrita por mulheres enfatizassem “o esforço, a falta de qualidade, o excesso de modéstia, às vezes a falta de cientificidade e o caráter inacabado da obra vinda a público por insistência de amigos, mestres, editores” (MAIA, 2016, p. 273). A título de exemplo, além de Maria Graham, a viajante Ida Pfeiffer utilizou-se dessa retórica no prefácio de seu livro, informando que teve a ajuda de editores, amigos e familiares para publicá-lo. Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta também demonstraram uma modéstia similar na dedicatória e no prefácio de suas obras (MAIA, 2016).

Desse modo, ao mesmo tempo em que Maria Graham rompe com o papel atribuído ao “feminino”, se aventurando em viagens e entrando no meio literário, existe a tentativa de se enquadrar nas normas do patriarcado, reforçando o seu não conhecimento acerca de alguns temas, ou colocando em dúvida a sua capacidade de escrita sem o apoio masculino. Suas tentativas de entrada na esfera pública estavam permeadas pela retórica da autodesqualificação e pelo discurso da domesticidade, pois era necessário “pedir licença” antes de inserir e/ou participar do debate político. Também não podemos deixar de enfatizar que suas redes de sociabilidade cumpriram papéis importantes no acesso a essa esfera. A seguir, nos deteremos nas possibilidades e nos limites dos discursos e da atuação de Maria Graham enquanto viúva.

2.3 “A VIÚVA DO CAPITÃO”: POSSIBILIDADES E LIMITES NO RETORNO DE MARIA GRAHAM AO IMPÉRIO DO BRASIL

Nas últimas semanas de sua estadia no Reino do Brasil, Thomas Graham ficou doente e foi acometido por uma febre incessante. Durante o trajeto para o Chile, o capitão faleceu quando o navio ainda passava pelo Cabo de Horn. Desse modo, na chegada ao território, Maria Graham já estava viúva.

Chegamos hoje à costa do Chile. Continuei a escrever meu diário regularmente, mas ainda que perto de dois anos se tenham passado desde que o escrevi, não tenho ânimo para copiá-lo. O de 3 de abril em diante tornou-se o registro de um agudo tormento. De minha parte esperanças e temores alternados através de dias e noites de escuridão e tempestades, que agravam a desgraça dessas horas desgraçadas. Na noite de 9 de abril, pude despir-me, e ir para a cama pela primeira vez desde que deixei o Rio de Janeiro. Estava tudo acabado; dormi longamente e descansei; quando acordei foi para tomar consciência de que estava só, e viúva, com um hemisfério entre mim e meus parentes. Muitas coisas dolorosas ocorreram. Mas tive também conforto. Encontrei simpatia e auxílio fraterno em alguns, e não fui insensível ao comportamento afetuoso de meus rapazes, como eram chamados os guardas-marinha. Tive o consolo de sentir que nenhuma mão estranha havia fechado os olhos do meu marido, ou amaciado o travesseiro (GRAHAM, 1956, p. 232).

O fato de estar viúva em território desconhecido, como ela mesma mencionou, com um hemisfério de distância entre a família, foi extremamente doloroso e difícil. E, apesar de os responsáveis pela fragata terem oferecido uma vaga para retorno à Inglaterra, através de uma embarcação que estava partindo para a Europa, Maria Graham recusou a oferta e decidiu continuar sua estadia, permanecendo cerca de um ano em terras chilenas. Os relatos não apontam os motivos que levaram Graham a continuar sua viagem. Todavia, é uma situação que nos leva a pensar acerca dos seus interesses, tendo em vista as adversidades que enfrentaria na ausência do marido. Portanto, é importante pensar nas dificuldades e limitações, mas, também, nas possibilidades de atuação da viajante que, nessa ocasião, não tinha a presença do marido e de seus companheiros de fragata.

Neste momento da pesquisa, nos deteremos na análise da influência das redes de sociabilidade em sua trajetória e na permanência no Império enquanto viúva, além dos limites e das possibilidades de ser uma viajante viúva inglesa, verificando os espaços de sociabilidade e as estratégias realizadas para sobreviver durante um momento, segundo as palavras da autora, “tão doloroso e solitário”.

Após a morte do capitão, a figura de Lorde Cochrane foi fundamental em seu retorno ao Império do Brasil e no apoio durante o período de adaptação provocado pelo falecimento do marido. Os dois se conheceram no Chile, e Maria o acompanhou em sua viagem ao continente americano⁹¹. A autora o descreve como “amável amigo”, e seus relatos mostram que tinham uma relação de proximidade, através dos passeios, jantares e encontros sociais. O *Journal of a residence in Chile* apresenta a relação e a entrada do escocês em sua trajetória⁹².

Além de Cochrane, Maria teve o apoio de Sr. London e Sr. Kift, cirurgião e assistente de cirurgião, respectivamente, responsáveis pelo atendimento e cuidado com seu marido. Recebeu, também, o conforto de Glennie, seu primo, e outras pessoas que faziam parte da Doris⁹³. As redes de sociabilidade foram importantes para o amparo emocional no primeiro momento de dificuldade, quando ainda se encontrava no Chile. E, apesar da distância temporal, durante seu retorno ao Império do Brasil, recebeu visitas dos guardas-marinha de sua antiga fragata. Além de ser a “viúva do capitão”, foi professora de alguns deles no trajeto para a América e, através de uma relação maternal, referia-se a eles como “meus rapazes”. A representação de Graham, por meio da figura da professora e da esposa do capitão, a quem tinham respeito, foi importante para manter a ligação com os guardas-marinha que, segundo ela, constantemente a visitavam⁹⁴. Apesar de não mostrar responsabilidade para com as atividades domésticas, a inglesa tinha compromisso com o grupo para o qual lecionava.

À medida que Maria Graham vê as pessoas que são próximas a ela irem embora para a Inglaterra, o sentimento de tristeza se acentua⁹⁵. Em diversos momentos da escrita, a autora menciona o fato de estar doente.

⁹¹ Frequentemente, as pessoas lhe perguntavam a respeito de Cochrane, curiosas em terem notícias do escocês e das batalhas que estava liderando, pois ele lhe enviava cartas informando sobre o contexto atual da política e dos conflitos da Independência.

⁹² Cielo Griselda Festino, no artigo “Maria Graham no Chile: o olho do Império”, fez uma análise do caderno de viagem ao Chile e, conseqüentemente, abordou a relação da viajante com Lorde Cochrane. Ver artigo: Festino (2006). Tomás Lago, na obra *La viajera ilustrada. A vida de Maria Graham*, através de um estudo biográfico, observou a estadia de Graham no Chile. Ver estudo: Lago (2000).

⁹³ Blatchly, guarda-marinha, e Dance, segundo-tenente.

⁹⁴ Ver relato: “Minha triste casa e minha mais triste pessoa não oferecem nenhum atrativo, exceto para os guardas-marinha de meu velho navio, que me visitam constantemente. Comprei um cavalo para fazer exercício, e às vezes, acompanhar os rapazes nos passeios noturnos” (GRAHAM, 1956, p. 298).

⁹⁵ Ver relato: “Entristeço-me por ver um dos meus últimos amigos deixar o posto antes de mim; mas estou agora tão acostumada a ver partir, de um modo ou de outro, todos aqueles que se ocuparam eventualmente comigo, ou manifestaram qualquer amabilidade a meu respeito, que espero em breve criar calos para a dor que esse sentimento ainda desperta. É em vão que eu me orgulho de ter recobrado a firmeza de ânimo. Estou ainda sujeita a fraquezas por qualquer pequeno incidente, e sou obrigada a fugir de meus sentimentos particulares, interessando-me ultimamente, e com empenho, pelos negócios deste país” (GRAHAM, 1956, p. 301).

Não há novidades públicas; estou doente demais para me preocupar com quaisquer outras notícias. Estrangeira, só, e muito doente, tenho bastante lazer para ver o valor do mundo para os ricos, ou que o pareçam, a exibição e a parada; e sentir que se eu dispusesse de todos os recursos não poderia relevar a cabeça nem o coração dos que estão doentes ou tristes. Creio que me tornei egoísta; não consigo interessar-me pelas pequenas coisas da vida dos outros, como costumava fazer. Preciso do forte estímulo do interesse público para despertar minha atenção. Há muito tempo que não sou capaz de sair no meio do belo cenário daqui para gozar os encantos da natureza (GRAHAM, 1956, p. 289).

Além da tristeza e da solidão, assuntos frequentemente abordados em seu texto após o falecimento do marido, Maria Graham narrou episódios de dificuldades financeiras e/ou adversidades do cotidiano em que as pessoas a ajudavam. Ao saber que seu aluguel no Rio de Janeiro estava vencendo, a viajante necessitou de uma nova residência para morar. Foi então que Thomas Hardy, comandante da esquadra inglesa na América do Sul, lhe ajudou a adquirir uma casinha em Botafogo e ofereceu todo o suporte para sua mudança.

Após a saída do cargo ocupado na Corte, Maria Graham recebeu a ajuda financeira de Leopoldina. Na carta datada em 1º de março de 1825, a imperatriz entregou-lhe 40 mil réis (GRAHAM, 1997). Além disso, a viajante foi morar em uma residência emprestada por Miguel Maria Lisboa. Seus escritos afirmam que passou por dificuldades financeiras, esperando por dois ou três meses por cartas de créditos da Inglaterra.

Maria Graham não quis pedir ajuda aos comerciantes ingleses com que tinha contato, mesmo sabendo que estes lhe ajudariam⁹⁶. O motivo foi a forma como lhe trataram após a saída da Corte. Portanto, para sobreviver, vendeu “colheres, garfos, bules de chá, etc.”, vivendo economicamente até as cartas de crédito chegarem (GRAHAM, 1997).

Durante o meu tempo de poupança, uma pessoa bem conhecida da Imperatriz, procurou-me à hora do jantar, e ficou, creio eu, um pouco impressionada com a boa vontade com que comia em um prato usado geralmente pelos negros. Não tenho dúvidas de ter sido sua narração que induziu a imperatriz a enviar-me este pequeno presente que ela sempre afetava considerar como dificilmente equivalente ao valor dos livros que ela pedira (GRAHAM, 1997, p. 124).

⁹⁶ Ver relato: “Não tenho dúvidas que teria obtido dinheiro dos comerciantes ingleses se tivesse querido, mas a atitude fria, posso mesmo dizer, indelicada deles para comigo, quando deixei a Boa Vista, aguardando em que parariam as coisas antes de me reconhecerem, forçara-me a não me tornar obrigada a nenhum deles, e tendo vendido tudo que não me era absolutamente necessário como colheres, garfos, bules de chá, etc., vivia com bastante economia com o dinheiro que a venda produzira, até que me chegaram as cartas, quando comecei a me tratar um pouco melhor” (GRAHAM, 1997, p. 124).

O sentimento de solidão e desamparo fez com que a viajante buscasse suporte a outras pessoas das suas redes de sociabilidade, assim que seu primo Glennie e o segundo-tenente Dance partiram para a Inglaterra. Como bem apresentado na dissertação, a viajante pediu que José Bonifácio intermediasse seu encontro com Leopoldina, para que ela pudesse ser sua protetora enquanto permanecesse no Império. Isso demonstra a importância das redes de sociabilidade para o apoio emocional e financeiro de Maria Graham, bem como para sua entrada em determinados espaços de sociabilidade, como, por exemplo, no Paço Imperial.

Miriam Lifchitz Moreira Leite afirma que as viúvas possuíam autonomia maior que as mulheres solteiras e casadas (LEITE, 1997). A partir desta argumentação, gostaríamos de levantar algumas questões: em que medida Maria Graham tinha autonomia por ser uma mulher viúva? Quais eram as restrições e dificuldades, ou, ainda, possibilidades de não ter a presença da figura do marido em sua vida? Qual é o papel das redes de sociabilidade em seu retorno ao Império?

Enquanto viúva, Maria Graham deveria seguir determinados padrões de vestimenta. Para assistir à cerimônia no teatro em que foi acompanhada por Madame do Rego, a viajante informou a necessidade de ir a uma modista comprar “um enfeite de cabeça simples e de crepe, de luto fechado” (GRAHAM, 1956, p. 272). Além do acessório, foi vestida com um xale. Como viúva, as pessoas esperavam que Maria Graham usasse roupas de tecido preto fora de casa e branco no ambiente doméstico e, quando os criados da Corte verificaram seu guarda-roupa, se surpreenderam que houvesse sedas lisas, musselinas e cambraias. A única peça que, segundo a autora, salvou a sua honra perante as testemunhas foi um chapéu. Possivelmente, o mesmo acessório que comprou para a ida ao teatro.

Maria Graham se vestia de modo que não se enquadrava nos padrões sociais de uma viúva. Quando estava no espaço da Corte, seu relato não expressa preocupação com a opinião dos criados, visto que ela não se considerava uma deles. Entretanto a ida ao teatro fez com que comprasse um acessório especificamente para demonstrar a sua condição de viúva. Portanto, é interessante notar como o acesso aos espaços de sociabilidade muda seu comportamento, visto que não se importou com a opinião dos criados, pois estes estavam na posição de inferioridade, mas, ao ir a um espaço onde encontraria pessoas da elite, logo buscou se adequar aos costumes do lugar.

Mesmo viúva, Maria Graham transitava por variados espaços, como, por exemplo, na coroação dos imperadores e em bibliotecas e passeios pela natureza. Contudo fez uso do suporte que tinha através das redes de sociabilidade para, por exemplo, garantir favores ou permissão para adentrar em certos locais. Sendo assim, verificaremos as redes e os espaços de

sociabilidade utilizados por Maria Graham em sua primeira visita, quando fazia parte da fragata Doris, comparando com sua atuação durante o retorno ao Império, dessa vez, como a “viúva do capitão”.

Apesar de citar relatos já mencionados e analisados sob outras perspectivas na presente dissertação, gostaríamos de retomar algumas discussões para fazer uma reflexão acerca das atuações de Maria Graham antes e depois da morte do marido. Quando chegou à América, a viajante atuou, principalmente, em atividades ligadas ao serviço britânico, pois, como integrante da Doris e esposa do capitão, sua posição naquele momento demandava defender, diretamente, os interesses da Grã-Bretanha e do grupo ao qual fazia parte. Um dos papéis que lhe fora atribuído era ser a responsável (junto com outros homens) para liderar os passeios que os guardas-marinha realizavam⁹⁷.

Em algumas atividades, Maria Graham não estava na presença do marido e, como “representante” do capitão, realizou a primeira visita à esposa do governador português Luís do Rego, em Pernambuco. Vale ressaltar que essas visitas nunca eram feitas desacompanhadas de alguma figura masculina, pois os tenentes ou guardas-marinha sempre estavam presentes, como, por exemplo, no encontro à Junta Governativa de Goiana.

Quando Thomas Graham não podia comparecer aos compromissos, especialmente por questões de saúde, visto que durante sua estadia no Reino do Brasil ficou muito doente, Maria “cumpria a função” do marido.

Como o cap. Graham não se está sentindo capaz de deixar o navio, fui com o cap. Prescott, da *Aurora*, visitar o comodoro francês Roussin, a bordo do *Amazonas*. Poucas vezes fiquei tão satisfeita. Os comandantes dos outros navios franceses ali estavam para receber-nos (GRAHAM, 1956, p. 224, grifos da autora).

Os passeios de Maria Graham eram realizados na companhia de alguém. Geralmente, eram feitos na presença masculina, seja dos antigos guardas-marinha da Doris, das pessoas da elite que faziam parte de suas redes de sociabilidade ou de empregados negros contratados para lhe acompanhar.

Há muito que desejava ver um pouco mais dos arredores do Rio, do que o fizera até aqui, e resolvi cavalgar ao menos até Santa Cruz, cerca de quatorze léguas da cidade. Como a estrada é muito trafegada para se temerem acidentes extraordinários, e eu não sou tímida quanto aos embarços habituais, resolvi contratar um empregado negro e ir sozinha. Esta resolução, porém, foi superada por Mr. e Mrs. May, cujo irmão, Mr. Dampier,

⁹⁷ Em 9 de outubro de 1821, Maria Graham, junto com Dance e Glennie, liderou um grupo de guardas-marinha no passeio à ilha dos Coqueiros, em Pernambuco (GRAHAM, 1956).

gentilmente se ofereceu para escoltar-me. Confesso que tive muito prazer em ser aliviada da responsabilidade absoluta de minha pessoa, e não fiquei pouco satisfeita por ter a companhia de um jovem bem educado e inteligente, cujo gosto pelas belezas pitorescas da natureza concorda com o meu (GRAHAM, 1956, p. 308).

De acordo com o relato acima, Maria Graham contratou um empregado negro para lhe acompanhar no trajeto, ao mesmo tempo em que diz que iria “sozinha”. Ou seja, apesar da presença do negro, a autora não o considera um acompanhante na viagem. Diferentemente de quando, logo em seguida, declara que teve o prazer de usufruir da companhia de Dampier. Além disso, é interessante notar como as pessoas das suas redes de sociabilidade continuam próximas e oferecendo ajuda em várias situações.

Muitos passeios realizados após seu retorno ao Império tiveram a companhia da baronesa de Campos e da viscondessa do Rio Seco, especialmente nas idas ao teatro e às celebrações ligadas à Família Real. Quando era casada, não era comum que a viajante frequentasse esses lugares e, portanto, foi possível ter outras experiências e conhecer diferentes espaços de sociabilidade. Maria Graham também visitava, constantemente, as bibliotecas. “Fui hoje à Biblioteca Pública para indagar acerca de alguns livros e fui convidada a frequentá-la e usar do que quiser ali. Os bibliotecários são todos extremamente polidos e a biblioteca está aberta a todas as pessoas por seis horas diárias” (GRAHAM, 1956, p. 338).

Além das oportunidades apresentadas acima, a viajante atuou como professora das princesas na Corte, função comum atribuída às mulheres solteiras e viúvas. Desse modo, Maria Graham frequentou diferentes lugares e conheceu outras pessoas. A decisão de continuar sua jornada mesmo na condição de viúva foi uma situação inusitada e diferente, pois todas as suas viagens, até o momento, haviam sido realizadas na companhia do pai ou do marido. Era a primeira vez que estava “sozinha” (visto que tinha as redes de sociabilidade que lhe davam suporte) e, por meio dessa decisão, passou por experiências que, durante sua primeira estadia no território, ainda não havia obtido.

Quando Maria Graham saiu do Paço, alugou uma casinha em Laranjeiras, interior do Rio de Janeiro, para realizar melhor suas atividades de botânica. Sua residência em Laranjeiras localizava-se perto de um quilombo, pois ela descreveu o espaço como “um núcleo de escravos fugidos”. Gostaríamos de ressaltar que a viajante tentou retornar à Inglaterra, mas teve o pedido negado pelo capitão da embarcação por questões políticas e de gênero.

Maria Graham não morava sozinha. A criada que lhe acompanhou durante toda a viagem, Ana, permaneceu junto a ela. Além disso, a viajante contratou um negro livre, a quem chamava de José, para lhe ajudar nas tarefas cotidianas. Durante a residência em Laranjeiras, ocorreu um episódio inesperado. Certo dia, Maria Graham ouviu um sussurro à porta e, em seguida, escutou alguém tentando abrir as janelas, e o ferrolho do quarto foi sacudido. Na tentativa de se salvar, como não havia armas nem luz em casa, pediu para que sua criada, Ana, confirmasse tudo o que iria falar. Nesse sentido, pediu para Ana pegar as “pistolas que estavam embaixo da cama”, afirmando que atiraria caso a pessoa não respondesse quem era. A atitude “encenada” fez com que a pessoa desistisse de entrar na casa.

Como a janela ficava a uma grande distância do terreno, o que era uma grande vantagem para nós, tomei minha machadinha e fiquei junto dela, decidida, se aparecesse um invasor solitário, a golpear-lhe a mão se abrisse a janela, fazendo-o assim perder o seu ponto de apoio e cair. [...] Gritei então, tão alto quanto pude – “Quem está na janela? – Fale! Se for amigo diga o que quiser, se não, saia imediatamente, porque vou atirar!” A ideia deu certo, pois logo ouvimos alguém quebrando os galhos, e saltando na estrada muito abaixo. No dia seguinte as pegadas eram visíveis e os ramos quebrados de bauínia e de café mostravam o caminho pelo qual o intruso havia fugido. Eu sempre pensei que não deveria ter sido mais que um pobre escravo fugido, que estando perseguido, e não sabendo que a minha casa estava ainda habitada, havia tentado abrigar-se ali (GRAHAM, 1997, p. 114-115, grifo da autora).

No dia seguinte, Maria Graham comprou um par de pistolas, munição, um cavalo e um cão e vendeu alguns talheres de prata para ter mais segurança na casa. E, dessa vez, com o cão e seu novo empregado, começou a “coleccionar peles de cobra além de plantas” (GRAHAM, 1997, p. 115). A partir desses apontamentos, é importante considerar a imagem que a autora pretendia transmitir ao leitor, da mulher corajosa que, mesmo em perigo, conseguiu sair daquela situação sem a ajuda masculina. Portanto, mesmo viúva e com autonomia para entrar na floresta e fazer seu trabalho de recolhimento de espécimes naturais, a viajante precisou se proteger de situações inesperadas.

No esboço biográfico, Maria Graham, em nenhum momento, mencionou o fato de estar viúva, triste ou solitária no Império, assim como realizou diversas vezes no diário. Ao saber que a produção do manuscrito foi realizada 10 anos após sua visita à América, podemos notar como a escrita é influenciada pelos acontecimentos atuais. Quando escreveu o diário, a autora estava vivenciando um momento de tristeza e sofrimento e, por esta razão, deixava transparecer seus sentimentos. Já no esboço, a viajante estava em outro contexto de sua vida, e, por isto, sua narrativa não abordou com a mesma intensidade a ausência do marido.

Maria Graham teve autonomia para morar “sozinha” e realizar seu trabalho de botânica, mas, ao mesmo tempo, necessitava das redes de sociabilidade para ajudar nas atividades do cotidiano, ou, ainda, viu a exigência de se adequar aos padrões do Império como, por exemplo, na vestimenta. Por esta razão, afirmamos que, por ser viúva, Maria Graham teve oportunidade para realizar determinadas tarefas. Contudo, em outros momentos, viu-se diante de uma dificuldade financeira em que articulou meios para sobreviver no Império. Apesar da condição de liberdade proporcionada pela viuvez, a viajante apresentou situações em que os comerciantes ingleses realizavam comentários questionando seu comportamento. Em seus escritos, aparece a ideia da viúva honesta que se preocupava em legitimar sua honra.

Contudo, são todos muito amáveis comigo, e porque hei de notar-lhes os defeitos ou chocar-me com as histórias absurdas que contam a meu respeito porque não me conhecem? Além disso, não é grande afronta ser chamada mais sábia do que outro (GRAHAM, 1956, p. 290-291).

No trecho acima, podemos perceber que Maria Graham tinha conflitos com alguns ingleses no Império, pois, apesar de serem amáveis, eles contavam “histórias absurdas” a seu respeito. A autora informou que manteve poucas relações de amizade e desejava ver poucas pessoas deste grupo. Em algumas passagens do diário, realizou uma crítica ao fato de estes não se interessarem pelos assuntos públicos ou da ciência, se importando apenas em saber do comércio particular (GRAHAM, 1956).

Nenhum sabia o nome das plantas que cercam a própria porta; nenhum conhecia a terra dez léguas além de Salvador; nenhum sequer me sabia informar onde ficava a bela argila vermelha da qual se faz a única indústria aqui existente: a cerâmica. Fiquei, enfim, inteiramente desesperada com esses fazedores de dinheiro destituídos de curiosidade. Estou sendo, talvez, injusta para com meus patrícios. Ouso pensar que há muitos que me poderiam ter fornecido estes dados, mas o fato é que nenhum o fez, como também é verdade que pedi estas informações a todos com que me encontrei. Talvez porque uma mulher não é considerada digna de saber alguma coisa através desses personagens do comércio. [...] De um modo geral, a sociedade está aqui em nível muito baixo entre os ingleses (GRAHAM, 1956, p. 162-163).

Embora esses comerciantes fossem do mesmo país de origem, verificamos que o contato de Maria Graham com seus compatriotas a colocava às margens, e o gênero era um fator que influenciava diretamente as relações, pois eram homens com a mesma nacionalidade e posição social.

Em vários momentos, Maria Graham justifica ao leitor sobre os comentários realizados a seu respeito e, com isso, preocupava-se com a imagem transmitida no livro, buscando sempre afirmar sua honestidade. Antes de ocupar o cargo na Corte, foi necessária a realização do pedido escrito em forma de carta e, segundo a viajante, seus amigos ingleses insinuaram que já estava com o documento escrito, dando indícios de que articulou antecipadamente sua entrada no Paço. “Ainda que meus amigos ingleses me digam que eu tinha ontem um memorial em minhas mãos, e que eu fora ao Paço só para entregá-lo, porque eles o haviam visto em minha mão” (GRAHAM, 1956, p. 361). A autora afirmou que a carta a que os ingleses se referiam foi a primeira que escreveu sobre o assunto e que não havia nenhum documento escrito anteriormente, demonstrando que usou o espaço do diário para se defender dos ataques que, possivelmente, sofreu no período.

De acordo com Rodenas (2014), as viagens viabilizavam uma válvula de escape “aceita”, em que as mulheres oitocentistas rompiam com os limites do doméstico e da figura da esposa e do lar, possibilitando as descobertas, os reconhecimentos e a reinvenção dos passados em novos espaços. De um lado, estava a norma ao comportamento esperado das mulheres e, de outro, a experiência libertadora das viagens. Maria Graham, ao chegar à América como esposa do capitão, ou, em outros termos, como “diplomata”, tinha todo o suporte e apoio para sua permanência no território. Após a morte do marido e, sobretudo, da sua saída da Corte, viu-se diante de uma situação, acreditamos, “inesperada”: morar em uma casinha no interior do Rio de Janeiro. Se por um lado a viajante teve autonomia para realizar suas atividades e seus passeios, descobrindo e reconhecendo os novos lugares, por outro, vivenciou situações em que foi obrigada a se defender e a buscar auxílio através das redes de sociabilidade.

Nesse sentido, sua autonomia está ligada a uma rede complexa de fatores que, por um lado, possibilitou ter inúmeras experiências, mas, por outro, esteve restrita às normas sociais e ao apoio de Leopoldina, Bonifácio e outras pessoas da elite oitocentista. Ora afirmando o culto à domesticidade e seguindo as normas ligadas às mulheres viúvas e ora ressignificando este discurso, transcendendo os limites do privado.

3 A NARRATIVA POLÍTICA SOB A PENA DE UMA VIAJANTE INGLESA: FAMÍLIA REAL, INDEPENDÊNCIA E ESCRAVIDÃO NOS ESCRITOS DE MARIA GRAHAM

No presente capítulo, analisamos a narrativa política do Império sob o olhar de Maria Graham. No primeiro momento, investigamos o manuscrito *Esborço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo*, pensando no Paço por meio de um espaço de sociabilidade e, a partir do gênero, verificamos a relação com os criados e os imperadores. Buscamos identificar como a autora representou o imperador em um documento escrito cerca de 10 anos após sua saída do Império. Quais eram seus objetivos e suas motivações? Quais acontecimentos, pessoas e características a viajante optou enfatizar na biografia de d. Pedro I? Enfim, ao analisar o manuscrito, junto com o diário de viagem, levantamos hipóteses acerca dos significados da escrita dessas memórias, visto que sua produção não foi planejada para publicação nem fruto de trabalho encomendado pela editora na qual trabalhava. No segundo momento, investigamos como o tema da Independência e escravidão aparece em seus escritos, observando os interesses e as concepções do país em que Maria Graham nasceu. Nesse sentido, a partir do gênero e da análise das redes de sociabilidade, examinamos as possibilidades e os limites de sua atuação na esfera política e da inserção do debate sobre a Independência e a escravidão em seus escritos.

3.1 “SE NÃO SOU A GOVERNANTE DAS IMPERIAIS PRINCESAS, NADA TENHO QUE FAZER NESTE PAÍS”: A ESTADIA DE MARIA GRAHAM NO PAÇO DE SÃO CRISTÓVÃO

O manuscrito *Esborço biográfico de d. Pedro I, com uma notícia do Brasil e do Rio de Janeiro em seu tempo* é um documento produzido após a morte de d. Pedro I, entre os anos de 1835 e 1836. O período abordado refere-se à terceira viagem realizada por Maria Graham ao Império (1825) e, desse modo, apesar de não ter a estrutura de um diário de viagem, a narrativa é uma reelaboração das suas memórias de viagens escritas 10 anos após os episódios narrados. É uma fonte bastante singular e, apesar de diferir do caráter de um diário, o assunto abordado dá continuidade ao livro publicado em 1824.

O retorno de Maria Graham ao Império do Brasil, como apresentado no capítulo 1, foi marcado pela ajuda e proteção de pessoas que faziam parte das suas redes de sociabilidade⁹⁸. A autora não afirmou de quem foi a ideia de ela se tornar professora das princesas⁹⁹ e informou apenas que a relação foi intermediada por Thomas Hardy, comandante da esquadra inglesa na América do Sul. Quando foi questionada se aceitaria o cargo, respondeu: “Que coisa deliciosa, salvar esta linda criança das mãos das criaturas que a cercam, educá-la como uma dama europeia” (GRAHAM, 1997, p. 78).

Maria Graham chegou a São Cristóvão após um período de 12 meses na Inglaterra, em busca de materiais pedagógicos para as princesas e alguns produtos encomendados por Leopoldina¹⁰⁰. A inglesa morou cerca de um mês no Paço e, durante esse período, sua amizade com a imperatriz se fortaleceu. Como professora, ensinava à princesa lições de português, francês, literatura, normas de etiqueta e instruções religiosas e também realizava passeios e a acompanhava nos momentos de lazer. Sua rotina, além das aulas, era marcada por longas conversas com Leopoldina. Todavia, a relação de proximidade com a imperatriz e seu comportamento diante dos criados foram motivos de desentendimentos, culminando na saída repentina do cargo.

Vários conflitos aconteceram, sendo a maioria deles acarretados pela oposição aos costumes do seu país de origem. A autora afirma que a princesa deveria ter uma educação europeia, e o fato de ser uma inglesa, e não uma portuguesa a educar as princesas, causou grande revolta aos criados, pois era “como se nenhuma dama portuguesa fosse competente” (GRAHAM, 1997, p. 93) para ocupar o cargo de professora. Maria Graham era considerada a “segunda estrangeira” no Paço, e, além de questionarem sua nacionalidade, comentavam sobre os hábitos ingleses e criticavam a pouca quantidade do seu guarda-roupa, sobretudo das suas roupas de viúva.

O estopim dos conflitos ocorreu nos preparativos para o aniversário do imperador, em que Maria Graham se recusou a vestir o uniforme de criada para o ritual do beija-mão, pois,

⁹⁸ Durante o período em que Maria esteve doente, Leopoldina lhe ofereceu apoio e assistência médica para tratar da doença da viajante (GRAHAM, 1997).

⁹⁹ Ao saber da ocupação de Graham para o cargo de professora, sua amiga Maria Edgeworth escreveu-lhe uma carta, aconselhando-a a pensar antes de aceitar a função, pois haveria muitas responsabilidades. “Que vos adiantará seguir o séquito da futura imperatriz dos Brasis, se vierdes a perder neste negócio vossa própria saúde e com ela (sem esperança) vossa felicidade?” (GRAHAM, 1997, p. 149).

¹⁰⁰ A ideia era adiar a volta de Maria Graham. Todavia, como não recebeu a carta de Leopoldina lhe informando acerca dos acontecimentos políticos, a inglesa retornou antes do previsto. Diante do contexto político de Portugal, havia planos para casar a primogênita, Maria da Glória, com seu tio, dom Miguel (GRAHAM, 1997).

caso fosse à cerimônia, iria vestida com trajes ingleses. Ao recusar a posição de criada, a viajante se coloca no centro da questão, pois acreditava que, como mulher branca e inglesa, não deveria se submeter a tais situações. Bénédicte Monicat afirma que as viajantes europeias, ao visitarem a América, estavam no centro e às margens. De forma ambígua, as condições de gênero as colocavam às margens. Contudo reproduziam o etnocentrismo e os ideais civilizatórios, devido às clivagens de classe e etnia (MONICAT, 1996 apud FRANCO, 2017). Desse modo, em nenhum momento da narrativa, Maria Graham se coloca no lugar de criada, mesmo havendo inúmeras situações que apontavam a referida posição. Ela reproduzia o discurso que defendia o progresso e a inferioridade dos povos no continente americano.

Devido aos frequentes conflitos, d. Pedro emitiu uma ordem exigindo que a viajante só saísse do seu apartamento nas horas de aula ou para os passeios com as princesas no jardim. Diante do exposto, a imperatriz lhe aconselhou a deixar o palácio, pois, mesmo com o seu apoio, seria impossível exercer a função da forma como planejada (GRAHAM, 1997). Antes de ir embora, a inglesa deixou uma carta explicando os motivos da saída, afirmando, novamente, que não aceitaria ser tratada como criada:

Não deveria nunca ter deixado a Inglaterra nem uma família honrada naquele distinto país, para ser uma simples professora de inglês! Se não sou a Governante das Imperiais Princesas, nada tenho que fazer neste país. A pessoa honrada com o título e o emprego de governante em tal família, deveria ter sido garantida contra as impertinências que encontrei desde que estou aqui. Nunca me submeterei a elas. Quanto a mim não tenho amor próprio, mas quanto as minhas alunas havia uma necessidade absoluta de não ser eu tratada como uma criada. [...] Quanto a estas damas, que inventaram tantas falsidades a meu respeito, eu as perdoo e espero que Vossa Majestade nunca encontre razão por ter ouvido demasiado vivamente as suas queixas (GRAHAM, 1997, p. 100-101).

Apesar de todo o ocorrido e dos transtornos que teve de enfrentar, a inglesa não apresentou uma imagem negativa do imperador, pois acreditava na história narrada pela viscondessa do Rio Seco, que dizia que uma dama da Corte de forte influência sobre d. Pedro havia sido escolhida para lhe atacar¹⁰¹, e não tinha dúvidas acerca

do temperamento de Dom Pedro, sujeito a explosões repentinas de paixão violenta, logo sucedidas por uma generosa e franca delicadeza, pronta a fazer mais do que o necessário para desfazer o mal que pudesse ser feito, ou a dor que pudesse ter causado nos momentos de raiva. Disso tive provas, mais de uma vez, antes de deixar este país (GRAHAM, 1997, p. 103).

¹⁰¹ Após a saída de Maria Graham, a marquesa de Aguiar foi nomeada para o cargo de professora. D. Maria Francisca de Paula de Portugal era viúva de D. Fernando José de Portugal, 1º marquês de Aguiar (GRAHAM, 1997).

Considerando os fatos apresentados, a viajante, ao ter suspenso seu plano de ocupar o cargo de professora, ficou sem uma função a ser realizada no Império. Na carta datada em 11 de outubro de 1824, endereçada ao capitão Mends, da fragata inglesa *Blanche*, Maria Graham possivelmente pediu que lhe aceitassem na embarcação para sua ida à Bahia no intuito de ver Lorde Cochrane. Entretanto, como resposta, John Lends, por intermédio do capitão da fragata, afirmou que existiam dificuldades devido à falta de acomodações apropriadas para uma mulher, além de ter “conflitos” com o governo e no porto no qual ela queria desembarcar¹⁰². A viajante, surpreendida pela resposta do capitão, escreveu:

Nunca fiquei tão surpreendida como ao receber vossa nota. O Capitão Mends que trouxe o Sr. e a Sra. Hayne e suas bagagens, sem acomodações para uma senhora e sua bagagem para um lugar tão distante quanto a Bahia! Um oficial inglês temeroso, relativamente a qualquer governo, de proteger uma filha de oficial e viúva de um seu colega – Que vergonha! Se fosse possível imaginar isso em vida de meu marido ou de meu pai! Não vos preciso lembrar que não sou uma fugitiva, correndo do país, – mas uma súdita britânica, retirando-se de um serviço que não lhe convém (GRAHAM, 1997, p. 36-37).

Através do trecho acima, podemos verificar que Maria Graham se colocava no centro da posição quando disse que era filha de oficial e viúva de capitão, salientando sua classe e, também, destacando sua cultura, ao mencionar que era uma súdita britânica. Por ser uma mulher inglesa e de posições sociais significativas, possivelmente acreditou que fosse conseguir um lugar no navio durante a viagem à Bahia, tendo em vista que o capitão também era natural da Inglaterra e, pelo histórico de suas viagens, sempre teve acesso e ajuda nos espaços circulados¹⁰³. Contudo seu gênero lhe posicionou às margens da situação, pois estava na presença dos homens ingleses. Dessa forma, apesar de estar em outro território, Maria Graham está às margens ao se relacionar com os compatriotas¹⁰⁴. No entanto, ao estar com pessoas de outras nacionalidades e posições sociais, sua classe e etnia a coloca no centro.

Ao sair do Paço, Maria Graham retornou à sua antiga residência, na rua dos Pescadores, no Rio de Janeiro, emprestada por Miguel Maria Lisboa. Durante o período de residência, atuou como naturalista, realizando desenhos e recolhimento de espécimes secos para o Dr. Hooker. Seu retorno à Inglaterra ocorreu por intermédio de Charles Stuart, diplomata britânico que desembarcou no navio britânico de carga *Sibilli* (GRAHAM, 1997).

¹⁰² Ver carta na íntegra: Graham (1997, p. 36).

¹⁰³ Ao longo dos textos de Graham, podemos perceber que a narrativa de proteção se tornou mais evidente após a morte do marido, pois os relatos solicitando algum tipo de favor ou assistência se tornaram frequentes.

¹⁰⁴ Na discussão do capítulo 2, Maria Graham afirmava a ideia da viúva honesta ao mencionar as situações vivenciadas com os comerciantes ingleses.

Intermediada por José Bonifácio, podemos notar que a ligação com os imperadores foi importante para a sobrevivência e permanência de Maria Graham no Império, pois ela estava viúva e não fazia parte do grupo da fragata Doris, à qual estava ligada quando chegou ao continente americano. Além de usufruir da proteção dos imperadores, a relação com a Corte lhe possibilitou a entrada nos mais variados espaços de sociabilidade, participação em rituais políticos e, talvez, o principal elemento de relevância em suas obras: o lugar de testemunha nas discussões políticas. Nesse sentido, apesar de viúva, ainda mantinha uma posição de importância devido à sua classe e etnia e por ser filha e esposa de membros da Marinha Britânica.

Maria Graham enxergava a posição de professora como superior em relação aos criados, pois, na sua perspectiva, o cargo era uma função de *status* e, dessa forma, não era possível relacioná-la aos outros funcionários da Corte, uma vez que ela estava na hierarquia superior e os criados, na inferior. Em razão desse comportamento, foram gerados os conflitos que culminaram em sua saída, visto que era preferível deixar o Paço de São Cristóvão e morar em uma casinha no interior do Rio de Janeiro a ter de se submeter à categoria dos criados.

3.2 MARIA GRAHAM E O IMPERADOR: A REPRESENTAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O CHEFE DA CORTE

Caso esta memória seja um dia examinada por alguém que esteja escrevendo a vida de Dom Pedro I, tudo o que se refere a mim, pessoalmente, será naturalmente posto de lado. Aliás, eu mesmo não deveria ter narrado senão aquilo que possa esclarecer, não somente o seu caráter, mas o estado social do Brasil no seu tempo. Cancelei um grande episódio, e teria mesmo arrancado e queimado este trecho. Mas existem os documentos originais, e assim deixei aqui as cópias (GRAHAM, 1997, p. 63).

É com o trecho especificado acima que Maria Graham inicia a narrativa sobre a vida de d. Pedro I. De forma modesta, a autora utiliza, novamente, a retórica da autonegação (discussão presente no capítulo 2) para afirmar que não deveria ter narrado os eventos sociais do Brasil. A declaração inicial é uma forma de pedir licença para escrever sobre o tema da política, informando que seu texto era irrelevante e isento de intenção. Ao escrever as memórias do imperador e de sua estadia na Corte, Maria Graham buscou amenizar sua obra, pedindo, inclusive, que os estudiosos que examinassem a vida de d. Pedro através de seu texto desconsiderassem as descrições de sua vida pessoal.

Toda narrativa, por mais neutra que se pretende ser, contém questões que envolvem a pessoa responsável pela escrita. Segundo Chartier (1991), a representação é um discurso e,

portanto, é necessário realizar a crítica e verificar seus princípios, pois o texto é influenciado pelo olhar daquele que escreve. Ao analisar o manuscrito publicado pela Biblioteca Nacional, almejamos compreender a historicidade na escrita da autora, uma vez que o documento foi produzido em um espaço temporal diferente dos episódios narrados (10 anos depois). Também nos deteremos na identificação de julgamentos e elementos positivos e/ou negativos na descrição de d. Pedro I. Além de examinar a representação, verificamos sua atuação na Corte e a relação com os imperadores, pessoas importantes das suas redes de sociabilidade.

A importância de perceber que as representações e as práticas são âmbitos imbricados que constituem partes de um mesmo todo parece ser hoje um consenso. Essa percepção é também entendida como precaução vital às análises tendentes a dicotomias e bipolarizações, que levariam à segmentação, localizando, de um lado, as ideias, o pensamento, as visões de mundo, as representações e o imaginário, e, de outro, no extremo oposto, as práticas, as atividades e as ações (FRANCO, 2011, p. 76).

As memórias sobre o imperador foram estruturadas para dar ênfase à atuação política, em que o ponto principal era representá-lo sob a perspectiva da causa da Independência e a narrativa política dos episódios que o cercavam, como, por exemplo, os conflitos nas províncias do Sul e do Norte do território, as discussões na Assembleia e as decisões da Corte de Lisboa. Poucas informações foram dadas sobre a educação das princesas. No trecho abaixo, a autora declarou ter sido difícil escrever alguns episódios acerca da vida do imperador. Contudo era seu objetivo explanar as qualidades que o diferiam na administração do Império brasileiro e no governo português.

Foi para mim doloroso ser obrigada a relatar algumas circunstâncias tão desprestigiadas sobre o falecido Imperador do Brasil, contudo, quis lisamente fazer justiça às suas grandes qualidades, e quando considero as extraordinárias desvantagens com que teve de lutar para se formar, devido aos maus exemplos – uma educação viciosa, condições políticas aflitivas e difíceis, e uma corte ignorante, grosseira e mais que corrompida, – sou antes inclinada a pensar na sagacidade inata e nos dons naturais que ele demonstrou nas mais perigosas ocasiões de sua vida, que o distinguiram tanto e com tanta razão, no governo do Brasil e o levaram a uma conduta em Portugal, de que essa nação deve ficar sempre grata, por tornar as cenas finais de sua vida mais importantes do que costumam ser as dos monarcas, para o bem estar de seus sucessores, seja no velho trono na Europa, seja nesse imenso Império no Novo Mundo, que ele fundou (GRAHAM, 1997, p. 147).

Maria Graham “pede licença” para escrever sobre a vida política. Contudo questiona o fato de não poder assistir à reunião na Assembleia. Ela se insere nos assuntos políticos do Império e, direta ou indiretamente, escreve sobre o tema. Entretanto pede permissão para

realizar tal ação. A autora diz que é doloroso escrever a respeito de determinados assuntos sobre o imperador, mas, mesmo assim, o faz. Essa retórica, como apresentado por Franco (2008; 2017), é constantemente presente nas narrativas de viajantes femininas.¹⁰⁵

A rotina de d. Pedro I foi apresentada por meio do trabalho com os escravos, da inspeção dos navios e de reuniões políticas. Ele revistava os escravos e “raramente deixava de contá-los e examiná-los pessoalmente e era extremamente atento às suas necessidades e cuidadoso com a saúde deles” (GRAHAM, 1997, p. 90). Visitava as repartições públicas e lojas particulares, armava os navios e equipava as tropas. Passeava pelo Jardim Botânico e inspecionava o cultivo de chá, pois tinha o intuito de expandi-lo para todo o Império (GRAHAM, 1997). É interessante notar que, como veremos mais adiante, durante grande parte da narrativa sobre a escravidão, Maria Graham apresentou um olhar crítico sobre o comércio e o tráfico de escravos no Império. Entretanto, ao escrever sobre d. Pedro I, a autora ameniza os efeitos do sistema, afirmando que o imperador era atento às necessidades e à saúde dos escravos.

Geralmente, após o almoço, recebia os ministros e cuidava dos assuntos políticos até a hora do jantar e, às vezes, passeava de carro ou a cavalo no período da tarde com Leopoldina. A descrição realizada por Maria Graham era do líder que estava sempre de bom humor e, como afirma Silva (2009), do homem diligente e ativo que fiscalizava, pessoalmente, o trabalho das esquadras, além de ser muito querido entre os “brasileiros”. Tanto no esboço quanto no diário, d. Pedro é a figura capaz de governar o Império sem a ajuda lusitana.

A relação com o imperador sempre foi apresentada pela viajante de forma amigável. Durante um dos rituais do beija-mão, a viajante havia sido a única pessoa a não se reunir. Todavia, d. Pedro I notou o ocorrido com bom humor e, segundo a autora, a cena causou

¹⁰⁵ Durante a pesquisa, as noções de representação e alteridade foram pertinentes ao olhar para as fontes. Ao analisar as histórias de Heródoto na Grécia arcaica e clássica, na obra *O espelho de Heródoto. Ensaio sobre a representação do outro*, François Hartog afirma que as histórias narradas são espelhos que o historiador não se cansa de olhar e interrogar-se e, portanto, as imagens aparecem invertidas. Ao criar o outro, o escritor, para crer na imagem construída, elabora uma retórica da alteridade, pensando, também, sobre si próprio. As histórias, portanto, são narrativas de viagem que buscam a tradução do outro a quem é visitado e, assim como outros autores já citados na dissertação, as visões sobre o outro dizem muito a respeito sobre quem está escrevendo (HARTOG, 1999). De acordo com o autor, a retórica da alteridade é baseada em quatro operações, nas quais o autor vê e ouve e também diz e escreve. Dessa forma, o viajante tem a necessidade de fazer com que o leitor que integra seu mundo acredite sobre o outro construído em sua narrativa. O elemento de persuasão abordado pelo autor diz respeito ao convencimento realizado para o leitor, através de elementos que mencionam a diferença e comparação, por meio de analogias. A representação sobre o outro contém noções e julgamentos, sendo apresentada por aspectos positivos e negativos ou pelas ausências. A retórica da alteridade, discutida pelo historiador, é, portanto, a narrativa sobre o outro (HARTOG, 1999).

desconforto apenas aos criados que estavam presentes. Vários sussurros foram comentados, dentre os quais acusavam a inglesa de não ter respeito à Corte, chamando-a de “herege” e “danada”. No dia seguinte, quando Maria Graham se dirigiu para beijar as mãos do imperador, da forma como o protocolo português exigia, este lhe apertou as mãos e disse: “Esta que é a maneira inglesa de dizer bom dia” (GRAHAM, 1997, p. 97). Ao não se considerar uma criada, Maria Graham também não cumpria os rituais, assim como os criados do Paço. Entretanto, em seu texto, a autora mostra que a atitude não era um problema para o imperador.

No episódio em que d. Pedro foi visitar as províncias do Sul, a viajante escreveu:

Dom Pedro, a conselho deles, havia visitado todas as capitanias do sul, onde se tornara extremamente popular, em parte pelas suas maneiras francas e alegres e em parte pela sua resistência em suportar a fadiga, as vicissitudes do tempo e toda incomodidade pessoal. Frequentemente, após cavalgar durante um dia inteiro por estradas ínvias e perigosas, e molhado até os ossos com as chuvas tropicais, havia se contentado em jantar um bocado de toucinho e farinha de mandioca e descansar, durante a noite, protegendo-se do barro úmido, somente com uma porta ou uma janela arrancada do portal (GRAHAM, 1997, p. 73).

Neste relato, podemos notar que Maria Graham narrou um d. Pedro determinado e dedicado ao seu ofício e que suportava “a fadiga, as vicissitudes do tempo e toda incomodidade pessoal”, no intuito de manter o Império coeso e afirmar a Independência e sua liderança política. Ao afirmar que seu trabalho era parecido com o de um “jovem recentemente nomeado”, diferentemente de um “soberano que iria nomear outros chefes” (GRAHAM, 1997, p. 75), a autora descreve um líder que atuava nos serviços braçais, quando fosse necessário, em vez de nomear pessoas para realizar as atividades. De acordo com a viajante, d. Pedro I chegava a bordo todos os dias, às 6 horas da manhã, e apressava os armadores e fiscalizava os navios de provisão, os tanques de água e as cordas de convés (GRAHAM, 1997).

Corria de mesa em mesa com um caderno na mão, tomando nota do nome de cada funcionário ausente e deixando ordens para que esta ausência fosse satisfatoriamente justificada. Algumas vezes seus esforços eram mais visíveis. Um dia, por exemplo, tendo sabido que os comerciantes de roupas e artigos de algodão na rua principal usavam medidas desiguais, dirigiu-se pela madrugada à Alfândega, pediu a medida padrão do Império, seguiu com ela pela rua, entrou de loja em loja, e onde encontrava uma medida abaixo ou diferente do padrão, tomava-a sob o braço (GRAHAM, 1997, p. 75).

Os trechos elencados remetem ao seu trabalho como chefe e comandante do Império. De acordo com Porto (2017), d. Pedro era o herói que iria acabar com o sistema escravista, e

sua imagem foi construída de forma positiva no decorrer de todo o diário, por meio da figura do salvador e libertador dos “brasileiros”. Ao escrever um livro que tem como foco central a liberdade, necessitou de um herói que seria o responsável para a concretização da emancipação. A representação do governante arrojado, justo e leal ao seu povo foi conduzida para convencer seu público leitor de que d. Pedro era a melhor pessoa para governar o território.

Além de representar o imperador por meio do chefe dedicado ao seu trabalho, Maria Graham realizou uma imagem do comandante que também se emocionava, partindo da idealização romântica do soberano fraterno e bondoso. Ao escrever sobre a festa de gala que ocorreu após a primeira Assembleia Geral Legislativa e Constituinte¹⁰⁶, a autora afirmou que a aclamação do público presente com palmas foi algo inesperado¹⁰⁷. “Dom Pedro escondeu o rosto por um momento. – Observou-se então que ele estava extremamente pálido e as lágrimas corriam-lhe pelas faces” (GRAHAM, 1997, p. 76).

Apesar de não aparecerem tanto em seu texto, os relatos mostram a construção da imagem do chefe que, apesar do espírito forte e destemido, também se emocionava e, dessa forma, chamava a atenção do leitor para o “lado humano” do imperador. Maria Graham finalizou a biografia afirmando que, apesar do contexto político conflituoso, da Corte corrompida e do mau exemplo de educação com o qual cresceu, o imperador tinha “grandes e extraordinárias qualidades” e “uma sagacidade inata e dons naturais” para enfrentar os conflitos políticos e sociais (GRAHAM, 1997).

Maria Graham tinha um lugar no Paço que lhe permitiu presenciar debates, discussões, reuniões, festas e cerimônias sociais. O lugar de testemunha viabilizou o conhecimento do privado e público da sociedade imperial e da vida na Corte, tornando, assim, as obras documentos ricos de detalhes que trazem informações sobre o social, o político e o cotidiano, mas que, também, podem ser analisados sob a perspectiva dos discursos e das representações.

Gostaríamos de ressaltar e retomar alguns pontos importantes sobre o esboço biográfico de d. Pedro: quando foi escrito, a autora se encontrava na Inglaterra, casada com seu segundo marido, Augustus Callcott, e, portanto, não havia ligação direta com o Império, uma vez que a pessoa mais próxima dela era Leopoldina, falecida em 1826. Quando escreveu

¹⁰⁶ A Assembleia foi considerada pela autora o acontecimento mais importante para o Brasil desde a chegada dos portugueses, em 1500. Ocorreu em 3 de maio de 1823. A festa de gala foi organizada com a apresentação de uma peça especialmente criada para a ocasião e intitulada *Descobrimento do Brasil* (GRAHAM, 1997).

¹⁰⁷ Segundo Lacombe (1997), a festa foi descrita pela imprensa através do *Diário do Governo*, e nela também é mencionada a exaltação do público, com exclamações e vivas ao Império e à Independência.

o texto, cerca de 10 anos após sua saída da América, Maria Graham não tinha qualquer compromisso com o governo e, também, não foi um pedido da editora em que trabalhava. Além disso, sua estadia na Corte foi marcada por conflitos entre os criados portugueses, culminando em sua saída do cargo de professora. A partir desses apontamentos, é importante pensar no impacto que a estadia no Império teve durante sua trajetória, uma vez que, apesar de vivenciar momentos turbulentos no Paço, optou por escrever suas memórias acerca do período. Ainda que o imperador tenha emitido ordens rigorosas que levaram à sua saída, a narrativa foi estruturada de forma que o culpado por todos os conflitos não havia sido ele, mas sim os portugueses da Corte.

No texto, há vários episódios em que Maria Graham se encontrou com os imperadores após a saída do Paço. Durante um passeio com o almirante francês Jean-Baptiste Grivel (1778-1869), a viajante se deparou com a comitiva da Família Real e, seguindo as normas de etiqueta, parou o cavalo e colocou-se à beira da estrada. D. Pedro I, ao vê-la, gritou para a imperatriz que a mulher era a “madame”, nome pelo qual lhe chamava. O imperador foi em sua direção, estendeu-lhe as mãos e conversou com ela por longos minutos.

Esta gentileza, estou certa, que me dispensou, na presença do numerosíssimo séquito que trazia nesse dia, teve o propósito de me dar importância e contraditar algumas das muitas e absurdas narrativas, relativas à causa de minha saída do Palácio. Teve este efeito sobre o Almirante Grivel, que exclamou: “Digam o que quiserem, mas não houve nisso briga pessoal”. Registre esta anedota pessoal não tanto por minha causa quanto por causa de Dom Pedro, cujos sentimentos retos e generosos ela demonstra com vantagem. Exasperado como tinha sido, e julgando-se com razão, e asperamente como me tinha tratado, nos primeiros momentos de raiva, se fosse um homem de ideias mais estreitas, teria conservado alguns sinais de ressentimento. Mas agora ele me considerava uma estrangeira na sua terra, que poderia precisar dele e não poderia desonrar sua atitude de protetor (GRAHAM, 1997, p. 107, grifo da autora).

Podemos notar que, em vários momentos da narrativa, a viajante lembrou sua saída da Corte¹⁰⁸. E, mesmo que o documento não tenha sido dirigido diretamente a um público, pois não foi publicado na Inglaterra, acreditamos que seus escritos buscam convencer algum tipo de leitor de que sua saída do Paço não causou ressentimentos ao imperador, mantendo, assim, uma relação amigável, pois d. Pedro I também foi descrito como seu protetor no Império.

¹⁰⁸ As pessoas comentavam que a viajante regressaria ao seu antigo posto na Corte, dessa vez, com altos poderes. Contudo, em seus escritos, ela afirmou que nunca mais se colocaria numa situação de dependência, ou em um lugar onde as pessoas não lhe tratassem bem, e que só retornaria ao Paço para fazer companhia a Leopoldina e ajudar-lhe a suportar os conflitos com os criados (GRAHAM, 1997).

Em outro episódio, a viajante narrou o encontro que teve com Adèle Bonpland¹⁰⁹, esposa do naturalista francês Aimé Bonpland, afirmando que havia pessoas dispostas a derrubar o governo e criar um ministério liberal, ao qual Lorde Cochrane e Leopoldina integrariam. A conversa, portanto, tinha como objetivo fazer com que a viajante fizesse parte do plano para derrubar o ministério e, assim, acabar com a vida política do imperador. Segundo os relatos de Maria Graham, Bonpland contou seus planos, pois esperava que ela tivesse ressentimentos devido à sua saída do Paço¹¹⁰. “Registrei estas anedotas frívolas de Madame de Bonpland com o fim de mostrar o valor de alguns dos planos que se usavam para alcançar e manter influência sobre Dom Pedro” (GRAHAM, 1997, p. 112).

Maria Graham utilizou a narração desse episódio para continuar sua representação do imperador como um governante justo. Apesar dos conflitos vivenciados na Corte, ela foi grata ao período de estadia, pois, “tendo comido o pão e o sal do Imperador sob o seu teto, e sendo honrada abertamente com a amizade da Imperatriz, deixava a Eles o encargo de explicar minha saída do serviço imperial” (GRAHAM, 1997, p. 110). É contraditório dizer que deixaria os imperadores explicarem o motivo de sua saída da Corte, ao mesmo tempo em que, durante toda a narrativa, afirma que os responsáveis eram os criados.

Frequentemente, a autora mantém a ideia de que era uma viúva honesta¹¹¹, afirmando que sua saída do cargo não foi motivada por qualquer ato considerado inadequado ou errôneo, e a prova disso é que d. Pedro continuou a lhe tratar com respeito e estima. Segundo o contexto geral do escorço, conferimos que esses escritos também foram uma forma de representar a si mesma por meio da “súdita” fiel ao imperador, incapaz de fazer parte de conspirações e traições ao Império. Portanto, como mulher viúva, não fez parte de planos para trair a Família Real e, apesar dos acontecimentos citados, manteve a relação de cumplicidade à Corte.

Maria Graham afirmou que d. Pedro nunca deixou que as outras pessoas atribuíssem acusações sobre a sua saída do Paço, e em vários momentos narrou episódios em que o

¹⁰⁹ Durante a conversa com Maria Graham, Bonpland afirmou ter salvado a vida de Cochrane de uma conspiração, da qual o imperador estava ciente. Segundo a autora, d. Pedro desejava se libertar da dívida prometida a Cochrane, quando este assumiu o comando do Exército, e, com isso, a saída era o seu assassinato ou a prisão na Ilha das Cobras, sob a desculpa de ter deixado escapar alguns barcos durante o cerco na Bahia (GRAHAM, 1997).

¹¹⁰ A visita de Bonpland foi uma tentativa de fazer com que ela participasse de intrigas políticas e que fosse “um instrumento para fins não dignos” (GRAHAM, 1997, p. 111).

¹¹¹ No capítulo 2, discutimos a ideia de viúva honesta, bem como as possibilidades e os limites da atuação de Maria Graham após o falecimento do marido.

imperador lhe demonstrou gentileza, atenção e proteção¹¹². A título de exemplo, durante uma corrida de cavalos em Botafogo, Charles Stuart

disse-me alguma coisa para me significar que não era preciso que eu afirmasse não ter deixado o Paço por causa de nenhum desentendimento pessoal ou aborrecimento, pois Suas Majestades haviam determinado declarar cabalmente isto para mim. Mostrei agora como Dom Pedro agiu para desfazer perante mim a cena do meu último dia no Palácio (GRAHAM, 1997, p. 122).

Além de d. Pedro, Leopoldina não respondia às perguntas sobre os acontecimentos no Paço, nem escreveu sobre sua saída do serviço imperial. “Deixei que o tempo me justificasse e conhecendo eu própria a verdade podia e ousava rir diante das razões absurdas com que todo o mundo se aprestava a explicar a minha súbita mudança de residência” (GRAHAM, 1997, p. 106).

Constatamos que a viagem ao Império do Brasil foi um acontecimento que marcou a vida de Maria Graham, sobretudo sua estadia na Corte. O manuscrito lhe possibilitou deixar registros sobre um período que não havia narrado no diário publicado em 1824. Acreditamos que Maria Graham estruturou o texto para se justificar perante a saída do Paço, ou seja, para atribuir sua versão ao ocorrido. Nos relatos, representou a si mesma como uma mulher viúva e vítima dos conflitos com os criados e d. Pedro, apesar da emissão das ordens que culminaram em sua demissão do cargo, era um governante justo e amável. A escrita, portanto, foi uma oportunidade encontrada para falar tanto do imperador quanto da sua experiência como moradora da Corte.

3.3 REDES DE SOCIABILIDADE, RELAÇÕES DE GÊNERO E INTERESSES BRITÂNICOS NA NARRATIVA SOBRE A INDEPENDÊNCIA

O episódio, conhecido em 7 de setembro, é celebrado como a data da Independência do Brasil, embora, para muitos, a separação já havia ocorrido (NEVES, 2011). D. Pedro foi coroado em 10 de outubro de 1822 e, agora como imperador, iniciou o processo para a construção de um Império autônomo, com dois objetivos principais: “A manutenção da unidade territorial em torno do governo do Rio de Janeiro e a obtenção do reconhecimento internacional do país” (NEVES, 2011, p. 100). Os marcos temporais nos ajudam a entender o

¹¹² Durante o jantar com os cônsules da Inglaterra e todo o séquito imperial, d. Pedro foi ao seu encontro e, preocupado com sua saúde, perguntou-lhe como estava, afirmando ter realizado uma visita, sem sucesso, à sua casa de campo. A autora afirmou que esse gesto foi uma maneira de obsequiar-se perante os seus patrícios (GRAHAM, 1997).

processo da Independência. As contestações coloniais que geraram a crise nas últimas décadas do século XVIII, o reconhecimento da perda da competição colonial por parte do Império Português ou a chegada da Corte, em 1808, são apontamentos pertinentes, visto que a Independência deve ser considerada a partir de “um recorte temporal e espacial amplo”, e não apenas como um fato (PIMENTA, 2009).

É no contexto do processo de Independência que Maria Graham conduziu a narrativa do seu diário. Os relatos observam, direta e/ou indiretamente, uma parte do processo de separação entre Brasil e Portugal. E, até o momento de escrita da presente dissertação, foi a única mulher viajante que deixou registros acerca dos intensos conflitos e debates e, portanto, é fundamental ressaltar a importância de suas observações, pois, além da escrita “feminina”, a entrada de mulheres na esfera política era reduzida; por vezes, rara. É nosso objetivo entender as concepções da Grã-Bretanha, no olhar de Maria Graham, para o processo de separação, buscando identificar o papel das redes de sociabilidade nos relatos e em sua atuação na entrada da esfera política.

Para compreender o contexto político no qual Maria Graham estava situada, realizaremos alguns apontamentos a respeito do processo de ruptura entre Brasil e Portugal. D. João VI chegou à América Portuguesa em 1808¹¹³ e, com a vinda da Corte, o dinheiro, que antes era transferido para a metrópole, agora era aplicado na economia local (RICUPERO, 2011). Em sua chegada ao território, ele decretou a abertura dos portos às nações amigas, colocando fim ao monopólio comercial característico da colônia. De acordo com Neves (2011), além do decreto, o príncipe regente realizou mudanças nas instituições políticas, como substituição de ministros e secretários, criação de tribunais superiores e reorganização de secretarias e atos administrativos e governamentais. Essas medidas visavam a reforçar a imagem de d. João como “senhor do novo império que se pretendia criar” (NEVES, 2011, p. 80). Em 1815, o Brasil foi elevado a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, deixando, nesse momento, a categoria de colônia.

Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, o cenário urbanístico alterou-se profundamente, por meio da construção de casas, palácios e instituições. Segundo Schwarcz (2011), o governo elaborou um “projeto civilizatório” com a construção do Jardim Botânico,

¹¹³ A ideia da transferência para o território colonial não era nova, pois outros projetos de raízes nacionais já haviam proposto tal ação. Em 1580, após a Espanha invadir Portugal, foi aconselhado ao pretendente do trono português que embarcasse ao Brasil. Em 1738, d. Luís da Cunha cogitou a ideia de transferência para equilibrar a metrópole e a Coroa. E, em 1762, Pombal, após uma ameaça de invasão franco-espanhola, aconselhou que d. José partisse para o território brasileiro (SCHWARCZ, 2002).

do Museu Real, da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios, do Real Theatro de São João e da Real Biblioteca, bem como do estabelecimento do Desembargo do Paço, do Conselho da Fazenda e da Junta de Comércio. Era a construção de uma “Nova Lisboa”¹¹⁴. As ruas da cidade continuaram movimentadas e barulhentas, e a população aumentou para cerca de 90 mil habitantes (SCHWARZ, 2011).

O Reino também foi influenciado pela chegada dos imigrantes¹¹⁵ e, para além de portugueses e britânicos, o território recebeu alemães, franceses e chineses (SCHWARCZ, 2011). Nesse período, o Império brasileiro foi marcado por cerimônias festivas de influência tanto dos portugueses quanto dos africanos. Havia procissões, leilões, cavallhada, queima de Judas no sábado santo, datas religiosas e aniversários dos membros da realeza¹¹⁶. Os viajantes relataram as mudanças advindas com a chegada da Corte e, segundo Iara Lis Schiavinatto, elas indicavam

um refinamento da sociabilidade que se estendia às moradias, aos móveis, às roupas, às joias, aos adornos, à etiqueta, ao comer e beber, à importação e uso de objetos que faziam seu dono mais elegante ou à vontade, numa sociedade de corte que propiciava o aparecimento ou a expansão de novos serviços: a modista francesa, os tecidos importados, o cabeleireiro, o professor de dança, os préstimos de um pintor, a par de incentivar as idas ao teatro, aos banquetes e bailes, às missas solenes, sobretudo se contassem com a presença de alguém da realeza (SCHIAVINATTO, 1997, p. 65).

Para além das mudanças sociais e culturais mencionadas, a centralização do governo na cidade do Rio de Janeiro proporcionou o declínio da autonomia local e a cobrança de uma alta carga de impostos, gerando resistência e descontentamento nas outras províncias. Principalmente em Pernambuco, os altos tributos cobrados para custear a campanha militar na Cisplatina eram realizados no mesmo período em que a seca era enfrentada pelos nordestinos (NEVES, 2011).

¹¹⁴ O Rio de Janeiro era representado tanto na definição de Oliveira Lima, que o chamou de “cidade portuguesa”, quanto de Mary Karasch, que o classificou como “cidade negra” (SCHWARCZ, 2011).

¹¹⁵ Em 1817, segundo dados da Igreja Católica, o território tinha, aproximadamente, 3.817.000 de habitantes. Apenas no Rio de Janeiro, em 1808, a cidade contabilizava cerca de 50 mil e 60 mil habitantes, seguida por Salvador, com 51 mil, e Recife, com aproximadamente 25 mil pessoas. Com a instalação da Corte, a cidade recebeu muitos portugueses e, com isso, chegou outro tipo de reinol. Os aristocratas que chegaram em 1808 passaram a ser invejados e imitados e, no processo de Independência, acentuou-se a hostilidade dos brasileiros contra os portugueses, culminando em vários episódios de violência. Os dados não incluem as crianças escravas menores de 10 anos e ameríndios que resistiam à ocupação europeia, ou aqueles que ainda não tinham contato com os europeus (SILVA, 2011b).

¹¹⁶ Segundo Schwarz (2011), as festas cumpriam uma função estratégica de manutenção do poder político, tendo em vista que as aparições públicas da Corte eram demarcações simbólicas e territoriais.

Com a Corte em território “brasileiro”, os portugueses reivindicavam o retorno de d. João VI a Portugal. O movimento conhecido como Regeneração Vintista, ou Revolução do Porto, visava a substituir as práticas do Antigo Regime pelas do liberalismo, bem como a convocação de cortes para a elaboração de uma nova Constituição. Segundo Lúcia Bastos Pereira das Neves (2011, p. 89-90), “o ano de 1821 converteu-se, dessa forma, nos dois lados do Atlântico, naquele da pregação liberal e do constitucionalismo, dando origem a uma nova cultura política”.

D. João VI retornou a Portugal em abril de 1821 e deixou seu filho Pedro como príncipe regente, assegurando “a permanência de uma autoridade central, com sede no Rio de Janeiro” (NEVES, 2011, p. 92). O período da regência foi movimentado por dificuldades financeiras e políticas. As províncias do Norte aderiram às cortes de Lisboa e recusaram a subordinação ao governo do Rio de Janeiro e as províncias do Sul, apesar da lealdade ao príncipe, não o apoiaram financeiramente. Além disso, outras províncias formaram governos provisórios ou juntas governativas, como Pernambuco, conforme citado, organizando-se com autonomia nos negócios internos (NEVES, 2011).

Apesar do retorno de d. João, as cortes continuavam a exigir a volta de d. Pedro e a subordinação das juntas provinciais a Lisboa. Em resposta, o príncipe regente anunciou que não se submeteria às exigências e que permaneceria no Brasil (NEVES, 2011). O episódio, conhecido como Dia do Fico, foi narrado por Maria Graham e, apesar de não comparecer à cerimônia realizada no teatro, a viajante colheu informações através dos relatos de oficiais da fragata Doris que lá estiveram. É importante lembrar que muitos relatos publicados não foram presenciados pela autora e vários deles foram escritos a partir de testemunhos de outras pessoas.

No diário, Maria Graham transcreveu o discurso de Bernardo Teixeira Coutinho Álvares de Carvalho¹¹⁷ na cerimônia realizada no teatro após d. Pedro afirmar sua permanência no território¹¹⁸. Além de transcrever o discurso, a autora copiou a mensagem enviada pelos “paulistas” ao imperador. Revoltados com a notícia da exigência da Corte lusitana, os patriotas afirmaram que o seu retorno representaria a saída do “único pai comum” (GRAHAM, 1956) e que, pelo bem do Brasil e pela causa da Independência, d. Pedro deveria permanecer no território¹¹⁹. É interessante notar que, entre os nomes das pessoas que

¹¹⁷ Desembargador e magistrado no Rio de Janeiro.

¹¹⁸ Ver discurso em Graham (1956, p. 198-199).

¹¹⁹ A carta também apresentava a revolta com o dismantelamento das estruturas legislativas e dos tribunais judiciais, fazendo uma comparação com o Reino da Irlanda, que, mesmo separado a poucos

escreveram a carta, está o de José Bonifácio, e, em razão da relação de ambos, analisada no capítulo 1, podemos supor que a cópia da carta foi entregue por ele. É importante ressaltar que as redes de sociabilidade, portanto, foram usadas para a obtenção de informações e aquisição de documentos relevantes do período, como discursos de cerimônias e listas e tabelas que indicavam números referentes aos aspectos da economia do Império.

Como mencionado, Maria Graham foi testemunha de inúmeros eventos e muitos relatos. Outros, apesar de não terem sido presenciados por ela, foram descritos a partir de observações de outras pessoas que faziam parte das suas redes de sociabilidade. Como esposa de capitão da Marinha Britânica, sua classe e sua etnia lhe garantiram acesso aos espaços e contato com diferentes grupos, e, mesmo após ter ficado viúva, a posição de viajante inglesa era bem vista naquele momento. Portanto, gostaríamos de ressaltar que os eventos mencionados na dissertação são relatos escritos sob o olhar inglês de Maria Graham, e, apesar de afirmar seu compromisso com a neutralidade e a verdade, sua narrativa não é isenta de opiniões pessoais e influências culturais, ou seja, são pontos de vista a partir de um acontecimento histórico (BELLUZZO, 1996).

E, para compreender o olhar permeado por questões inglesas da autora, é fundamental entender a posição e atuação da Grã-Bretanha no século XIX. Após a derrota sobre a França de Napoleão, a Marinha Real britânica expandiu sua área de atuação, conciliando “a geopolítica, a ciência e o incremento do comércio para marcar seu lugar político no mundo (PASSETTI, 2010, p. 32)”, e, como mencionado, empreendeu viagens à América, Ásia e África. Enquanto isso, o Parlamento Britânico discutia sua atuação no globo através das ideias liberais e capitalistas. Devido a imagens negativas da perda das colônias norte-americanas e da discussão acerca das vantagens e dos gastos com as estruturas imperiais, como, por exemplo, nas Índias Ocidentais e no Caribe, a Grã-Bretanha manteve um posicionamento avesso à atuação imperialista entre 1820 e 1840 (PASSETTI, 2010).

Acompanhando Smith e o que genericamente se chamou de liberalismo, políticos de fins do século XVIII e início do XIX entenderam que as colônias significavam gastos, e passaram a defender a soberania dos povos e a liberdade de comércio. O modelo ideal passaria a ser o de um império econômico indireto, caracterizado pela cooperação com grupos dirigentes locais. Neste sentido, os britânicos atuaram por mudanças, diretas e indiretas, nos sistemas coloniais ibéricos e acompanharam os movimentos de independência na América Latina (PASSETTI, 2010, p. 79).

quilômetros da Inglaterra, tinha um representante do Poder Executivo do rei, e o Brasil, com a longa distância de Portugal, não poderia ficar sem um governo geral (GRAHAM, 1956).

Ainda assim, apesar desse discurso, o governo britânico continuava controlando seus territórios coloniais, e, desse modo, manteve uma posição ambígua, visto que atuava como império colonial (principalmente na Índia) ao mesmo tempo em que defendia a liberdade e emancipação dos outros povos (PASSETTI, 2010). A ambiguidade também aparece na produção das obras de Maria Graham. Em *Journal of a residence in India*, a autora não discutiu as intervenções britânicas no território e tampouco defendeu a emancipação da colônia, diferentemente dos relatos posteriormente analisados sobre o Brasil, em que apoia a separação do Reino entre Portugal, afirmando ser benéfico para o desenvolvimento e progresso do território.

Para Pratt (1999), os viajantes que visitaram a América do Sul tiveram um olhar imperial carregado de estereótipos e influências europeias sobre o continente. Eles fizeram parte, direta e/ou indiretamente, de um projeto de dominação imperial, já que os relatos produzidos dão indícios dessa possibilidade. Em contraposição, Ricardo Cicerchia, na obra *Viajeros: ilustrados y románticos em la imaginación nacional*, afirma que a análise dos escritos apenas como uma imagem do universo ideológico do viajante é rasa, visto que os relatos também compõem um movimento que é profundamente cultural. Eles fizeram parte do projeto civilizatório, “que promoveu uma revolução editorial, imprimindo marcas específicas em distintos discursos literários” (CICERCHIA, 2003, p. 127 apud PASSETTI, 2010, p. 265). Já Motta (2015), ao analisar os relatos de três viajantes britânicas em *Viajantes britânicas na América do Sul: gênero e cultura imperial (1868-1892)*, conclui que as escritoras buscam o que é conhecido e valorizado na Inglaterra. As representações investigadas apresentam um pré-conhecimento acerca das cidades no Império, baseadas em relatos de outros viajantes e leituras sobre o continente, e, dessa forma, seus escritos são permeados pela bagagem cultural britânica.

Nesse sentido, Passetti (2010, p. 266) afirma que os viajantes “não foram meros instrumentos da dominação imperial”. Ao viajar e publicar suas obras, os britânicos já tinham uma imagem e um conhecimento prévio da América, e, ao mesmo tempo em que estavam ligados ao governo imperial, esses autores almejavam que suas publicações fossem amplamente vendidas nos mercados editoriais. Por conseguinte, Porto (2017) informa que o diário de Maria Graham foi modificado e organizado para atender a objetivos específicos e as narrativas da Independência e escravidão foram construídas para convencer ao leitor da importância destas para o progresso do Império brasileiro.

A partir das reflexões dos autores mencionados, algumas questões são colocadas em análise. De que forma Maria Graham representou o processo da Independência em seu diário

de viagem? Qual é o papel das redes de sociabilidade na descrição e em seu posicionamento diante do tema? Nesta etapa da pesquisa, buscamos “compreender os vínculos entre os interesses pessoais, políticos e econômicos” (PASSETTI, 2010, p. 265-266) de Maria Graham, relacionando as narrativas com as suas conexões culturais e políticas e as redes de sociabilidade estabelecidas durante suas estadias no Império, sobretudo com a elite portuguesa, os ingleses e a Família Real.

Com a Independência, criou-se um Estado que não existia antes, com códigos, ordens, leis, poderes, instituições financeiras, sistema eleitoral, definição de territorialidade etc. Os elementos que antes estavam “inseridos nas estruturas da sociedade colonial luso-americana” (PIMENTA, 2009, p. 73), agora se exercem em uma ordem nacional brasileira. Desse modo, foi um processo de ruptura¹²⁰, tendo em vista a mudança de identidade e a alteração da ordem vigente. Além da criação do Estado, iniciou-se o processo de construção da identidade nacional. E é nesse ponto que gostaríamos de chamar a atenção para a narrativa realizada por Maria Graham.

De acordo com Pimenta (2009), durante o processo de Independência, havia portugueses de diferentes regiões, como os da Europa e os do Reino. A nação e a identidade surgirão a partir da Independência, e, por esta razão, não havia brasileiros antes do século XIX. Nesse sentido, não podemos definir o processo da Independência apenas como uma luta promovida entre “brasileiros” e “portugueses”, tendo em vista a complexidade do que foi o movimento.

A profundidade e a amplitude da ruptura promovida pela Independência só podem ser explicadas a partir também de uma lenta, mas segura, alteração, verdadeiramente revolucionária, nas formas de pensar, representar e transformar o mundo; dentre elas, a possibilidade de mudanças substantivas em referenciais identitários e em projetos nacionais que, ao serem criações de uma nova ordem política, são parcialmente responsáveis também pelo advento destas. A Independência não foi resultado de um nacionalismo brasileiro; o Estado e a nação também não; mas para que eles pudessem existir, foi necessário que certos portugueses, por vários motivos que convém analisar melhor, concebessem a possibilidade de deixar de sê-lo. Por isso, a completa inexistência de um sentimento nacional brasileiro – ou de sentimentos congêneres – em meio à Independência merece ser revista (PIMENTA, 2009, p. 75).

¹²⁰ Wilma Peres Costa, em “A Independência na historiografia brasileira”, toma como fio condutor o debate acerca das continuidades e discontinuidades para observar os trabalhos recentes da Independência na produção brasileira. A autora acredita que há discontinuidades, e mesmo as continuidades são permanências, como a monarquia e a escravidão, pois a diferença é que elas tiveram de ser reinventadas sob novas formas de governabilidade (COSTA, 2005).

Diferentemente do que aponta a historiografia, Maria Graham enxergava o processo de Independência por meio de uma luta entre “portugueses” e “brasileiros”, em que os portugueses eram os “vilões” da narrativa e os “brasileiros”, insatisfeitos com a administração lusa, se mostravam gentis e dignos da Independência. A viajante sempre destacava a oposição destes dois grupos, como, por exemplo, ao narrar um dos episódios de discussões da Assembleia da Bahia, em que o partido que se opõe à Junta Provisória manifesta o interesse para que metade do governo fosse constituída por “brasileiros nativos”. Em desacordo, o governo mandou prender as pessoas que ocuparam o forte de São Pedro e que eram favoráveis à causa. Maria Graham chamou este grupo de “brasileiros”.

A artilharia brasileira ocupa o forte de São Pedro, o governador e o que resta da Junta têm a cidade e o palácio. O governador realmente prendeu diversas, parece que dezessete pessoas, de maneira arbitrária, entre estas, duas de meu conhecimento, o coronel Salvador e o Sr. Soares, e os pôs, alguns a bordo da *Dom Pedro*, outros a bordo dos transportes na baía a fim de serem levados para Lisboa. Algumas dessas pessoas não têm permissão de ter qualquer comunicação com a sua família, outras, mais favorecidas, tiveram permissão para levá-la com eles. Não são esses os modos de conciliação. Mandamos gente para a terra para oferecer abrigo às senhoras e o capitão Graham combinou com o cônsul certos sinais, para o caso de aumentar o perigo para sua família (GRAHAM, 1956, p. 165, grifo da autora).

A construção da imagem da Independência por meio dessa oposição aparece durante toda a sua narrativa. Ao mencionar os conflitos do processo de Independência, Maria Graham apresenta a luta entre “brasileiros” e “portugueses”, considerando este um movimento de caráter nacionalista. É interessante notar que, no relato a seguir, a viajante entendia que havia vários tipos de “portugueses” e “brasileiros”. Em sua perspectiva, havia os “portugueses da Europa” residentes no Império e os “brasileiros da cidade”. “Nosso plano de prosseguir mais além na baía está suspenso no momento. As discussões entre os portugueses da Europa e os brasileiros da cidade parecem estar a pique de chegar a uma crise” (GRAHAM, 1956, p. 164).

Inicialmente, Maria Graham defendeu a inevitabilidade da ruptura com Portugal, apoiando a causa da Independência. Posteriormente, criticou a administração lusa e os portugueses de modo geral e afirmou seu apoio a um governo centralizado, mesmo que em outras passagens informava acerca da neutralidade britânica, fundamental durante esse processo¹²¹ (SILVA, 2009).

¹²¹ De acordo com Silva (2009), o diário de Maria Graham possui duas esferas principais de narrativa política: a crítica aos portugueses e o apoio ao poder centralizador do imperador, pois este seria o único governante capaz de organizar e manter a unidade do Brasil.

Para referir-se à Independência, Maria Graham faz uso do termo revolução¹²², que, segundo Pimenta (2009), poderia ser entendida como algo negativo, partindo da ideia de guerra civil, ou positivo, por meio de reforma ou emancipação¹²³. De acordo com o contexto geral do diário, ao relacionar o processo de Independência à ideia de revolução, a autora dá sentido a um acontecimento positivo, em que o Reino seguiria rumo à emancipação, ao progresso e à construção de um novo Estado, caso d. Pedro I continuasse no centro do poder. “Além da disposição para a revolução, que estávamos prevenidos existir há muito em toda parte no Brasil, havia também rivalidade entre portugueses e brasileiros, situação que os últimos acontecimentos haviam agravado em não pequeno grau” (GRAHAM, 1956, p. 106).

A noção de revolução¹²⁴, segundo o relato acima, já estava no imaginário dos viajantes antes de eles chegarem ao território. Portanto, já tinham o conhecimento de que os acontecimentos no Brasil diziam respeito a uma profunda transformação. A ideia de o termo revolução estar ligado ao fator positivo também remete ao seu posicionamento de viajante inglesa, em que a Inglaterra se beneficiaria deste processo e, portanto, condiz com os interesses do seu país de origem. Maria Graham acreditava que o processo de Independência, ao ser um movimento revolucionário positivo, iria transformar o território e levá-lo ao progresso. Como parte desse movimento revolucionário, dois grupos estavam em conflito, disputando o território, e, com isso, construiu-se a imagem de oposição entre “brasileiros” e “portugueses”.

Através das suas redes de sociabilidade, Maria Graham se relacionava com os ingleses residentes no território. Como “representante” da Marinha Britânica, observamos o papel dos ingleses durante o processo de ruptura entre Brasil e Portugal e as concepções de seus

¹²² Nos anúncios de jornais britânicos analisados por Porto (2017, p. 22, grifo da autora), a palavra “revolução” aparece no título “Novos trabalhos da senhora Graham sobre a América do Sul. Em volume quarto, com gravuras, preço £2, 2s, chega *Diário de uma viagem ao Brasil e residência lá durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823*; incluindo um relato da revolução que deu origem à independência do Império do Brasil”.

¹²³ No texto “A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico”, João Paulo Garrido Pimenta reflete sobre a ideia da Independência do Brasil ser considerada ou não um movimento revolucionário. A partir da discussão do conceito “revolução”, o autor aponta e problematiza como a historiografia apresenta esse processo em torno do sentido revolucionário (PIMENTA, 2009).

¹²⁴ A manutenção da ordem por meio da ligação com o antigo Império Português proporcionou à historiografia a definição do caráter conservador para o processo de Independência brasileira, de pouca importância e não revolucionário. Nesse sentido, o termo “revolução” considerava a ideia de profundas transformações, contudo, “dentro de limites considerados ‘adequados’ por alguns grupos políticos” (PIMENTA, 2009, p. 58, grifo do autor).

interesses na narrativa construída no diário¹²⁵. Além de Maria Graham, os marinheiros que faziam parte da fragata Doris exerciam funções e cumpriam atividades a serviço da Grã-Bretanha (algumas delas em companhia da autora). Portanto, eles não eram viajantes por curiosidade, pois estavam a trabalho. Assim que chegaram a Pernambuco, foram levar cartas oficiais para o governador e o cônsul inglês, e, de acordo com Silva (2015), elas faziam parte do protocolo de viagem e eram entregues sempre em nome da fragata. Os britânicos também ajudaram na formação das tropas que expulsaram os portugueses do território, tendo no comando, por exemplo, Lorde Cochrane, líder escocês das batalhas nesses conflitos (SILVA, 2009).

O principal trabalho da fragata Doris foi proteger os ingleses, sobretudo os comerciantes, durante os conflitos da Independência. Os viajantes combinavam “sinais” com os grupos a serem protegidos. Como analisado no capítulo 1, ela ofereceu proteção ao cônsul William Pennell e aos comerciantes ingleses. “Esta manhã, cedo, soubemos que se estavam reunindo as tropas de todos os bairros e que portanto seria de bom conselho, para a proteção da propriedade inglesa e das pessoas dos comerciantes, que o barco voltasse à sua posição em frente à cidade” (GRAHAM, 1956, p. 164).

De acordo com a autora, após as tensões ocorridas no Dia do Fico, os comerciantes ingleses reuniram-se desejando a permanência da fragata ou até que chegasse uma força equivalente, visto que suas propriedades corriam risco¹²⁶. Além disso, durante a reunião para a escolha do novo governo provisório na Bahia, os viajantes que estavam no Rio de Janeiro retornaram para a província baiana no intuito de proteger os comerciantes, caso houvesse necessidade. Portanto, os viajantes da Doris, incluindo Maria Graham, durante a primeira visita, atuaram nos conflitos da Independência, protegendo seus compatriotas, sobretudo os comerciantes que residiam no território, e, como citado, o roteiro da embarcação foi modificado conforme as exigências do momento.

¹²⁵ A ruptura de algumas províncias com Portugal não foi garantia de que todas adotassem o novo projeto político (HOLANDA, 1962 apud PIMENTA, 2009). A criação do Império do Brasil tinha como desafio superar as desavenças e dissidências entre as províncias e no interior delas. Por essa razão, o autor considera o período governamental de d. Pedro I como “crise de consolidação da nova ordem”. A veiculação pública afirmava que “o Brasil adentrava ao cenário mundial das nações ‘livres’ e ‘civilizadas’ pelas mãos de sábios condutores que souberem evitar excessos tão típicos da história de outros povos” (PIMENTA, 2009, p. 57, grifos do autor).

¹²⁶ Ver relato: “Nossos comerciantes ingleses estão-se reunindo, penso que com o fim de requerer a permanência deste navio, ao menos até que chegue uma força equivalente, temendo que suas pessoas e propriedades não fiquem em segurança, e todo o mundo parece um pouco ansioso” (GRAHAM, 1956, p. 197).

A *Aurora* chegou de Pernambuco e Bahia; em ambos os lugares parece que tudo vai sossegado. Mas como a reunião da câmara da Bahia deve se dar no princípio do mês que vem, para o fim de escolher novo governo provisório, os ingleses temem alguma perturbação e, portanto devemos voltar para ali a fim de proteger nossos amigos em caso de necessidade (GRAHAM, 1956, p. 210, grifo da autora).

Além de proteção, os viajantes utilizavam os navios ingleses para o transporte de mercadoria, como, por exemplo, durante o confronto na Bahia, em que a prata da Igreja e todo o depósito foram a bordo por meio de embarcações inglesas. Nesse sentido, os relatos de Maria Graham apresentam a proteção dos compatriotas na tentativa de defesa dos interesses de seu país de origem.

Os ingleses formavam um número expressivo no território. Maria Graham informou que existiam 18 casas de comércio inglês na Bahia, onde a transação era realizada, principalmente, com Liverpool, fornecendo “produtos manufaturados e sal, em troca de açúcar, aguardente, tabaco, algodão, muito pouco café e melação” (GRAHAM, 1956, p. 160). Em razão da escassez de produtos manufaturados, a província era dependente do comércio, sobretudo do açúcar e do algodão.

Enfim, meus conterrâneos formam aqui um grupo discreto e sóbrio com uma proporção bem razoável entre bons e maus. Vão regularmente à igreja nos domingos, porque temos uma capela protestante muito bonita no Rio, servida por um respeitável pastor; encontram-se depois da igreja para almoçar e palrar: alguns vão depois à ópera, outros jogam cartas, outros, raros, ficam em casa ou passeiam com os seus e instruem-se, com suas famílias pela leitura. Tudo isso muito semelhantemente ao que se passa na Europa (GRAHAM, 1956, p. 290-291).

Os viajantes ingleses tinham uma posição de prestígio no Império¹²⁷, pois eram conhecidos pelos governantes e a elite local e possuíam acesso aos mais diversos espaços (SILVA, 2015). E, quando precisavam de ajuda, ao saberem da nacionalidade, os moradores abriam as portas de suas casas. Em algumas passagens, Maria Graham informou que era conhecida pelos moradores. Inclusive a imperatriz já a conhecia por nome.

¹²⁷ A aliança anglo-lusitana foi acentuada com a transferência da Corte para a América. Desde o Tratado de Methuen, em 1703, Grã-Bretanha e Portugal estabeleceram relações políticas e comerciais. De acordo com Ricupero (2011), três tratados principais foram assinados entre os dois países no XIX. O Tratado de Comércio e Navegação concedia aos produtos transportados por ingleses uma tarifa de 15%, número inferior aos produtos luso-brasileiros. Segundo Schiavinatto (1997), era desfavorável principalmente para Portugal, pois os comerciantes perdiam o exclusivo colonial e não obtinham lucros como antes. Também o Tratado de Amizade e Aliança fez com que a Grã-Bretanha se comprometesse a reconhecer como príncipes apenas aqueles que fossem herdeiros da Casa de Bragança. E o terceiro tratado foi uma “convenção sobre o estabelecimento de linha regular de paquetes entre o Reino Unido e o Brasil” (RICUPERO, 2011, p. 127).

Não havia nada que comer, nem lugar para nós, nada para os cavalos, e assim saímos de novo a enfrentar a tempestade impiedosa. Poucas jardas além, contudo, surgiu-nos uma casa de campo baixa à beira da estrada e aí batemos. Um criado mulato veio cautelosamente dos fundos da casa para reconhecer-nos. Tendo-se certificado de que éramos realmente viajantes ingleses, molhados e surpreendidos pela noite, abriu-nos a porta da frente e nos encontramos diante de uma senhora de meia idade, muito simpática e de sua filhinha (GRAHAM, 1956, p. 311).

Certo dia, quando realizou um passeio no alto da encosta do Corcovado, encontrou uma casa de campo e, à sua porta, estava o conde de Hogendorp¹²⁸, um dos generais de Napoleão Bonaparte. Ao mencionar seu nome, o conde logo afirmou que ouvira falar da inglesa e de seu grupo e, caso não estivesse doente, teria ido procurá-los. Como estava chovendo, o conde abrigou Maria Graham e os guardas-marinha que a acompanhavam.

Na segunda visita, a viajante o encontrou descansando na varanda, e, como consta no diário, tiveram “uma boa conversa sobre o estado deste país, do qual, com prudência, tudo de bom se pode esperar” (GRAHAM, 1956, p. 191). As visitas foram realizadas sem a presença do marido, mas com homens de confiança do seu círculo de convivência. Além disso, os assuntos remetiam aos interesses políticos do Brasil, ou seja, até mesmo nos pequenos encontros, a viajante estava inserida no debate político e buscava colher informações sobre os acontecimentos atuais.

Pratt (1999) afirma que Maria Graham não fazia parte do grupo dos viajantes da vanguarda capitalista, pois estes buscavam a exploração das colônias da América para o enriquecimento europeu. Todavia seu olhar civilizatório carregava a influência cultural do seu país de origem. Atuando na defesa dos interesses britânicos, Maria Graham, ao longo de todo o seu relato, afirmava a imparcialidade¹²⁹ perante o processo de Independência, como, por exemplo, quando o coronel Patrone ordenou que o pacote inglês levasse a Lisboa os despachos do governo. A autora informou que a decisão foi proibida, uma vez que eles deveriam manter a posição de neutralidade. Também os patriotas diziam que as fragatas inglesas e francesas iriam apoiá-los. Contudo Maria Graham afirma que a assistência não foi

¹²⁸ O general Hogendorp escreveu algumas memórias sobre Maria Graham em francês, copiadas por Theodoro Taunay e publicadas em 1887, sob a direção de Campbell.

¹²⁹ De acordo com Silva (2009), quando a inglesa chegou ao território, em sua primeira visita, defendeu os interesses da Inglaterra, sobretudo no trabalho do marido, mesmo que, em determinados momentos, como serão analisados posteriormente, mencione a posição de neutralidade. A historiadora afirma que Maria Graham não era crítica com relação à sua nação, como, por exemplo, Robert Southey, escritor britânico de sua época que possui estudos sobre o Brasil. A viajante escrevia acerca da bondade inglesa em ajudar o Reino do Brasil a se emancipar, omitindo os interesses políticos e as vantagens desse processo para a Inglaterra (SILVA, 2009).

prometida pelas fragatas inglesas em razão da neutralidade que deveriam ter¹³⁰ (GRAHAM, 1956).

Apesar de afirmar a posição imparcial, seus relatos apontam, ao mesmo tempo, críticas, elogios e, por vezes, proteção aos grupos que estavam em conflito. No relato abaixo, a viajante apresenta a proteção, caso fosse necessária, à Família Real.

(...) estamos prontos imediatamente para receber e proteger a Princesa e os infantes, e também, caso ele tenha razão para temer algum perigo pessoal, o próprio Príncipe. Minha cabine está, assim, pronta. Espero que eles não sejam forçados a vir para bordo. Quanto mais puderem confiar nos brasileiros, melhor para eles e para a causa dessa independência que é agora tão inevitável, que a única questão é saber se será obtida com sangue, ou sem ele (GRAHAM, 1956, p. 207).

Gostaríamos de ressaltar que a posição de neutralidade também não era apresentada em suas relações com a elite portuguesa, como, por exemplo, no relacionamento com a família de Luís do Rego e do visconde do Rio Seco. Pelo contrário, seus escritos confirmam a relação de amizade e, em determinados momentos, de assistência. Portanto, ao analisar as representações sobre a Independência e a atuação de Maria Graham no Império brasileiro, verificamos que suas redes de sociabilidade são fluidas, tendo em vista que ela se movimentava pelos mais variados espaços de sociabilidade e mantinha contato com diferentes pessoas. Por essa razão, acreditamos que suas redes são reflexos do contexto no qual ela estava situada, em que “tudo podia mudar de lugar, e as formas tradicionais de reprodução da vida social pareciam esgotar-se progressivamente” (NOVAIS, 1979; JANCSÓ, 1997 apud PIMENTA, 2009, p. 72).

Embora a transferência da Corte para o Brasil tenha renovado, dentre os súditos portugueses, as condições para a afirmação de suas tradicionais lealdades postas em xeque pela crise política europeia, o acontecimento em si representava uma novidade suficiente para começar a inovar a visão de história – portanto de mundo – prevalecente. A própria defesa da tradição implicava o reconhecimento de suas fissuras, e embora isso raras vezes fosse elaborado como um diagnóstico de conjuntura pelos homens e mulheres que viviam esses tempos, a tendência apontava, claramente, para a ideia de uma

¹³⁰ Ver relato: “Informava também aos patriotas que a *Dom Pedro* havia chegado, afirmando que as tropas chegadas nessa fragata só seriam empregadas na defesa do Recife. Insinuava também que contava com o apoio das fragatas inglesas e francesas fundeadas ali, e que tal assistência tinha sido oferecida para proteger as propriedades inglesas e francesas na cidade. Sei agora que tal assistência não foi prometida pela fragata inglesa. Fora solicitada, mas o governo recomendara a mais estrita neutralidade. Recusou-se, assim, toda interferência e não se prometera mais que a proteção pessoal tanto a ingleses como a franceses e portugueses; conseqüentemente, a proteção à propriedade inglesa era a missão da fragata ali, e isso estava naturalmente compreendido por todos os partidos” (GRAHAM, 1956, p. 124, grifo da autora).

ruptura com o passado e de inauguração de um tempo novo (PIMENTA, 2009, p. 72).

Por mais que Maria Graham afirmasse a posição de neutralidade em seu olhar para os acontecimentos políticos do Império, suas redes de sociabilidade apresentam o reflexo da sociedade naquele momento que projetava um “futuro incerto” (PIMENTA, 2009). Além disso, o fato de escrever um diário que abordasse como tema principal a narrativa da Independência é uma maneira de tomar uma posição e entrar na esfera do debate político.

3.4 A NARRATIVA SOBRE A ESCRAVIDÃO NOS RELATOS DE MARIA GRAHAM: REPRESENTAÇÕES E PRÁTICA

Quando Maria Graham chegou à América, seu propósito, além de acompanhar o serviço do marido, era a produção de um livro de viagens. O “Brasil” que a viajante conheceu, além de estar permeado por conflitos políticos, era um território de escravidão. E, nesse momento, a Grã-Bretanha já havia iniciado os debates e movimentos de cunho abolicionista. Envolvendo o transporte de mais de 1,6 milhão de africanos, o comércio de escravos na Grã-Bretanha remete ao século XVI (com pico entre 1751 e 1807). Os escravos foram forçados a trabalhar em plantações nas colônias britânicas, nas Índias Ocidentais e na América do Norte, e a economia, portanto, era baseada nas plantações coloniais e em empresas mercantis de comércio de escravos (MIDGLEY, 1992).

Após a pressão e mobilização de grupos como os grandes industriais e comerciantes¹³¹, o Parlamento Britânico ampliou a discussão da pauta abolicionista e, em 1807, foi aprovada a abolição do tráfico negreiro inglês (ressaltando que a prática da abolição completa ocorreu em 1834). De acordo com Passetti (2010), a disputa foi pautada entre os

¹³¹ De acordo com Passetti (2010), no final do século XVIII, ocorreu um movimento reformista dentro da Igreja Anglicana, incentivando a aproximação dos fiéis aos Evangelhos. O líder do movimento, o teólogo John Wesley, apesar de evitar o rompimento com a Igreja, não impediu que grupos se formassem seguindo a nova metodologia, denominada metodismo. A Igreja Metodista e a Igreja Batista não se alinhavam à Igreja Anglicana, e grupos como comerciantes e pessoas da classe média urbana se juntaram a esse reformismo. O *humanitarianism*, dessa forma, foi um movimento que se desenvolveu no contexto das transformações na Grã-Bretanha, agregando os princípios de “igualdade de todos perante Deus e o livre arbítrio para o homem decidir entre o bem e o mal” (PASSETTI, 2010, p. 83), unindo o “humanismo renascentista, o iluminismo e os movimentos pelos direitos do homem” (PASSETTI, 2010, p. 84) na atuação da salvação dos outros. O primeiro campo de atuação deste movimento foi na luta antiescravista. Dessa forma, o *humanitarianism* foi apoiado pelos grupos sociais que surgiram com a Revolução Industrial, símbolo das relações sociais britânicas na primeira metade do XIX. Segundo Hall (2002), a classe média inglesa apoiou o movimento antiescravista, uma vez que significava a independência da própria classe.

religiosos que buscavam poder e representação e aqueles que faziam parte dos setores econômicos ligados ao sistema colonial do século XVIII.

Quando a nova elite econômica, precedente da Revolução Industrial, passou a apoiar os “não reformistas”, a vitória sobre os escravistas foi rápida. A abolição do tráfico e do escravismo, não foi, portanto, parte da Revolução Industrial, mas sim fruto desta e da luta por poder e prestígio (PASSETTI, 2010, p. 84, grifo do autor).

Para os defensores desse movimento, era fundamental utilizar a estrutura, a economia e a supremacia militar do governo para efetivar a missão civilizadora. Essa atuação era estabelecida nos locais em que houvesse uma relação de desigualdade entre os nativos. Com a expansão imperial justificada, eles agiram através da dominação e da superioridade europeias. O movimento tinha apoio dos industriais e grandes comerciantes anglicanos que buscavam a “expansão comercial e geopolítica britânica” (PASSETTI, 2010, p. 86). Contudo, embora muitos autores relacionem o antiescravismo britânico apenas aos interesses comerciais e de ampliação do mercado consumidor, a historiografia recente britânica tem estabelecido uma relação com a resistência negra, apresentando o envolvimento de mulheres e homens no movimento¹³², considerando a abolição “um produto da interação entre os desenvolvimentos na Grã-Bretanha e os eventos nas colônias” (MIDGLEY, 1992, p. 9).

Após apresentar o contexto britânico e os debates do movimento abolicionista, iremos pontuar alguns elementos acerca das condições “femininas” durante esses debates e suas atuações no meio. Midgley (1992) apresenta a existência de mulheres ativistas na campanha abolicionista britânica que, muitas vezes, não aparecem nos monumentos públicos, tampouco nos escritos masculinos, uma vez que a figura “feminina” manifesta-se por meio da esposa, mãe ou filha prestativa, mas sempre ligada ao homem, e nunca como ativista por ela mesma. Neste estudo, a autora investigou o papel da rede antiescravidão, suas iniciativas e conexões e as abordagens na campanha e formulação de perspectivas quanto às questões políticas e ideológicas do movimento. Em conclusão, ela afirma que as mulheres, mesmo sendo excluídas das posições de poder no movimento, eram parte integrante deste e desempenharam vários papéis, até mesmo de liderança.

Algumas mulheres britânicas apoiaram financeiramente a causa abolicionista, como, por exemplo, doando dinheiro às associações. Em 1788, a Abolition Society publicou 206

¹³² Midgley (1992) afirma que é importante considerar as tentativas dos próprios escravos de acabar com a escravidão na Grã-Bretanha. A título de exemplo, na ilha de Barbados, em 1675, ocorreu a primeira revolta considerada substancial nas Índias Ocidentais Britânicas.

nomes de mulheres assinantes que doaram £ 363,3s¹³³. É importante considerar os fatores socioeconômicos, pois, entre as assinantes, algumas eram casadas com comerciantes de algodão, fabricantes de chapéus, advogados e filósofos (MIDGLEY, 1992). Há, também, alguns casos de mulheres que se manifestaram publicamente sobre a abolição. Seymour Drescher identificou duas histórias de mulheres que davam palestras públicas contra o comércio de escravos em Londres, em 1788 (DRESCHER, 1986 apud MIDGLEY, 1992).

Os dois discursos públicos das mulheres, embora excepcionais, são interessantes, pois estão entre os primeiros exemplos de falar em público por mulheres na Grã-Bretanha fora do contexto religioso. Significativamente, um ataque conservador aos clubes de debate escrito em 1810 comentou que as discussões sobre o comércio de escravos foram “um dos primeiros truques para atrair mulheres para suas discussões indecentes”. A abolição, ao que parece, teve um poder incomum em impelir as mulheres a tomarem medidas públicas¹³⁴ (MIDGLEY, 1992, p. 25, grifo da autora).

Além de palestras, debates e doações, as mulheres britânicas atuaram no movimento antiescravidão através da literatura. No final da década de 1780, várias escritoras narravam, em suas poesias e folhetos, histórias que abordavam a escravidão e seus malefícios. Hannah More, em *Slavery*, escreveu um texto propaganda na campanha parlamentar contra o comércio de escravos em 1788 e Barbara Hofland's Matilda, em *The barbadoes girl* (1816), ilustrou os efeitos corruptores da escravidão sobre os proprietários de escravos (MIDGLEY, 2007). Dessa forma, Midgley (1992) afirma que os poemas e contos foram instrumentos em que as mulheres realizaram suas críticas sociais e políticas através de veículos socialmente aceitos de publicações “femininas”.

Gostaríamos de pontuar que, apesar de os trabalhos de Midgley (1992; 2007) enfatizarem os escritos e a atuação das mulheres nas colônias britânicas, as discussões são importantes para contextualizar a sociedade, cultura e política da Grã-Bretanha no período em que Maria Graham publicou suas obras, visto que seus escritos estavam permeados pelo imaginário do país de origem. Ao analisar os relatos sobre a escravidão no Império do Brasil, verificaremos não só as concepções das discussões políticas e dos movimentos antiescravidão

¹³³ É provável que muitas assinaturas masculinas de “chefes de família” representaram as esposas e crianças (MIDGLEY, 1992).

¹³⁴ Trecho original: “The two public addresses by women, while exceptional, are interesting as among the earliest examples of public speaking by women in Britain outside the context of religion. Significantly, a conservative attack on debating clubs written in 1810 commented that discussions on the slave trade were ‘one of the earliest tricks to attract females to their indecent discussions’. Abolition, it seems, had unusual power in impelling women to take public action” (MIDGLEY, 1992, p. 25, grifo da autora).

britânico, mas, também, a atuação e o papel desempenhado pela inglesa neste contexto, observando se o discurso coincide com a sua prática.

Quando Maria Graham chegou a Recife, afirmou nunca ter visto uma cidade em estado de sítio. Além da situação atípica, era a primeira vez que estava em um país de escravidão.

Não tínhamos dado cinquenta passos no Recife quando ficamos inteiramente perturbados com a primeira impressão de um mercado de escravos. Era a primeira vez que tanto os rapazes quanto eu estávamos num país de escravidão, e por mais que os sentimentos sejam penosos e fortes quando em nossa terra imaginamos a servidão, não são nada em comparação com a visão tremenda de um mercado de escravos. Contudo cerca de cinquenta jovens criaturas, rapazes e moças, com todas as aparências de moléstia e da penúria, consequência da alimentação escassa e do longo isolamento em lugares doentios, estavam sentados e deitados na rua, no meio dos mais imundos animais. O espetáculo nos fez voltar ao navio com o coração pesado e com a resolução “não ruidosa, mas profunda” de que tudo o que pudéssemos fazer no sentido da abolição ou da atenuação da escravatura seria considerado pouco (GRAHAM, 1956, p. 114, grifo da autora).

A viajante visitou o Valongo, o mais antigo mercado de escravos do Rio de Janeiro. Na descrição, apresentou as condições físicas e seus estados, afirmando que, ao olhá-los de perto, quis chorar, mas que, com esforço, sorriu e beijou suas mãos, acenando para eles. Na abordagem sentimental da narrativa, a autora disse que, se pudesse, apelaria aos senhores proprietários para que pensassem no mal que este sistema traz, para os negros, para si próprios e para suas famílias e descendências. Segundo Silva (2019), Maria Graham, ao representar a escravidão com comoção e desprezo, buscou afirmar ao seu público leitor que a abolição era um elemento necessário, tendo em vista que a sociedade não se desenvolveria sem ela.

Em diversos momentos, Maria Graham fez uso da emoção e dos sentimentos para dizer que a escravidão era um mau que deveria acabar. Segundo a inglesa, quando se admite o tráfico, o coração se torna duro e os sentimentos individuais dos escravos não são levados em consideração. Ao presenciar o funeral de um negro, afirmou que ela e seus companheiros de viagem chegaram em casa “tristes e sem ânimo”.

Perto da casa há dois ou três depósitos de escravos, todos moços. Em um vi uma criança de cerca de dois anos a venda. As provisões estão agora tão raras que nenhum bocado de alimentação animal tempera a massa de farinha de mandioca, que é o sustento dos escravos, e mesmo isso estas pobres crianças, com seus ossos salientes e faces cavadas, revelam que eles raramente recebem suficientemente. Agora, o dinheiro também está tão escasso que não se encontra com facilidade um comprador. Mais uma angústia se acrescenta à escravidão: o desejo vão de encontrar um senhor! Vintenas dessas pobres criaturas são vistas em diferentes cantos das ruas

com todos os sinais de desespero. E se uma criança tenta arrastar-se por entre eles, em busca de um divertimento infantil, a única simpatia que ele pode provocar é um olhar de piedade. Estarão errados os patriotas? Eles puseram armas nas mãos dos novos negros, enquanto as lembranças da pátria, do navio negreiro e do mercado de escravos, lhes estão frescas na memória (GRAHAM, 1956, p. 116-117).

Ao longo da narrativa, Maria Graham, ao chamar a atenção para o estado em que os escravos são mantidos, busca despertar a comoção e sensibilidade do seu público leitor para a causa abolicionista. Além de apresentar as más condições de vivência, a autora expõe os episódios de violência presenciados nas ruas do Império e em suas visitas às casas das pessoas de suas redes de sociabilidade. Certo dia, quando estava na casa do Sr. Stewart, Maria Graham viu uma mulher branca agredir uma negra, torcendo seus braços de maneira cruel enquanto gritava desesperadamente¹³⁵. Outro dia, viu cães arrastarem o braço de um negro na areia da praia.

O tema da separação de famílias, através da venda dos escravos, também foi uma retórica recorrente nos escritos de Graham. Segundo Midgley (1992), os textos “femininos” articulavam o “sofrimento da violação da vida familiar” como justificativa de oposição ao sistema. O apelo pode ser evidenciado nos relatos em que a viajante narra as chegadas de navios negreiros (locais onde acontecia a separação de parentes e amigos) e, também, durante sua visita a uma fazenda inglesa no Rio de Janeiro, afirmando que, nesse local, os negros não eram batizados, pois havia a “isenção da propriedade britânica da ação da lei colonial portuguesa” (GRAHAM, 1997, p. 137). Desse modo, o administrador poderia não considerar os casamentos e, assim, vender o pai, a mãe e os filhos, fato que lhe causava imensa tristeza.

Além do tema da violência e da vida familiar, a viajante relacionou a escravidão a hábitos considerados depravados e imorais. Ao participar de uma festa na casa da baronesa de Campos¹³⁶, um inglês, cujo nome não foi citado no diário, lhe alertou para um assunto que até então não havia chamado sua atenção: “No Brasil os serviçais são escravos, e, por conseguinte, inimigos naturais de seus senhores, dispostos a decepcioná-los e desejosos disso, e de assistir a corrupção de suas famílias” (GRAHAM, 1956, p. 252). Na Inglaterra, há sempre uma ama ou governanta para cuidar da casa, e, sobretudo, dos filhos. Esta foi a primeira passagem que Maria Graham relacionou a escravidão à corrupção dos lares. Semanas depois, ao retornar à casa da baronesa de Campos para participar de um baile, se espantou,

¹³⁵ Ver relato: “Esta manhã, antes do café, olhando pela janela da casa do Sr. Stewart, vi uma mulher branca, ou antes um demônio, surrando uma pobre negra e torcendo seus braços cruelmente enquanto a pobre criatura gritava angustiadamente, até que nossos homens interferiram. Bom Deus! Como pode existir este tráfico e estes hábitos de escravidão!” (GRAHAM, 1956, p. 116).

¹³⁶ Ana Francisca Maciel da Costa, viúva de Brás Carneiro Leão.

novamente, ao ver a cena de uma escrava cuidar dos filhos das senhoras que estavam ali presentes.

Tomei a liberdade de observar a uma das senhoras a extrema juventude de algumas das crianças que acompanhavam suas mães naquela noite, e disse-lhe que na Inglaterra consideráramos isso maléfico para elas, sob todos os pontos de vista. Perguntou-me o que fazíamos com as amas e governantes. Respondeu-me que éramos felizes neste ponto; mas que aqui não havia tais pessoas e que as crianças ficariam entregues ao cuidado e ao exemplo dos escravos, cujos hábitos eram tão depravados e cujas práticas eram tão imorais que seria a perdição delas; e que aqueles que amam seus filhos precisam tê-los debaixo da vista onde, se é verdade que podem correr o perigo de haver excesso nesse sentido, ao menos não podem aprender nenhum mal. Apraz-me reunir estas provas dos males da escravidão – mesmo aqui, onde ela existe de modo mais suave que na maior parte dos países (GRAHAM, 1956, p. 307-308).

Podemos, também, perceber a resistência ao fato de os escravos cuidarem dos filhos de seus senhores, a partir dos estudos de Maia (2016), em que a viajante por ela estudada, Nísia Floresta, defendia que as mães se dedicassem à maternidade e à educação de seus filhos, evitando, dessa forma, “o emprego de cativos, que são maus exemplos e fonte de contaminação moral e física” (MAIA, 2016, p. 153-154). De acordo com a historiadora, o posicionamento de Nísia Floresta possui influências europeias, visto que, desde o início do XIX, as leituras apontavam o retorno da mulher às suas atividades domésticas, principalmente para as “funções” de mães e esposas (MAIA, 2016).

Contudo, apesar do olhar crítico na narrativa, há relatos em que a viajante declara que a escravidão no Império “existe de modo mais suave que na maior parte dos países” (GRAHAM, 1956, p. 308). Quando foi visitar o engenho dos Afonsos, Maria Graham afirmou que os escravos domésticos eram bem tratados na família, comparando-os aos criados livres. Em outro episódio, disse que as cabanas eram limpas e confortáveis, e a posição do escravo era superior, se comparada aos cativos com senhores financeiramente inferiores. De acordo com Silva (2009), a base teórica da viajante era permeada pelos estudos do inglês Robert Southey (visto que a introdução do *Diário de uma viagem ao Brasil* foi escrita a partir de suas obras) e, portanto, o historiador havia influenciado seu olhar sobre a América, especialmente na narrativa sobre a escravidão. Além disso, a autora amenizou o fato de d. Pedro ser a favor do sistema escravocrata, declarando que o imperador cuidava bem dos seus escravos.

Além da influência teórica de Southey (SILVA, 2009), a narrativa sobre a escravidão está permeada pelas questões indagadas pelas mulheres inglesas escritoras. Não é nosso objetivo afirmar que Maria Graham atuou diretamente na campanha abolicionista, como

apresentado nos trabalhos de Midgley (1992; 2007), mas mostrar que, em sua narrativa, há exposições de temas comumente abordados nos textos de escritoras inglesas, utilizando a emoção, a violência e a separação de família para criticar a escravidão.

Na visita à Fazenda de Nossa Senhora da Luz, no Rio de Janeiro, a viajante presenciou a revista semanal dos negros e a distribuição de roupas limpas. Eles beijavam a mão do Sr. P. (provavelmente o senhor da fazenda) e lhes diziam: “A benção, meu pai” ou “Louvados sejam os nomes de Jesus e Maria” (GRAHAM, 1956, p. 220). Em seguida, Graham afirma que tal ação, ligada à religião, diminuía os males da escravidão e a tirania do senhor, reconhecendo Deus acima de todos¹³⁷. Segundo Silva (2009), apesar de Maria Graham apresentar argumentos religiosos e sentimentais desejando o fim da escravidão, na verdade, os interesses econômicos são os reais motivadores da luta abolicionista, uma vez que o país, ao procurar mercados consumidores, conseqüentemente buscava pessoas para comprar, e um país com escravidão é um lugar onde a relação de compra e venda é menor. Nesse sentido, a escravidão provocava a confusão entre o público e o privado, uma vez que “o escravo era uma propriedade privada que precisava do poder aval público” (SILVA, 2009, p. 46).

Apesar de alguns autores afirmarem que Maria Graham não citou diretamente os fatores econômicos que envolvem a escravidão nos seus relatos de viagem (apresentando apenas sua posição contrária, por meio da imagem cruel e desumana), há uma passagem que a autora compara o escravo a um empregado.

Os escravos são os piores e mais caros empregados, e uma prova disso é o seguinte: – O pequeno terreno que cada um é autorizado a cultivar para seu próprio uso em muitas fazendas geralmente produz, pelo menos, o dobro em proporção do que a terra do senhor, apesar das poucas horas de trabalho que lhe são dedicadas (GRAHAM, 1956, p. 255).

Embora mostre as questões religiosas, morais e sentimentais, presentes também no movimento de mulheres abolicionistas na Inglaterra (MIDGLEY, 1992), a inglesa deixou transparecer, no texto, a abordagem econômica e toda a discussão que envolve a escravidão e o mercado de trabalho (os aspectos negativos de ter um escravo como mão de obra). De

¹³⁷ Ver relato: “Depois do almoço, assisti à revista semanal de todos os negros da fazenda. Distribuíram-se camisas e calças limpas aos homens; blusas e saias às mulheres, de algodão branco muito grosso. Cada um, à medida que entrava, beijava a mão do Sr. P. e curvava-se diante dele dizendo: ‘A benção meu pai’ ou ‘Louvados sejam os nomes de Jesus e Maria’ e recebia em resposta respectivamente: ‘Deus te abençoe’ ou ‘Louvados sejam’. Este é o costume nas velhas fazendas: é repetido de manhã e à noite e parece estabelecer uma espécie de parentesco entre o senhor e o escravo. Deve diminuir os males da escravidão quanto a um, a tirania do patrão quanto a outro, reconhecer assim, acima de todos, o Senhor, do qual ambos dependem” (GRAHAM, 1956, p. 219-220, grifos da autora).

acordo com Akel (2007), no final do século XVIII e início do XIX, a Inglaterra apresentava discussões ambivalentes acerca da escravidão, pois, dentro do movimento abolicionista, havia divisões de pensamentos. Alguns se posicionavam contra a escravidão por fatores econômicos e outros, por motivos morais. Desse modo, as discussões aparecem de forma ambígua nos relatos de Maria Graham, pois, ao mesmo tempo em que afirmava o fator econômico para dizer que era favorável à abolição, na maior parte da narrativa mencionava os motivos morais e religiosos.

Em seus escritos, também encontramos um olhar etnográfico que abordou, por exemplo, informações sobre como eram realizados os enterros dos negros e aspectos de suas alimentações, danças e cantigas. Maria Graham expôs dados sobre a quantidade de navios negreiros que chegavam aos portos no Império e acrescentava tabelas e listas que abordavam os elementos quantitativos da escravidão (GRAHAM, 1956). De acordo com Cerdan (2003, p. 134), a viajante retratava a escravidão que encontrava em seu cotidiano, a partir das experiências com as pessoas, ou seja, “foram se agregando elementos experimentados por ela em suas relações, a partir da assimilação dos valores de seus interlocutores”. Concordamos com a pontuação de Cerdan. Entretanto entendemos que esse olhar etnográfico também é decorrente da consideração em acrescentar informações e documentos para seu público leitor, tendo em vista a preocupação em apresentar a história, a economia e a sociedade dos territórios visitados.

De acordo com Midgley (2007), embora os textos das mulheres viajantes não tivessem o objetivo de contribuir diretamente para o discurso do governo imperial, muitos relatos reforçaram as intervenções no território, abordando, inclusive, o sentimento antiescravista. Como mencionado, não é nosso objetivo considerar Maria Graham uma mulher ativista do governo britânico, da mesma forma como Clare Midgley analisou as viajantes em seus estudos. Nosso propósito é pensar a mentalidade britânica nos relatos e articulações no Império através das relações de gênero. Verificamos que seus textos apresentam o posicionamento a favor do discurso da Grã-Bretanha, mesmo que este não seja o objetivo principal da narrativa.

Embora o texto de Maria Graham traga as representações dos males da escravidão para a economia, a sociedade e o progresso da nação, na prática, a viajante tinha uma criada que a acompanhou durante sua viagem ao continente e permaneceu em toda a sua estadia no Império. Ou seja, apesar do olhar crítico sobre a escravidão, chegou à América com uma criada negra, a quem chamava de Ana. Neste momento da pesquisa, retomaremos a discussão

de gênero desenvolvida no capítulo 2 para compreendermos como a criada aparece em sua narrativa.

Ainda no diário, antes de chegar ao Reino do Brasil, Maria Graham afirmou ter a companhia de uma criada para visitar a matriz de Nossa Senhora do Monte¹³⁸. Posteriormente, quando chegou à Corte para ocupar o cargo de professora, disse que foi servida pela sua própria negra e, também, que havia um quarto de dormir para ela e outro para sua criada. Em vários momentos no esboço biográfico de d. Pedro I, a viajante mencionou a presença de Ana no seu cotidiano, seja para arrumar o guarda-roupa e os livros ou para ajudar-lhe a carregar a mudança em sua saída do Paço.

Quando Maria Graham foi morar em Laranjeiras, no interior do Rio de Janeiro, sua criada também lhe acompanhou. Durante esse período de estadia na zona rural, a viajante contratou um negro livre que lhe trazia as provisões, cuidava da segurança da casa e cozinhava. Ana, sua criada, ocupava a função de lavadeira, enquanto Maria Graham coletava espécies nativas para o seu trabalho na área da história natural.

Era meu costume deixar a preta Ana representando seu papel de lavadeira e o mulato, comprando e cozinhando meu jantar, enquanto eu ia para o mato, à procura de espécimes de arbustos floridos e árvores para meus empreendimentos botânicos. No correr de minhas excursões, vim a saber que havia um núcleo de escravos fugidos não longe de minha habitação. Descobri ainda que as cestas, ovos, aves e frutas que me eram vendidos, vinha dessa gente, porque, como diziam eles, por meio de Ana, sabiam que eu era amiga dos pretos e que nunca delataria a existência de um núcleo de negros fugidos. Em consequência, eu me considerava bem garantida em relação aos meus desmoralizados vizinhos (GRAHAM, 1997, p. 110).

O roubo das Laranjeiras, discutido no capítulo 2, foi um episódio que marcou a estadia na zona rural do Rio de Janeiro. E, como apresentado, sua criada foi a responsável por lhe ajudar a se proteger das adversidades que surgiram no caminho. Através do relato abaixo, podemos evidenciar que a preta Ana foi citada como uma escrava.

A senhora, disse ele (José), deve saber do roubo em casa da Sra. F... na noite passada. Agora, se os ladrões tiverem de vir e nos matarem – madame, se quiser pode ficar, porque é branca e ninguém poderá mandar nela ou governá-la; enquanto a Ana, se for morta, é uma escrava e a perda será de seus senhores, mas (batia no peito) sou um homem livre e se eu for assassinado, quem pagará por mim? (GRAHAM, 1997, p. 113-114).

¹³⁸ Ver relato: “Fizemos com que os rapazes cavalgassem em mulas e dirigimo-nos à pequena matriz, em geral tomada como convento chamada Nossa Senhora do Monte. Minha criada e eu fomos numa espécie de palanquim, ainda que adequado àqueles caminhos, que são os piores que já vi. Mas a vista compensava todas as dificuldades” (GRAHAM, 1956, p. 85).

Como apontado na pesquisa, Maria Graham relatou uma única vez, na obra *Diário de uma viagem ao Brasil*, o fato de ter uma criada que a acompanhava na viagem. 10 anos depois, no texto *Esborço biográfico de d. Pedro I*, apontou, diversas vezes, episódios em que ela estava presente, sobretudo quando morou em Laranjeiras. Quando mencionou sua presença no trajeto para a América, a viajante não citou nomes, e, desse modo, não podemos afirmar que a criada citada no esborço, de nome Ana, é a mesma que lhe acompanhou em seu embarque na Inglaterra. Embora as fontes não comprovem o motivo da ausência da criada em seus relatos no diário, gostaríamos de levantar alguns pontos importantes para a discussão (alguns já mencionados na dissertação). A obra lançada em 1824 foi editada e planejada para a publicação através da editora de John Murray, como bem apresentado por Porto (2017). O esborço biográfico foi um texto que a viajante produziu de forma autônoma, sem revisão¹³⁹ e publicação na Inglaterra. O esborço, ao ser uma obra que Maria Graham teve “livre acesso” (com todas as ressalvas da escrita “feminina” no XIX) para escrever, uma vez que o documento não passou por revisão e edição para reprodução, também teve “livre acesso” para falar sobre sua criada e enfatizar o período vivenciado em Laranjeiras.

Os relatos de viagem de Maria Graham, ao apresentarem uma narrativa contrária à escravidão, elencando informações que trazem o debate abolicionista, possuem elementos que, na prática, são ambíguos. Gostaríamos de ressaltar que, em 1807, foi aprovada uma lei que proibia o comércio de escravos na Inglaterra¹⁴⁰. Contudo sua prática total ocorreu em 1834. Assim como apontado por Akel (2007), a respeito das ambivalências de seu texto com relação às discussões que ocorriam na Inglaterra entre os motivos econômicos e morais da abolição, em nossa pesquisa, identificamos elementos que contradizem as representações e as práticas da viajante. O fato de ter uma criada negra ao mesmo tempo em que declara que a escravidão deveria ser extinta é uma ambiguidade evidenciada nas discussões e nas práticas sociais de seu país de origem, uma vez que, no momento de escrita do diário, a Inglaterra, apesar de proibir o comércio de escravos, estava debatendo, no Parlamento, a abolição total. Além disso, é fundamental destacar que sua narrativa contrária à escravidão foi realizada a partir do olhar para o Império brasileiro e, com isso, ela apoiava o discurso inglês que buscava extinguir a comercialização dos escravos.

¹³⁹ É importante ressaltar que, no manuscrito original, há várias páginas e trechos riscados.

¹⁴⁰ A lei declarava que, a partir de 1º maio de 1807, “todas as formas de leitura e negociação na compra, venda, troca ou transferência de escravos ou de pessoas que pretendem ser vendidas, transferidas, usadas, ou tratadas como escravos, praticados ou transportados em, ou de qualquer parte da costa ou países da África devem ser abolidos, proibidos e declarados ilegais” (THE NATIONAL ARCHIVES, n.d., n.p.).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A comemoração do bicentenário da Independência se aproxima e observamos os preparativos da celebração da data. Frequentemente, o tema consta em pauta de seminários e eventos e debates na academia e nos meios de comunicação. O processo de ruptura entre Brasil e Portugal foi presenciado diretamente por muitos viajantes ingleses, e é neste contexto que Maria Graham conduziu a narrativa de seus escritos sobre o Brasil. Com um papel de relevância no seio do debate político, a viajante narrou os conflitos da Independência e publicou suas memórias na Inglaterra. Adentrando em duas esferas predominadas pela atuação masculina, as viagens marítimas e o mundo das letras, a trajetória e os relatos de Maria Graham se tornam importantes para a historiografia brasileira e o campo de estudos da história das mulheres e de gênero. Dessa forma, este trabalho buscou refletir, através das redes de sociabilidade e das relações de gênero, as formas de atuação da viajante em suas estadias no Império e o imaginário acerca do “feminino” e da Independência e escravidão.

Mulher, inglesa e alfabetizada: as redes de sociabilidade foram de suma importância na inserção de Maria Graham no mundo letrado, uma vez que o tio paterno David Dundas financiou seus estudos e, por influência da posição que ele ocupava, ela teve acesso à educação e a uma rede em que estavam presentes professores e intelectuais conhecidos na Grã-Bretanha. É interessante notar como o elemento da educação está presente em toda a sua trajetória, perpassando a infância, a adolescência e os caminhos trilhados nas viagens. A própria Maria Graham projeta sua imagem como uma mulher erudita, interessada pelos livros, pela botânica e pelo saber. A “viajante de letras”, apesar dos limites e das restrições que seu gênero estabelecia naquele período, publicou quatro diários de viagem, contos infantis e livros de arte. Sua produção mostra o exercício na literatura da mesma forma que sua narrativa autobiográfica apresenta a construção de uma “mulher de letras”.

As redes de sociabilidade, além de influenciarem sua inserção no mundo letrado, foram fundamentais para seu estabelecimento na viagem à América. Nesse sentido, pensando na fragata Doris enquanto um espaço de sociabilidade, buscamos, através do estudo de Brian Vale, *A frigate of King George: life and duty on a british man-of-war*, entender o funcionamento e a organização deste espaço para verificar o lugar destinado às mulheres no mar. Verificamos que Maria Graham teve o apoio do marido e dos guardas-marinha (a quem ela tanto se referia com carinho nos relatos) para estar na viagem e, sobretudo, na permanência em sua primeira estadia no continente. No espaço social da fragata, a inglesa

organizava festas, era responsável por ensinar uma turma de marinheiros e anotava, em seu caderno, o cotidiano da vida no mar.

Enquanto viajante e escritora, Maria Graham registrava não só o dia a dia da fragata, como informava, em seus escritos, os ideais de feminilidade. À medida que destaca elementos relacionados à educação, a autora, assim como na autobiografia, prioriza narrar as mulheres que eram instruídas. Em nenhum momento de sua narrativa, relacionou o “feminino” às funções designadas às mulheres no XIX, como, por exemplo, o papel de mãe, esposa e administradora da casa. Estes ideais, presentes nas representações sobre as mulheres, corroboram com o conceito de “dupla documentação do feminino” de Leite (1984), pois, ao olhar para outras mulheres, destacava os elementos presentes na construção da sua imagem na autobiografia *Reminiscences*. Seu ideal de feminilidade não se refere às mulheres nas atividades domésticas, pois identificava o “feminino” ao mundo letrado.

A trajetória de Maria Graham é fascinante. Ao longo da dissertação, percebemos que, apesar das dificuldades e dos momentos de conflitos, sobretudo após ter ficado viúva, conseguiu permanecer no território e desenvolver suas atividades de botânica. Mesmo após a tentativa de roubo em sua casinha em Laranjeiras, a viajante apresentou, na narrativa, uma mulher forte e destemida. Por mais que tenha sido impedida de assistir a uma reunião na Assembleia Constituinte, devido ao seu gênero, a viajante fazia sua participação no debate político de outras formas, como em encontros com as pessoas das redes de sociabilidade que ocupavam cargos de importância no governo e lhe davam informações a respeito do processo de Independência e da escravidão, nos convites para as celebrações e os ritos políticos no Império, os aniversários de coroação, as cerimônias no teatro ou em sua moradia na Corte e a oportunidade de presenciar o cotidiano do imperador. Desse modo, apesar das restrições de gênero apontadas na dissertação, as redes de sociabilidade viabilizaram a inserção de Maria Graham na esfera política.

A participação no debate político e a possibilidade de ser testemunha direta e/ou indiretamente dos eventos históricos nos faz pensar na relação entre as margens e o centro, conceito discutido por Bénédict Monicat (MONICAT, 1996 apud FRANCO, 2017). É interessante refletir no equilíbrio de Maria Graham entre ambos os espaços e como as redes de sociabilidade foram fundamentais em seu papel no centro no Império brasileiro. A posição “central” da viajante é entendida por nós a partir de sua circulação nos espaços de sociabilidade, como, por exemplo, nos camarotes, nos teatros, nas reuniões diplomáticas e na estadia na Corte. A presente dissertação, portanto, buscou apresentar de que forma essas redes

aparecem em sua trajetória no Império e como elas foram importantes em seu posicionamento no centro, embora, algumas vezes, se encontrasse às margens.

Nesse sentido, através das suas redes de sociabilidade, em que estavam inseridas pessoas da esfera política, como governadores, viscondes e a Família Imperial, Maria Graham obteve informações, presenciou conflitos e debates políticos, esteve presente em festas e no espaço privado das casas e recebeu ajuda e proteção nos momentos de necessidade. Sua análise, tendo como fio condutor o conceito de gênero, iluminam a inserção da viajante no meio privado e político. Embora o gênero influenciasse sua relação com os compatriotas, sua classe e etnia a colocava no centro do Império brasileiro.

Além das redes de sociabilidade, a narrativa de Maria Graham estava permeada pelo imaginário inglês. Identificamos as concepções inglesas no que se refere às vestimentas das mulheres, ao posicionamento frente ao processo de Independência e ao olhar sobre a escravidão. Apesar de afirmar a neutralidade, como bem apresentado pelos autores que analisam a trajetória da viajante, em seus escritos estavam presentes os ideais de progresso europeu. Tanto na causa da Independência quanto da escravidão a autora afirmava seu lugar de origem, como, por exemplo, ao abordar temas citados nas narrativas de escritoras inglesas na discussão sobre a abolição. Não podemos chamá-la de “agente” inglesa. Contudo seus textos são marcados pelo posicionamento a favor da intervenção da Inglaterra no continente.

Por fim, gostaríamos de ressaltar a relevância das memórias de Maria Graham para a historiografia brasileira e o quão importante é pensar sua trajetória e seus escritos através do gênero, uma vez que estes contribuem para a discussão acerca das possibilidades e dos limites das mulheres no século XIX. Como viajante, escritora e naturalista, nossa personagem manteve redes de sociabilidade que viabilizaram a posição no centro do Império, um lugar que, mesmo na condição de viúva, não aceitava estar ou ser colocada como criada.

A produção intelectual deixada por Maria Graham é grandiosa. Acreditamos que existe a possibilidade de inúmeras análises acerca de suas obras, com discussões que podem envolver as áreas da botânica, da arte, da literatura e da história. Além disso, o estudo comparativo de suas trajetórias nos países visitados, como, por exemplo, Índia, Brasil e Chile, pode contribuir para trabalhos que pretendem investigar as concepções e intervenções inglesas e o papel das viajantes mulheres nos percursos por esses territórios.

FONTES

GOTCH, Rosamund Brunel. **Maria, Lady Callcott: the creator of Little Arthur**. Londres: John Murray, 1937.

GRAHAM, Maria. **Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz dona Leopoldina**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

GRAHAM, Maria. **Journal of a voyage to Brazil and residence there during part of the years 1821, 1822, 1823**. London: Longman, Hurst, Rees, Orme & Brown; and John Murray, 1824.

REFERÊNCIAS

AKEL, Regina. **The journals of Maria Graham (1785-1842)**. Coventry: The University of Warwick, 2007.

BELLUZZO, Ana Maria. A propósito d'O Brasil dos viajantes. **Revista USP**, São Paulo, n. 30, p. 6-19, 1996.

BICALHO, Maria Fernanda. **A cidade e o Império**. O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

CAMPOI, Isabela Candeloro. O livro “Direito das mulheres e injustiça dos homens” de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX. **História**, São Paulo, v. 30, n. 2, p. 196-213, ago./dez. 2011.

CERDAN, Marcelo Alves. Maria Graham e a escravidão no Brasil. Entre o olhar e o bico de pena e os leitores do diário de uma viajante inglesa do século XIX. **História Social**, Campinas, v. 10, p. 121-148, 2003.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 4, p. 37-47, 1995.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991.

COELHO, Raphael Pavão Rodrigues. **A memória de uma heroína: a construção do mito de Maria Quitéria pelo Exército brasileiro (1953)**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: JANCSÓ, István (Org.). **Independência: história e historiografia**. São Paulo: Hucitec, 2005.

CUNHA, Maria Teresa. Territórios abertos para a história. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2011. p. 251-279.

DAVIS, Natalie Zemon. Women's history in transition: the european case. **Feminist Studies**, College Park, v. 3, n. 3/4, p. 83-103, 1975.

DOMINGUES, Ângela. O Brasil nos relatos de viajantes ingleses do século XVIII: produção de discursos sobre o Novo Mundo. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 28, n. 55, p. 133-152, 2008.

DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.

FALCÃO, Edgard de Cerqueira. **Carta de Falcão a Augusto Meyer pedindo-lhe que demovesse Rodolfo Garcia dos receios de publicar o *Diário de viagem de Maria Graham***. Santos, 21 mar. 1943. 2 p. Documento 31 – cópia dat. Coleção Rodolfo Garcia.

FESTINO, Cielo Griselda. Maria Graham no Chile: o olho do Império. **Cuadernos Interculturales**, Chile, v. 7, n. 7, ano 4, p. 9-21, 2006.

FOISIL, Madeleine. A escritura do foro privado. In: CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada 3**. Da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 321-258.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Peregrinas de outrora**: viajantes latino-americanas no século XIX. Florianópolis; Santa Cruz do Sul: Editora Mulheres; Edunisc, 2008.

FRANCO, Stella Maris Scatena. Relatos de viagem: reflexões sobre seu uso como fonte documental. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/Humanitas, 2011. p. 62-86.

FRANCO, Stella Maris Scatena. **Viagens e relatos**: representações e materialidade nos périplos de latino-americanos pela Europa e pelos Estados Unidos no século XIX. 2017. Tese (Livre-Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GOMES, Ângela de Castro. **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. Viagem e escrita de si em Maria Graham. **Revista Universidade Rural**, Seropédica, v. 29, n. 1, p. 110-122, jan./jul. 2007.

GUENTHER, Louise. **The British community of 19th century Bahia**: public and private lives. Oxford: University of Oxford Centre for Brazilian Studies, 2001-2002.

HAGGLUND, Betty. The botanical writings of Maria Graham. **Journal of Literature and Science**, Londres, v. 4, n. 1, 2011, p. 44-58.

HALL, Catherine. **Civilising subjects**. Metropole and colony in the English imagination, 1830-1867. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

JUNQUEIRA, Mary Anne. Elementos para uma discussão metodológica dos relatos de viagem como fonte para o historiador. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (Orgs.). **Cadernos de Seminários de Pesquisa**. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo/Humanitas, 2011.

LACOMBE, Américo Jacobina. “Advertência do tradutor”. In: GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil e de uma estada nesse país durante parte dos anos de 1821, 1822 e 1823**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956. p. XI-XII.

LACOMBE, Américo Jacobina. Prefácio. In: **Correspondência entre Maria Graham e a imperatriz dona Leopoldina**. Trad. Américo Jacobina Lacombe. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997.

LAGO, Tomás. **La viajera ilustrada**. A vida de Maria Graham. Santiago: Planeta, 2000.

LEÃO, Juraci Andrade de Oliveira. Voices from the nineteenth-century: womens travelers and political activism. **Em Tese**, Belo Horizonte, v. 6, p. 225-232, ago. 2003.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **A condição feminina no Rio de Janeiro, século XIX**: antologia de textos de viajantes estrangeiros. São Paulo: Editora Hucitec, 1984.

LEITE, Miriam Lifchitz Moreira. **Livros de viagem (1803-1900)**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

MAIA, Ludmila de Sousa. **Viajantes de saia**: gênero, literatura de viagem em Adèle Toussaint-Samson e Nísia Floresta (Europa e Brasil, século XIX). 2016. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

MARCHANT, Anyda. The captain’s widow: Maria Graham and the Independence of South America. **The Americas**, New York, v. 20, n. 2, p. 127-142, out. 1963.

MARTINS, Luciana de Lima. **O Rio de Janeiro dos viajantes**. O olhar britânico (1800-1850). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. “**O nosso progresso**”. O carapuceiro: o padre Lopes Gama e o **Diário de Pernambuco** 1840-1845. Recife: Fundaj/Editora Massangana, 1996.

MIDGLEY, Clare. **Feminism and empire**. Women activists in Imperial Britain, 1790-1865. London/New York: Taylor e Francis Group, 2007.

MIDGLEY, Clare. **Women against slavery**. The british campaigns 1780-1870. London/New York: Routledge, 1992.

MILLS, Sara. **Discourses of difference**. An analysis of women's travel writing and colonialism. London: Routledge, 1993.

MOTTA, Ivania Pocinho. **Viajantes britânicas na América do Sul**: gênero e cultura imperial (1868-1892). 2015. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

NEVES, Lúcia Bastos Pereira das. A vida política. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise colonial e Independência 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 75-114.

OLIVEIRA, Ana Paula Silva de. **Livros de viagem**: relatos de viajantes estrangeiros e a zona de contato nas províncias do Norte do Brasil no século XIX (1809-1826). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

PASSETTI, Gabriel. **O mundo interligado**: poder, guerra e território nas lutas da Argentina e da Nova Zelândia (1826-1885). 2010. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PEREZ, Eliane (Org.). **Guia de coleções da Divisão de Manuscritos da Biblioteca Nacional**. Colaboradores Ana Lúcia Merege et al. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 2018. p. 411-415.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. Trad. Ângela M. S. Correa. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

PIMENTA, João Paulo Garrido. A Independência do Brasil como uma revolução: história e atualidade de um tema clássico. **História da historiografia**, Ouro Preto, n. 3, p. 53-82, set. 2009.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI, Leila Mezan. (Org.) **Textos didáticos** – A prática feminista e o conceito de gênero. Campinas: Unicamp, 2002. n. 48, p. 7-42.

PORTO, Denise Maria Couto Gomes. Crises, nova onda constitucionalista e impressões sobre Pernambuco, na voz feminina e estrangeira de Maria Graham – 1821. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL BRASIL NO SÉCULO XIX, 2018. **Anais** [...] Natal: SEO Sociedade Brasileira de Estudos dos Oitocentos, v. 1, 2018. p. 1-12.

PORTO, Maíra Guimarães Duarte. **Para inglês ver**: uma análise de **Journal of a voyage to Brazil**, de Maria Graham. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do Império**. Relatos de viagem e transculturação. São Paulo: Edusc, 1999.

QUIRÓS, Pilar González Bernaldo de. La sociabilidad y la historia política. **Nuevo Mundo Mundos Nuevos**, Paris, 2009.

- RENDALL, Jane. The condition women, women's writing and the Empire in nineteenth-century Britain. In: HALL, Catherine; ROSE Sonya. **At home with the Empire**. Metropolitan culture and the imperial world. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 101-121.
- RICUPERO, Rubens. O Brasil no mundo. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise colonial e Independência 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 115-160.
- RODENAS, Adriana Méndez. **Transatlantic travels in nineteenth-century Latin America: european women pilgrims**. Lewisburg: Bucknell University Press, 2014.
- RODRIGUES, Jaime. Um mundo novo no Atlântico: marinheiros e ritos de passagem na Linha do Equador, séculos XV-XX. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 33, n. 65, p. 235-276, 2013.
- SANTOS, Márcia Cristina de Oliveira. **Maria Graham e a dupla documentação do feminino no Brasil de 1821 a 1823**. Uma abordagem discursivo-crítica. 2014. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) – Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- SCHIAVINATTO, Iara Lis. **Pátria coroada**. O Brasil como corpo político autônomo 1780-1831. 1997. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997.
- SCHOENFIELD, Mark. Novel marriages, romantic labor and the **Quartely Press**. In: WHEATLEY, Kim. **Romantic periodicals and print culture**. Londres: Routledge, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **A longa viagem da biblioteca dos reis**. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. Cultura. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise colonial e Independência 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. p. 205-248.
- SCOTT, Joan Wallach. **A cidadã paradoxal**. As feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.
- SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.
- SCOTT, Joan Wallach. História das mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1991.
- SELA, Eneida Maria Mercadante. **Modos de ser, modos de ver: ciência e estética em registros de africanos por viajantes europeus (Rio de Janeiro, ca. 1808-1850)**. 2008. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.
- SILVA, Alberto da Costa e. As marcas do período. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise colonial e Independência 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011a. p. 23-34.

SILVA, Alberto da Costa e. População e sociedade. In: SILVA, Alberto da Costa e (Coord.). **Crise colonial e Independência 1808-1830**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011b. p. 35-73.

SILVA, Any Marry. **Maria Graham: a performatividade nos diários de viagens da América do Sul no século XIX**. 2019. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SILVA, Elis Pacífico. **A construção de uma identidade nacional brasileira em visões estrangeiras (1808-1822)**. 2015. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

SILVA, Isadora Eckardt da. **O viés político e histórico de Maria Graham em *Diário de uma viagem ao Brasil***. 2009. Dissertação (Mestrado em Teoria e História Literária) – Instituto de Estudos da Linguagem. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, Réne (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SORGINE, Juliana Ferreira. **Da colônia às Cortes**. A formação da Junta Governativa de Goiana e a crise do Antigo Regime Português em Pernambuco (1821). 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

SOUZA, Gilda de Mello e. **O espírito das roupas**. A moda no século dezenove. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

THE NATIONAL ARCHIVES. **Will of dame Maria Callcott, wife of Kensington Gravel Pits, Middlesex**. Ref. PROB 11/1982/150. Kew: The National Archives, n.d.

THOMPSON, Carl. Journeys to authority: reassessing women's early travel writing, 1763-1862. **Women's Writing**, Londres, v. 24, n. 2, p. 131-150, 2017.

THOMPSON, Carl. **Travel writing**. London: Taylor & Francis Group, 2011.

TILLY, Louise A. Gênero, história das mulheres e história social. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 3, p. 28-62, 1994.

VALE, Brian. **A frigate of King George: life and duty on a british man-of-war**. Londres/ Nova York: I. B. Tauris, 2001.

VARIKAS, Éléni; RIOT-SARCEY, Michèle. Réflexions sur la notion d'exceptionnalité. **Les Cahiers du GRIF**, Paris, n. 37-38, p. 77-89, 1988.

VERGARA, Moema de Rezende. A noção de excepcionalidade na história das mulheres: o caso da geração de Flora Tristan. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 13, p. 223-251, 1999.

ZUBARAN, Maria Angélica. A vistosa vestimenta vegetal do Brasil: Maria Graham e as representações da natureza tropical no século XIX. **Revista Textura**, Canoas, n. 11, p. 57-63, jan./jun. 2005.